



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 21-11-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 29ª Audiência Pública Semipresencial desta comissão do ano de 2023. Está é a 8ª audiência temática do PL 578/2023 do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que estima receita e fixa despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2024 – Orçamento 2024. O tema de hoje é a Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Secretaria de Pessoa com Deficiência.

Informo que essa reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia-auditorios-online e pelo Youtube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência foi publicado nos jornais *O Estado de S.Paulo* nos dias 3/10/23; 24/10/23 e 14/11/23; e na *Folha de S.Paulo* 3/10/23; 25/10/23 e 16/11/23, e vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 25/10/23.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo, e declaro abertas as inscrições, junto à secretaria da Comissão, para pronunciamento presencial e já consideramos as inscrições para as secretarias temáticas de hoje. Foram convidados para esta audiência a Sra. Soninha Francine, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que informou estar a caminho; Sr. Carlos Alberto Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência Social, que me consta, está a caminho; Silvia Regina Grecco, Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, representada por Flavio Aduino Fenólio, Chefe de Gabinete, e acompanhado da Sra. Dika Vidal, Secretária em exercício. A Dika está presente? Convido a comporem a Mesa, Flavio e Dika. Vocês farão exposição? (Pausa) chegou o Secretário Carlos Alberto, por favor, componha a Mesa. Também foi convidada a Secretária da Fazenda, representada pelo Sr. Artur Junqueira Lascala, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria, por gentileza; o Tribunal de Contas do Município de São Paulo está representado pelo Sr. Adriano Cremonesi, Assessor do Gabinete do TCM. Os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, presente *online* o vice-presidente desta Comissão, Vereador

Isac Félix; Vereador Dr. Paulo Frange; Vereadora Rute Costa; e ao meu lado o relator do Orçamento 2024, Vereador Dr. Sidney Cruz; e contamos com a presença do nosso grande Vereador Manoel Del Rio.

Eu fiz uma inversão, como estão se preparando, vou começar pelo fim. Vamos a exposição e fala da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. A Dika e o Flávio vão conduzir a apresentação.

Reafirmo que as inscrições estão abertas e, ao final da exposição e da fala da Secretaria da Pessoa com Deficiência, encerraremos as inscrições. Considerando que lá embaixo liberam às 10h, vamos verificando, se houver demanda, não há problema, manteremos por mais tempo as inscrições.

A SRA. DIKA VIDAL – Bom dia a todas as pessoas presentes. Eu sou Dika Vidal, uma mulher branca, com 1,70 metro, meu cabelo é liso, abaixo dos ombros, castanho com algumas mechas loiras. Estou vestindo um terno azul-marinho, uma blusa marrom por baixo, uma calça azul-marinho e calço tênis. Eu uso óculos porque tenho miopia e o peso não é obrigado a falar (risos). Vocês sabem que fiz agora a minha autodescrição.

Nós da Secretaria da Pessoa com Deficiência temos o prazer e a honra de hoje estar aqui para defender o nosso Orçamento, para falar o que a Secretaria tem feito. Hoje era para estar presente a nossa Secretária Silvia Grecco, mas ela está acompanhando nossos atletas paralímpicos em Santiago, nos Jogos Parapan. Queria pedir, quebrando um pouquinho o protocolo, uma salva de palmas aos nossos atletas, aos campeões de medalhas de ouro, de prata e de bronze.

- Palmas prolongadas.

A SRA. DIKA VIDAL – A nossa Secretaria é meio, faz política de uma forma transversal. Para que possamos fazer uma política pública voltada para a pessoa com deficiência, todos os dias precisamos bater na porta de todos os secretários, lembrar que a pessoa com deficiência existe, que precisa ser amada, respeitada e incluída, essa é a frase da nossa Secretária. Tenho o prazer de sempre poder contar com o Secretário Carlos Alberto

Bezerra, que sempre apoia nossa causa e todas as nossas demandas, assim como os demais secretários. Mas o principal é que temos um Prefeito que também dá toda autonomia para a gente trabalhar.

Eu vou chamar o nosso Chefe de Gabinete, vocês sabem que ele é o ordenador de despesa, se ele fizer alguma coisa errada, é o CPF dele que está ali. Chamo então o Flávio, nosso Chefe de Gabinete, para que exponha o nosso Orçamento. Vamos pedir o apoio de vocês, dizer que para nós a pessoa com deficiência tem de ser protagonista. Ela tem de estar no palco, na plateia, tem de estar disputando jogos, tem de estar na arquibancada, tem de estar em todos os lugares. Nosso papel é jogar luz na causa.

Então, um bom dia a todos vocês, e Flavio, por favor.

Obrigada.

O SR. FLAVIO ADAUTO FENÓLIO – Bom dia a todos, a todas. Meu nome é Flávio Fenólio, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, um homem branco, cabelos castanhos, olhos castanhos, estou vestindo um paletó e calça azul-marinho, camisa branca, sapatos e cinto marrons.

Inicialmente, agradeço especialmente ao Presidente Jair Tatto pela oportunidade de debater o Orçamento da Secretaria para o próximo exercício. Agradeço também a nossa Secretária em exercício Dika Vidal, que está substituindo a Secretária Silvia Grecco, como já disse está em missão na cidade de Santiago para os Jogos Parapan-americanos, e em reuniões junto à Prefeitura de Santiago para tratar de assuntos relacionados aos direitos das pessoas com deficiência. Um agradecimento especial à Secretária Silvia e ao público presente.

Inicialmente, pensamos em dividir nossa apresentação em três etapas. Vamos falar especialmente sobre o histórico orçamentário ocorrido nos últimos três anos, e o que acontecerá no quarto ano; sobre os nossos dados de execução orçamentária; e destacar alguns projetos e programas com seus respectivos dados e evolução nesse ano.

Agradecer também a gentileza e a sempre presente colaboração do Secretário Bezerra, como também da Secretaria Soninha Francine.

Tentarei ser breve, apresentarei dados e algumas informações e depois, por evidente, quaisquer dúvidas e comentários serão sempre muito bem-vindos.

A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência foi criada em 2007 por uma lei municipal, tem como seu maior propósito promover o protagonismo das pessoas com deficiência, e como bem disse a nossa Secretária Dika sermos referência na concepção de políticas públicas. Quando recebemos colegas de outras secretarias, de outros departamentos e em nossas missões internacionais com a apresentação das nossas ações, percebemos claramente que a Secretaria Municipal é um exemplo, é uma Secretaria vanguardista em suas ações no que diz respeito às políticas públicas para as pessoas com deficiência. Evidente, nós sabemos que há muito a ser feito, mas também devemos considerar que muito já foi feito nesses últimos anos, desde a sua criação. Temos a Secretaria Silvia Grecco aqui representada pela nossa Secretária Adjunta, hoje Secretaria em exercício Dika Vidal.

Alguns dados ainda que um pouco desatualizados, esses dados são do último censo do IBGE acontecido em 2010, mas já temos sim um resultado não exatamente oficial do novo censo, que há cerca de um milhão, um milhão e cem mil pessoas com deficiência na cidade de São Paulo, entre 8% e 9% do total de seus habitantes.

Para entender um pouco mais sobre quais são as ações da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, afirmo que apesar de ser uma secretaria-meio, temos alguns programas finalísticos.

- Apresentação de vídeo.

O SR. FLAVIO ADAUTO FENÓLIO – Alguém reparou alguma diferença nessa animação? Todos já tinham visto apresentação com acessibilidade comunicacional completa? Tivemos o intérprete de Libras para as pessoas surdas, alfabetizadas em Libras; temos legenda para pessoas surdas alfabetizadas em português; e ao fundo sempre há áudio descrição do que está sendo apresentado durante o vídeo, quais as informações, os desenhos, os dados. Isso se

chama acessibilidade comunicacional. São quatro eixos importantes que precisamos pensar para além da acessibilidade arquitetônica. Quando falamos em acessibilidade arquitetônica são as rampas, as faixas reservadas, os acessos aos edifícios. Depois disso precisamos pensar sempre na acessibilidade atitudinal, como atendemos bem a pessoa com deficiência, seja qual for a deficiência, como que nossa atitude pode acolher bem a pessoa com deficiência, especialmente no serviço público, como também na nossa vida cotidiana. Acessibilidade comunicacional é o exemplo que acabamos de ver com o intérprete de Libras que hoje participa da audiência que está sendo transmitida. Por fim, há a acessibilidade digital. Todos nós durante o período da pandemia experimentamos o acesso digital, o acesso aos computadores especialmente as pessoas com deficiência. Então um *site* acessível, que se comunique com os softwares de leitura de tela da pessoa com deficiência visual, dos cegos, é fundamental também para o pleno exercício da cidadania.

Esse próximo vídeo apresenta, no início de 2021, a Secretária Silvia Grecco ouvindo também a sociedade civil, desenvolveu o nosso Plano de Ações 2021-2024, o Inclui Sampa, 50 ações divididas em nove eixos que contaram especialmente também com a participação de todas as demais secretarias envolvidas.

Preparamos esse histórico orçamentário que trata do nosso orçamento, sua evolução e execução em 2021, 2022 e 2023. Tivemos um orçamento no início do exercício, em 2021, da ordem de 14 milhões; depois, em 2022, 21 milhões; e em 2023, 23 milhões, este o orçamento inicial aprovado. Na sequência, durante o curso do ano, do exercício, eles foram atualizados com suplementações e emendas da ordem de 14 para 15 milhões, de 21 para 22 milhões e de 23 para 30 milhões, ainda no exercício de 2023.

Também temos uma evolução percentual histórica de execução orçamentária nos últimos anos: 82% em 2021, 96,67% em 2022 e agora, até o início de outubro de 2023, 62%, considerando também que nós temos liquidações a serem realizadas, e que ainda vão entrar no sistema SOF, do que foi executado em outubro, entram no sistema SOF em novembro e assim consequentemente para os meses de novembro e dezembro.

Para o nosso projeto de lei orçamentária anual já temos um incremento da proposta, do projeto de lei orçamentária que já supera, para o orçamento inicial, o que temos até o momento no nosso orçamento atualizado. Então, se considerarmos os 23 milhões aprovados no exercício anterior e os 32 milhões já encaminhados para este exercício, já temos um incremento da ordem de cerca de 9 milhões de reais, uma atenção especial dada pelo Prefeito Ricardo Nunes no encaminhamento da proposta do projeto de lei orçamentária, também ouvida a Secretaria e também de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Secretaria da Fazenda.

Vamos falar um pouco agora, num apanhado geral, dos projetos e ações da Secretaria que têm grande visibilidade, evidentemente que sem prejuízo de outras, mas neste momento são as que entendemos serem as mais apropriadas, de acordo com a sua própria evolução tanto orçamentária quanto de execução.

Uma das mais queridas ações da Secretaria é a nossa Central de Acessibilidade Comunicacional. Ela faz exatamente o que nós fizemos aqui hoje, ao apresentar o vídeo no formato digital, como também quando nos apresentamos aqui, nos autodescrevemos. Então é um serviço da Prefeitura oferecido para todas as secretarias municipais para que, em seus eventos, oficinas, reuniões de conselhos também sejam disponibilizados serviços de intérpretes de Libras, audiodescrição e estenotipia, a legendagem também para as pessoas com deficiência auditiva alfabetizadas em português.

Tivemos um avanço histórico, dados verdadeiramente impressionantes quando, em 2021, tivemos 375 eventos da Prefeitura atendidos; em 2022, já 1.654; e agora, até o momento, até o início de outubro, cerca de 2.500 eventos em que foram fornecidos esses recursos de acessibilidade comunicacional. Investimentos, de 2021 a 2023, de 371 milhões, 1,1 milhão e 2,1 milhões agora em 2023, até outubro. Serviço fundamental para que as pessoas com deficiência possam participar ativamente e efetivamente das ações da Prefeitura.

Eu vou falar que todos são os projetos mais caros e mais queridos da Secretaria, porque todos são fundamentais também para o atendimento das pessoas com deficiência.

A Oficina Móvel, como vocês viram na animação inicial, é um serviço itinerante de

reparos em órteses, próteses e cadeiras de rodas, também numa parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, com 925 atendimentos e 4.600 reparos em 2021; 961 atendimentos e quase 5.000 reparos em 2022; e 972 atendimentos até o momento, com pouco mais de 5.000 reparos realizados. E também com um investimento orçamentário - são produtos, via de regra, importados para que se façam esses reparos - numa evolução de 600, 800 e um milhão de reais para este exercício.

Cultura Inclusiva, samba com as mãos. A gente costuma dizer que a música une as pessoas e quando você acessibiliza a música para pessoas com deficiência, especialmente as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva, temos um verdadeiro exemplo disso para dentro da cultura, para a cultura brasileira. Então a pessoa com deficiência auditiva tem a possibilidade de “ouvir” os sambas de acordo com as interpretações, com os intérpretes de Libras. Um projeto também feito da Secretaria em conjunto com a Liga das Escolas de Samba e que, já neste ano, também foi levado para além do grupo especial, também para o grupo de acesso, 22 sambas interpretados com apoio das agremiações, com apoio dos intérpretes de Libras, tudo com um investimento que não é um investimento alto, mas que traz essa possibilidade e essa oportunidade. Também, durante o desfile das escolas de samba, a cabine com audiodescrição para que as pessoas com deficiência visual ouçam quais as alegorias, qual o tema, também para uma participação plena na cultura.

Central de Intermediação de Libras. Esse já é um projeto pioneiro no formato digital, um projeto que atende à pessoa com deficiência auditiva nos equipamentos da Prefeitura. Há equipamentos da Prefeitura que contam com os Postos de Atendimento Presencial, os PAPs instalados para que a pessoa com deficiência auditiva, ao chegar a um equipamento da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, seja imediatamente atendida nesse serviço de triangulação. Um *software* que se comunica com a Central de Libras, onde estão os intérpretes, e um intérprete conversa com a pessoa surda e conversa com a pessoa ouvinte, o servidor público ouvinte. Isso facilita muito o atendimento, evidentemente. E também com uma série de parcerias com outros entes, parcerias com o INSS, com o SAMU. Todas as ambulâncias

do SAMU na cidade de São Paulo, em seus celulares, têm o aplicativo da CIL; imediatamente, ao identificar que é uma pessoa surda, o atendente, o paramédico se comunica com a Central e o atendimento se torna mais fácil e mais preciso.

Toda pessoa surda na cidade de São Paulo também pode baixar o aplicativo da CIL gratuitamente e utilizá-lo 24 horas por dia, sete dias por semana, sem utilizar a sua rede de dados, a rede de dados também é toda patrocinada pela Secretaria, sem custo algum. Um projeto premiado internacionalmente, a Secretária Silvia Grecco esteve em Viena no ano passado e recebemos um prêmio de inovação, de uma solução inovadora no atendimento digital, um prêmio oferecido pelo escritório da ONU, da Organização das Nações Unidas, em Viena.

Onze mil atendimentos em 2021, eram 15 PAPs instalados, isso porque o número de aplicativos baixados já era elevado, mas isso foi aumentando e agora, em 2023 até outubro, 318 PAPs instalados, Postos de Atendimento instalados nas secretarias municipais de São Paulo.

Ouçá o MAR. Esse também é outro exemplo de acessibilidade comunicacional na área da cultura. O Museu de Arte de Rua de São Paulo é um dos maiores museus de arte de rua do País. Há uma série de intervenções artísticas espalhadas pela cidade de São Paulo, mas tínhamos necessidade de acessibilizar isso especialmente para as pessoas com deficiência visual. Então não era possível, havia certa dificuldade para que a pessoa com deficiência visual pudesse usufruir dessa obra, dessa cultura.

Então, em 2021, criamos o Ouça o MAR, ouça o Museu de Arte de Rua, uma plataforma digital totalmente acessível, com navegação apropriada para *softwares* das pessoas também com paralisia cerebral, para que possam movimentar e transitar pela cidade de São Paulo virtualmente, aproveitando dessas importantes obras de arte de rua. Outro projeto premiado internacionalmente. Em 2022 vencemos a categoria nacional, cultura e turismo e, automaticamente, fomos eleitos para participar da categoria internacional, e o projeto também venceu a categoria internacional da WSA, um prêmio internacional ligado à Web, ligado à rede virtual.

Sampa Tátil. Foi um projeto muito bacana também, porque é fundamental que a

pessoa com deficiência com visual, para além dos mapas táteis que as guiam dentro dos equipamentos, também possa entender qual é o contexto arquitetônico e urbanístico dessas obras. São cerca de 14 equipamentos históricos, todos eles com a fachada acessível, em relevo, com QR Code, com Libras, com Braille descrevendo as questões arquitetônicas e históricas daquele equipamento. Hoje, todos os 12 museus da cidade de São Paulo, também considerando o prédio da Prefeitura e o Theatro Municipal, têm a sua fachada acessível para que a pessoa com deficiência visual seja incluída no contexto urbanístico da Cidade.

Cultura Inclusiva. Esse é um trabalho da Secretaria que leva as pessoas com deficiência a equipamentos de cultura públicos e privados. São organizações, são excursões para visitar estádios de futebol, museus e outros equipamentos, com acompanhamento de intérpretes de Libras, para que se possa usufruir dessa questão. Atendimentos de 2021 a 2023: 122, 127, em 2022, 300 atendimentos, e em 2023 até o momento, 526 atendimentos. Investimentos de 111 mil, 349 mil e, até o momento, um milhão de reais. Transportes adaptados, visitas aos estádios, zoológicos e outros equipamentos também.

O Festival sem Barreiras é um festival de artistas com deficiência. Em setembro nós realizamos o Festival sem Barreiras com artistas com deficiência, trazendo, como disse a Secretária Silvia, o artista para o palco e também a pessoa com deficiência para a plateia. É esse o protagonismo necessário, não basta acessibilizar o evento, o espetáculo; o artista com deficiência, que são muitos e de muita qualidade, também deve estar nos palcos. Em 2021 não tivemos o evento por causa da pandemia, mas em 2022 já foram 120 artistas com deficiência contratados ao custo de 360 mil. E agora neste exercício, em setembro passado, 180 artistas contratados ao custo de 579 mil reais.

Festiva, A Festa Inclusiva. Essa foi uma festa idealizada pela Secretária Silvia no final do ano passado, ainda na Copa do Mundo. Era uma Fan Fest para pessoas com deficiência, com desfile das bandeiras, com pessoas com deficiência, apresentação de artistas com deficiência. Só faltou o gol do Brasil no ano passado, mas foi uma festa belíssima, cerca de 3.500 pessoas com deficiência participando, seus familiares, seus acompanhantes, tudo com plena

acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, espaço para pessoas com transtorno do espectro autista, uma grande festa acontecida no ano passado e que queremos que entre no calendário oficial de festas, de eventos da cidade de São Paulo, para também trazer a pessoa com deficiência para o seu protagonismo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Precisava que acelerasse um pouquinho.

O SR. FLAVIO ADAUTO FENÓLIO – Eu vou acelerar, já estou nos finalmentes, Presidente.

Contrata SP, Pessoa com Deficiência: 1.100 atendimentos em 2021, a 52 mil reais; em 2022, 3.400 atendimentos ao custo de 100 mil reais; e em 2023, 2.000 atendimentos à ordem de 150 mil reais. Uma série de pessoas com deficiência numa feira em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Edital de Fomento, também para que a gente possa atender instituições de pessoas com deficiência e projetos de fomento. É exatamente a instituição que sabe o que é preciso, o que é necessário. Tivemos um incremento de investimentos para cada um dos termos, de 50, 80 e 100 mil respectivamente, para esse ano, com investimento total de 600 mil, 960 mil e 1,2 milhão de reais para 2023.

Nos bairros esse é um evento de serviços que é levado para as regiões mais periféricas durante o final de semana, com parceria com a Secretaria de Estado de Segurança, com a Secretaria de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Esportes, uma série de secretarias, reunindo no sábado todos esses serviços para as pessoas com deficiência, com informação, com expedição de carteira de identidade, tudo num único lugar, num único momento, facilitando o trânsito da pessoa com deficiência, para que, num único dia, ela possa ser atendida e resolver uma série de serviços públicos nas regiões.

No ano passado foram feitos 4.800 atendimentos, ao custo de 282 mil reais e cinco mil atendimentos, neste ano, ao custo de 320 mil reais, mas ainda com outra edição que acontecerá agora em dezembro.

Para finalizar, a nossa meta, Meta 21, é o Centro Municipal para Pessoas com

Transtorno do Espectro Autista, que está em fase final, início de licitação para as obras, mas ainda com muitas ações realizadas nesses últimos anos, indicadores relacionados à Meta 21, com pessoas capacitadas para atendimento à pessoa com TEA na área da educação, na área da saúde, na cultura.

Semanas municipais de conscientização que ocorrem em maio, aquisição de equipamentos para pessoas com deficiência e atendimento nos nossos mutirões de serviços, também um indicador.

Esses os atendimentos realizados no Incluir Sampa. Investimentos de 1,260 milhão, em 2021; 3 milhões, em 2022 e, até o momento, 1,688 milhão.

Agradeço a atenção, Presidente, me desculpando pelo excesso do tempo. Agradeço a atenção de vocês. Estamos à disposição para outros eventuais esclarecimentos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Flavio.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acho que ele falou sim.

O SR. FLAVIO ADAUTO FENÓLIO – Eu mostrei, mostrei...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Colocou.

O SR. FLAVIO ADAUTO FENÓLIO – Vamos só voltar, muito rapidamente mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu preciso fazer uma pergunta a vocês: quem tem alguma pergunta direcionada especificamente para a Secretaria das Pessoas com Deficiência? (Pausa) Então vamos lá. Mas está escrito? Vamos lá, Sr. Robson e... duas pessoas. A Secretaria das Pessoas com Deficiência. É que eu estou permitindo, como chegou muita gente depois, então eu estou esticando um pouco mais o período de inscrições. Nós estamos, inclusive, com a Sala Tiradentes com monitor e está lotado lá.

Eu queria três minutos, são duas inscrições, para assuntos específicos. Ok? Depois vocês não vão se inscrever para outro tema. Não dá, infelizmente, não dá. Então escolha. Aqui tem o teto de uma hora. Até uma hora tenho de entregar o salão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É só sobre o assunto?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já são 11 horas e têm duas apresentações.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou anunciar a presença da Vereadora Luna Zarattini, também o Vereador Fabio Riva, Líder do Governo. A Secretária Soninha já está aqui.

Não deu certo, digamos, a minha tática. Não deu certo.

Não há prejuízo, tem o *site* para sugestões do orçamento. Nós temos uma ficha, que está à disposição, que vocês podem preencher de forma física. O Relator está aqui, não haverá prejuízo nenhum. Todas as demandas serão rigorosamente observadas pela equipe legislativa, equipe técnica e pelo nobre Relator.

Vamos à exposição da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretário Carlos Alberto Bezerra Júnior.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A faixa? Claro, pois não. (Pausa)

Primeiro quero agradecer, peço uma salva de palmas, sabem por quê? (Palmas) Porque é a primeira audiência que todos os Secretários vieram.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Levando em consideração que a Secretária da Secretaria das Pessoas com Deficiência está em licença, mas está aqui o Adjunto, o Chefe de Gabinete.

Pois não, Secretário Bezerra.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Bom dia pessoal, bom dia a todos. Presidente, apenas fazendo um adendo respeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Indica que o Felício está aqui, o Gustavo Felício.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Ah.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu não anunciei o Gustavo Felício, Presidente do COMAS. Está compondo a mesa conosco? Por favor, componha a mesa, depois da fala do Secretário tem uma fala também do Gustavo.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Então, Presidente, mas apenas fazendo um adendo à sua fala, eu estou à frente da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social há dois anos. Esta não é a primeira vez que os secretários todos estão aqui. No ano retrasado, eu e a Secretária Claudia Carletto, estávamos fazendo este debate.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, estou dizendo que no processo deste ano, é a primeira vez.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Ah, porque no ano...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O senhor sempre se faz presente.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Ah, bom. Eu até fiquei preocupado. Porque no ano passado eu estive...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Soninha nunca nos faltou aqui, sejamos justos

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Pelo amor de Deus. No ano passado eu estive uma intercorrência...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, a Secretaria das Pessoas com Deficiência.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Mas nós sempre estivemos aqui, enfim, não temos nenhum problema com relação ao debate.

Mas, enfim, é bom estar mais uma vez nesta Casa que nos acolhe. Cumprimento o Presidente Jair Tatto, que faz um excelente trabalho à frente desta Comissão; cumprimento o Relator do Orçamento, O Vereador Sidney Cruz; cumprimento o Vereador Manoel Del Rio, a Vereadora Luna Zarattini, o Vereador Fabio Riva, que estava aqui, neste momento, os Vereadores que nos acompanham também *on-line*; cumprimento o Gustavo Felício, Presidente do Comas; cumprimento as minhas colegas de secretaria a Secretária, em exercício, neste momento, a queridíssima Dika Vidal; cumprimento a minha colega de secretariado também, colega da muitos anos de Câmara, a Secretária Soninha Francine; cumprimentar também a cada

um de vocês que estão nesta audiência, nesta manhã.

Quero usar este espaço para fazer a exposição que é mais técnica do orçamento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, trabalhando algumas questões, a evolução do histórico, enfim, o orçamento. Mas algumas coisas são muito importantes, não podem deixar de ser destacadas na introdução, enquanto preparam a projeção.

Vejo também, quero cumprimentar especialmente, algumas pessoas da Secretaria da SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, quero cumprimentar todos os servidores e servidoras que se fazem presentes nas pessoas da Regina e da Marta que aqui estão, que eu estou vendo. Também cumprimentar o pessoal do FAS, estou vendo a Regina Paixão, deixa ver quem mais, bom, enfim – está aqui a Regina, eu tinha visto a Regina ali, estou vendo também o Sr. Robson, representando o Movimento Estadual da População em Situação de Rua, enfim, tanta gente aqui. Me perdoe, não tenho uma nominata formal, mas se sintam todos e todas cumprimentados.

Em tom introdutório, acho que algumas coisas são importantes de serem ressaltadas. A gente vive um período pós pandemia. O período de pandemia foi extremamente desafiador para a cidade, para o país e para o mundo. Os primeiros impactos da pandemia foram sentidos e diretamente enfrentados. O que se percebeu, naquele momento, foi a importância em que pesassem todos os esforços da rede, dos servidores e servidoras do SUAS, mas no primeiro momento, na linha de frente, de forma mais visível, estavam os trabalhadores e trabalhadoras do SUS.

Graças ao SUS nós tivemos, apesar de tantas políticas desastrosas de tanto negacionismo, de tanta tentativa de desconstrução de políticas e de conquistas de direitos históricos. Na área da saúde e na social, apesar de tudo isso, graças ao SUS e aos seus trabalhadores e trabalhadoras – já chegamos no SUAS, calma, estou falando do SUS, por enquanto. Sinto um pouco de ansiedade no ar, faz parte do bom debate.

Naquele momento, o que se fazia visível, o que se tornava visível era a rede do SUS, a sua importância, aliás, num grande enfrentamento para que se valorizasse o trabalho do SUS.

Nós, a rede do SUAS, em que pesassem todos os esforços e todo trabalho naquele momento, o SUAS estava um pouco mais na retaguarda, na cabeça das pessoas e na própria visibilidade da sociedade e da imprensa. Porque o impacto sentido, naquele momento, estava muito mais diretamente relacionado à saúde, à vida ou à morte imediata das pessoas.

A vacinação e a loucura da defesa da não vacinação, eu jamais imaginei. Eu, como médico, jamais imaginei que fosse chegar ao Século XXI com uma defesa de grupos articulados, mais do que isso, de líderes de grande proeminência, contra a vacina e seus benefícios.

Lembro de, naquele momento, falar não apenas do trabalho que vinha sendo realizado de forma muito mais anônima, mas na retaguarda, pela rede e pelos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, que estava sendo pouco percebido. Aliás...

Vou esperar que elas terminem de colocar a faixa, porque está todo mundo prestando atenção na faixa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – É que parou todo mundo para prestar atenção na colocação da faixa e a minha fala ficou...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Então, é que todo mundo parou para prestar atenção em vocês e eu...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Vou aproveitar para dar uma respirada. A sugestão da Vereadora Luna é que nós vamos parar para dar uma respirada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Mas, então, Vereador Jair Tatto, mas então...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Quero sim, por favor. Mas então, o que a gente vê é que... o que a gente percebe é que muitas vezes o nível de invisibilidade a

que são submetidas as populações em vulnerabilidade, que são assistidas pelos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, essa invisibilidade também é imposta a esses trabalhadores e trabalhadoras. A dificuldade de percepção que tem a população com relação ao reconhecimento desse trabalho e a percepção da ação desses trabalhadores e trabalhadoras.

Mas o fato é que, passado esse período, naquele momento eu anunciava e dizia que passado o momento de pandemia, a pós pandemia seguramente recairá e terá seus maiores impactos na área social. Isso foi claramente visto. Várias ações foram tomadas nesse sentido, porque nós tivemos de fazer uma série de readaptações com relação às próprias políticas públicas.

Quando a gente vê algumas ações que foram tomadas nesses últimos dois anos, que é o período que posso falar, a antecipação do senso da população em situação de rua, na cidade de São Paulo, mostrou claramente uma mudança de perfil da população em situação de rua na cidade de São Paulo. Houve um aumento de mais de 110% da presença de famílias com crianças em situação de rua na cidade, demandando de nós, do Poder Público e da Prefeitura outras abordagens, novas políticas públicas, outras iniciativas necessárias. Essa é apenas uma questão que venho aqui levantar.

Outros esforços foram precisos e o próprio Orçamento foi realocado de uma maneira diferente, diminuindo o enfoque na básica, quando o ideal era trabalhar na prevenção, para que a gente pudesse estar trabalhando na especial. Porque a demanda com a população em situação de rua, com os idosos, com crianças e adolescentes passa a ser muito maior em virtude desses impactos.

É importante ver também agora a novidade, que não era novidade para nós que sempre acreditamos no impacto das mudanças climáticas, que vem sendo anunciado há mais de uma década. Mas a necessidade do incremento de ações na cidade como foram feitas na Operação Baixas Temperaturas e agora Operação altas Temperaturas, colocando São Paulo como, talvez, a única cidade a se organizar nesse sentido no país como vanguarda.

Imaginem que, neste ano, a gente se organizou numa operação de altas

temperaturas em pleno inverno. Enquanto tínhamos uma operação de altas temperaturas nós tivemos de readaptar para fazer uma operação de altas temperaturas, em virtude de uma nova demanda que surgia para que a cidade, para que uma cidade desse tamanho pudesse se readaptar. Não é simples. A cidade que tem a maior população em situação de rua do país, a cidade que tem a maior rede socioassistencial do país, da América Latina e, estou para dizer, não tenho esses dados, mas estou para dizer, do mundo.

Os desafios são imensos, em uma cidade profundamente desigual, mas também os avanços foram muito grandes.

Então, estou dizendo tudo isso, sem contar outras iniciativas, como, por exemplo, as demandas que chegam para nós, para a cidade, fruto de ações, muitas vezes, do Governo Estadual ou do próprio Governo Federal. São Paulo é considerada pela Acnur, o escritório para refugiados das Nações Unidas, como a cidade mais acolhedora do mundo. É a única cidade que tem cinco centros especializados para o acolhimento de imigrantes e refugiados, que não se restringem a esses centros, quando chegam. Nós tivemos o trabalho em São Paulo quando tivemos o aumento do fluxo migratório de afegãos. É só um exemplo que eu estou dando para vocês. Afegãos estavam no aeroporto de Guarulhos, se acumulando lá. São Paulo, ao ser instada pelo Governo Federal, em menos de 48 horas se adaptou, criando um serviço que funciona até hoje, para que pudesse acolher 220 afegãos, o que não é simples, em virtude da barreira linguística, cultural, alimentar, de costumes. Enfim, há uma série de questões, mas São Paulo e sua rede socioassistencial vêm se adaptando e trabalhando.

Isso é fruto dos esforços desses trabalhadores e dessas trabalhadoras, desses anônimos e dessas anônimas, que eu quero reconhecer aqui. São esforços de uma rede do Suas, que vai se consolidando a cada dia. São esforços da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e da gestão do Prefeito Ricardo Nunes.

Eu queria dizer isso em termos introdutórios, para então poder trazer aqui, para vocês, os dados do orçamento, da apresentação orçamentária, e depois me colocar à disposição. Há aqui alguns técnicos da Secretaria, também, para que possamos dialogar sobre isso.

Eu dividi a apresentação e eu vou tentar fazê-la da maneira mais rápida e objetiva possível. Com relação a números e exposição, eu procurei sintetizar, deixar o mais claro, mais transparente e mais compreensível possível, para que possamos fazer o bom debate. Eu dividi isso, com o histórico orçamentário da SMADS, com dados comparativos e com a evolução histórica. Há a proposta de Lei Orçamentária Anual, agora, da assistência social, o PLOA de 2024, e os dados da nossa rede socioassistencial, de maneira sintetizada.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Então, vamos falar do histórico.

Aqui está o histórico. Em azul, vocês vão ver o valor orçado total da SMADS e do Fundo Municipal de Assistência Social. Em laranja, está o valor orçado atualizado total, também da SMADS e do fundo. Em verde, está o valor liquidado até o dia 31 de dezembro de cada ano. Aí, há a evolução seriada dos últimos quatro anos – 2020, 2021, 2022, 2023 e a proposta de 2024. Vocês vão ver que o que podemos destacar, entre tantas coisas, é que a SMADS tem tido uma média de execução orçamentária muito positiva. Nós estamos com uma média de execução orçamentária de 94 a 95% do nosso orçamento anual, nesses últimos quatro anos. Neste ano que ainda não terminou, nós temos uma série de valores empenhados. Já chegamos à casa dos 78% e, executados todos esses recursos que estão empenhados, temos a expectativa de mantermos a média ou ultrapassarmos um pouquinho a média que nós vimos mantendo nesses últimos anos, de um orçamento em que nós tínhamos, em 2020, mais ou menos um milhão e 894. Eu vou arredondar números, senão fica chatíssimo falar, aqui, número com centavo e tal. São um milhão e 894. São dois milhões em 2021. Em 2022, são um milhão e 900. Em 2023, são dois milhões e meio, lembrando que os anos de 2021 e 2022 tiveram um aporte diferenciado em virtude do repasse do auxílio emergencial que a SMADS fez, à época, por causa da pandemia da Covid.

Aqui, há mais um dado comparativo. É outro olhar para a série histórica de 2020 a 2023, da composição do financiamento da assistência social por fonte orçamentária e do PL

578/2023, do PLOA de 2024. Então, vocês vão vendo, aqui: 2020, 2021, 2022, 2023, 2024. Vocês vão perceber um aumento crescente na presença orçamentária, sempre um aumento crescente do aporte do município e uma diminuição das outras fontes, tanto da federal quanto da estadual, mas, diferentemente de 90% dos municípios brasileiros, o grosso da manutenção dos serviços da área de assistência social da cidade de São Paulo é, nessa proporção, bancado pelo município. É do Fundo Municipal da Assistência Social, que está aqui, em roxo. Vocês vão ver, na legenda, para quem está um pouco mais de longe: em roxo, recursos do Fundo Municipal de Assistência Social; em verde, do fundo estadual; em amarelo, do fundo federal; em vermelho, da SMADS, perfazendo o nosso orçamento, que neste ano foi o maior orçamento de todos os últimos anos e nós temos a expectativa de que no próximo ano não seja diferente.

Ainda há outro olhar para a série histórica do PLOA enviado à Câmara para a SMADS e o Fundo Municipal de Assistência Social. O PLOA de 2020 estava aqui, comparado ao de 2024. O de 2020 é este primeiro, que vocês vão ver aqui. Vejam o comparativo de 2020, da proposta de Lei Orçamentária para a atual. Saímos da casa de um bilhão e 200 para dois bilhões e 89, que foi a proposta que nos foi enviada pela Fazenda.

Essa é a proposta da Lei Orçamentária Anual da assistência social.

Agora, é a de 2024. Para o Fundo Municipal de Assistência Social, a despesa prevista, dentro do parâmetro da Secretaria da Fazenda, é de um milhão e 900. Há a necessidade total para o exercício. Aqui, vocês vão ver o seguinte, gente: em roxo, em violeta, há a despesa prevista dentro do parâmetro da Secretaria da Fazenda. Em verde, está a necessidade total para o exercício daquilo que nós encaminhamos, fruto do debate, do diálogo com o Conselho Municipal de Assistência Social, o COMAS. Aqui, em bege, em ocre, há a pressão orçamentária, lembrando que, a exemplo deste ano, sempre temos uma pressão orçamentária que ao longo do ano vai se adaptando e nós vamos conseguindo um aporte diferenciado da Fazenda para a própria Secretaria. No ano passado, quando nós fizemos o debate nesta Casa, nosso recurso era muito menor. Talvez alguém da minha área técnica possa até me ajudar, falando o valor do recurso, mas nós ultrapassamos o valor de dois bilhões, sendo

que a proposta da Fazenda estava muito abaixo desses dois bilhões. Nós chegamos à casa de 2,2, mas, enfim, isso é só para exemplificar.

Então, aqui há o parâmetro previsto da Secretaria da Fazenda, a necessidade acerca da qual dialogamos com o Comas e que nele aprovamos e a pressão orçamentária. Há, aqui, o orçamento total de dois milhões e cem, mais ou menos. O mundo ideal, atendendo-se a todas as expectativas, inclusive, dentro das normas e diretrizes que foram aprovadas neste ano, como a 46, enfim, e aos novos serviços, seria chegar a três milhões e 800, gerando uma pressão orçamentária de um milhão e 750.

Aqui, o PLOA se divide por fontes. Aqui, é a fonte municipal. O valor do PLOA enviado à Câmara: 164 milhões. O valor da fonte municipal: um bilhão e 600. Fonte federal: 69 bilhões. Fonte estadual: 67. Outras fontes: dois. Receita condicionada: 180. Parcial do Fundo Municipal de Assistência Social: um bilhão e 900 – praticamente, dois. É o que comporia tudo. Então, compomos o valor total – SMADS, com fundo e mais as outras receitas de origem federal e estadual, lembrando que essas receitas de origem federal e estadual também não chegam a essa execução final. É uma composição de números em que elas, neste ano, por exemplo, estão bem abaixo da expectativa. Gera-se um total de mais ou menos dois bilhões e cem.

Só uma coisa: lembro que, da composição, nós temos mais de 83% de fontes municipais que mantêm a assistência e o desenvolvimento social na cidade de São Paulo, hoje.

Aí, como é que está dividido? É o detalhamento do PLOA por subfunção e ação orçamentária. Então, a assistência à criança e ao adolescente, que é esta primeira coluna, aqui, nessa proposta que está sendo debatida na Câmara Municipal, está na casa dos 565 milhões. Assistência ao idoso: aproximadamente 110 – como eu disse, estou arredondando os números. Assistência à pessoa com deficiência: 64 milhões. Ações de pronto atendimento socioassistencial: nove milhões e 200. Benefícios eventuais: 21 milhões e meio. Inserções das famílias no Cadastro Único: 55 milhões e meio. Manutenção e operação de equipamentos da assistência social: 106 milhões. Manutenção e operação de equipamentos de proteção jurídico-social: 19 milhões e 700.

Alguém falou, aí, com relação à manutenção e operação dos equipamentos de assistência social, da nossa dificuldade. Esse é um desafio e podemos, no debate, conversar sobre isso – inclusive, sobre o que estamos desenhando e planejando para o futuro, para o próximo ano.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Não entendi. Quem é que está falando?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Oi. Pode falar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Está bom. Lembro apenas uma coisa: as questões ligadas à manutenção – e eu acho que eu acolho a queixa da senhora com absoluto respeito e pertinência – sempre foram generalizadas com relação às gestões anteriores. Nós temos, por exemplo, espaços – aliás, como o do próprio ESPASO. O ESPASO não tinha manutenção há 17 anos. Estou dando um exemplo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Não, mas, a senhora falou. Eu sei. Ouça-me só por um minuto, pois esse não é o nosso tema. Nós vamos fazer o debate, mas o ESPASO não tinha manutenção há 17 anos. Ele está passando por uma intervenção completa e nós entregaremos, em algumas semanas, para os servidores e as servidoras da assistência um ESPASO completamente revitalizado e novo, em um ano em que foi feito o maior número de capacitações e de parcerias com a Unesco da história da SMADS. Então, é importante, sim, fazermos a crítica, mas também é importante olharmos outros avanços que estão sendo conquistados. Entretanto, são 17 anos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu não vou permitir mais interrupção. Por favor, deixem o Secretário terminar a exposição.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Manutenção e operação de equipamentos de proteção jurídico-social: 19 milhões. Manutenção e operação de equipamentos de proteção social básica às famílias: 71 milhões. Manutenção e operação de equipamentos de proteção social especial: 684. Manutenção e operação de equipamentos intergeracionais de convivência: 166 milhões. Programa de garantia de renda familiar mínima: 22 milhões e meio. Manutenção de operação de equipamentos públicos voltados... Aqui é o atendimento de... Não está abrindo completamente, aqui, para mim, mas, ok. Formação de Recursos Humanos: 82 milhões. Tecnologia da Informação: 16 milhões e meio.

Detalhamento da proposta – destaques: aqui, há os compromissos vigentes estimados. Rede parceira atual com insalubridade – 12 meses: aqui, há um bilhão e meio de impacto. Contratos administrativos: 252 milhões. Pessoal – folha de pagamento de RH, auxílios de alimentação e transporte: 134 milhões e meio, que foram compromissos assumidos ao longo do ano e que estão sendo cumpridos.

Ainda no detalhamento da proposta, novas ações – Programa de Metas de 2021 a 2024: aqui, estou destacando algumas ações que estão dentro dos valores da pressão orçamentária, mas que, por estarem no Programa de Metas, nós temos absoluta convicção do cumprimento das mesmas e, por isso, absoluta convicção da captação dos recursos, do deslocamento dos recursos.

Meta 1 do Plano de Metas: benefícios, auxílio e programas de transferência de renda, mais 66 milhões; população em situação de rua, CAE idosos, que é a meta 17 do programa, idosos, proteção social especial de alta complexidade, mais 5 milhões e 900, aproximadamente, 6 milhões; mais 3 milhões e 200 para idosos e proteção social básica, que é manutenção e operação de equipamentos intergeracionais de convivência e fortalecimento de vínculos o CCInter. Para NCI, mais 4 milhões e 200, que estão vinculados a meta de 17. Vinculados também a meta 17, manutenção e operação de equipamentos de proteção social, especial a pessoa idosa CDI e LPI, mais 16 milhões. Na somatória dos programas para idosos, aproximadamente, 20 milhões.

Elementos de pressão orçamentária dentro da mesma perspectiva. São destaques prioritários de ações orçamentárias das coordenações. Revisão da Portaria 46. Também não acontecia há mais de uma década e depois de um longo processo de debate de forma transparente, diálogo aprofundado, nós demos um grande passo esse ano, com a conquista e o avanço da Portaria 46, que trouxe vários avanços para toda a área de Assistência Social e que tem um impacto orçamentário importante porque traz novas tipologias de proteção social básica, 162 milhões. Impacto orçamentário de revisão da Portaria 46, mais 190 milhões; ação orçamentária, manutenção e operação de equipamentos e convivência, fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes: CCA, CJ, Circo social escola, mais Circo social, 10 CCAs é igual a 240 vagas, mais 203 milhões. Ação orçamentária, manutenção de equipamentos intergeracionais de convivência, fortalecimento de vínculos, CCInters e Cedesp. Três CCInters, 10 Cedesp, 44 milhões. Manutenção e operação de equipamentos convivência, fortalecimento de vínculos para pessoa idosa, NCI variável de atendimento do Plano de Metas. Um edital, atualmente, mais cinco previstos entre o segundo semestre agora de 2023/2024 mais 8 milhões, aproximadamente. Quatro editais atualmente falando, aqui ainda: NCI, serviço de alimentação domiciliar de pessoa idosa, CDI, LPI, nova tipologia de CAE integrado, idoso e PCD. Quatro editais atualmente: dois LPI e dois CDI, mais cinco previstos entre o segundo semestre agora. Em 2024 mais dois CAE integrado, perfazendo o total de 45 milhões. Uma nova ação orçamentária no serviço de proteção social básica no domicílio para a pessoa idosa e pessoas com deficiência, são 32 novos. Totalizando 21 milhões.

Todas essas outras ações aqui, não sei se faz necessário fazer o detalhamento todo. Uma vez feito a projeção está, absolutamente, disponível. Aqui está feito todas as ações orçamentárias.

Destaques prioritários das ações das coordenações. Manutenção e operação de equipamentos da área de assistência. Obras e reforma de manutenção e requalificação predial, previsão de 85 milhões, como eu disse valores de pressão orçamentária. Ainda em valores de pressão orçamentária: educação permanente dos trabalhadores do SUAS; parte dos pleitos por

contratações para formações, capacitações, *workshops* e gastos com realização de seminários, 1 milhão e 700; locação de novo imóvel, manutenção e operação dos conselhos e espaços participativo municipais. Foi algo também que valorizamos bastante nesse ano que se passou. Um dos exemplos foi a conferência municipal de assistência social, que com todas as suas - ninguém faz uma conferência absolutamente perfeita - mas com todas as suas imperfeições, com todas as críticas que possam receber, sem dúvida nenhuma, foi a mais ampla realizada. Foi a mais ampla conferência realizada até aqui, no município. Em todos os 32 territórios, com um diferencial para cada um dos 32 territórios, houve o diferencial de um relatório específico de COVS, do nosso Observatório de Vigilância Socioassistencial, com o diagnóstico do território oferecido para o grupo, para que fosse feito o debate, para que se trouxesse uma resposta mais qualificada possível, na construção de políticas públicas a partir do território. E aí ação orçamentária de manutenção e operação - estava dizendo agora - 360 mil. Ações diversas de orçamento SPMTUR, SPTURIS eventos, mais 2 milhões e 600. Gestão de conhecimento e informação, mais 21 milhões; ações orçamentárias diversas, benefícios eventuais, auxílio, programas de transferência de renda, 126 milhões.

Último tópico. Um panorama da nossa rede Socioassistencial. Isso é panorama da nossa rede que eu falava a vocês, não tenho esses dados. Ela, seguramente é a maior rede socioassistencial do País, da América Latina. E tenho a sensação de que deve ser a rede socioassistencial mais ampla do mundo. Esse é o panorama da nossa rede. Aqui uma foto panorâmica dela. Na proteção social básica, temos 174.430 vagas disponibilizadas; 285 OSCs; um repasse mensal de 52 milhões, a porcentagem de 41% do repasse mensal total da SMADS e o repasse anual total: 631 milhões.

Eu vou direto ao ponto. Vou dar um valor total aqui. O total de vagas é 241mil 695 vagas disponibilizadas pela nossa rede. Isso, sem dúvida nenhuma, são números impressionantes. Aliás nos debates que fazemos com outras cidades ou até mesmo com outros países quando colocamos as escalas de São Paulo, todas as vezes quando colocamos isso, as outras cidades olham para nós e falam: como é que vocês, em São Paulo, fazem a gestão disso?

Fazemos a gestão disso com uma rede de trabalhadores e trabalhadoras que eu considero heróis e heroínas anônimas que superam todos os dias na ponta - como eu disse superando - todas as nossas limitações. Todas as nossas dificuldades para que possamos oferecer o serviço para 241 mil vagas. São 339 OSCs, 1351 parcerias, 121 milhões de repasse mensal total e 1 bi e meio de repasse anual total.

Eu acho que esse é o último slide. Gente, é isso! Quero agradecer a atenção de vocês e me disponho ao debate, ao diálogo junto com a equipe. Coloco-me a disposição para intervenções dos vereadores, de cada um dos que estão aqui, para que possamos dialogar e chegar nos valores e nas melhores propostas possíveis, para o melhor orçamento possível e realizável para Assistência Social ano de 2024. Tenho certeza de que é o objetivo de todos nós. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o relator Vereador Dr. Sidney Cruz.

O SR. SIDNEY CRUZ – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Primeiramente, quero cumprimentar V.Exa.; o Vereador Manoel Del Rio; Vereadora Luna Zarattini; Vereadora Rute Costa; Vereadores Paulo Frange e Isaac Felix, que acompanham de forma virtual; a Secretária Soninha Francine, da Secretaria dos Direitos Humanos; o Secretário Carlos Bezerra Júnior, Vereador desta Casa, que está Secretário; Dika Vidal, Secretária em exercício; Flavio Aduino Fenólio, que fez uma brilhante apresentação; Artur Junqueira Lascale, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento; Adriano Cremonesi, representando o Tribunal de Contas; assessoria; pessoal do CTEO; todos os presentes; e público que nos acompanha pela Rede Câmara.

Sr. Presidente, terei de acompanhar o andamento dessa audiência de forma *on-line*. Infelizmente, faleceu uma pessoa muito próxima a minha família. Eu vou ter de me deslocar ao cemitério Girassóis, que fica do outro lado da cidade.

Secretário Bezerra, ano passado eu tive a honra e a responsabilidade de ser o relator do Orçamento e na área ou na função assistência social nós conseguimos avançar. Sei da

importância desta pasta, aliás de todas as secretarias presentes. São secretarias que trabalham no *front* ao combate à desigualdade social com as pessoas mais vulneráveis, ou os vulneráveis dos vulneráveis. E essas secretarias precisam de uma atenção especial.

Sei que a política, como V.Exas. sabem, é a arte do possível. É uma pressão. Eu acho que a maior pressão orçamentária sofrida pelo relator aqui, 1 bilhão 700 milhões de reais. Quase 2 bilhões. Para vocês terem uma ideia, o orçamento da cidade de Diadema do ano todo, é de um bi. Só a Secretaria aqui da cidade de São Paulo está pedindo quase o dobro do orçamento total. Estou falando da pressão da cidade de Diadema. Estou fazendo um comparativo.

Tenho certeza de que vamos conseguir avançar. Se olharmos os números dos anos anteriores, podemos ver que estamos avançando gradativamente. É óbvio que esses avanços não são necessários para atender todas as demandas existentes, mesmo porque os números assustam em todos os sentidos.

Só quero reforçar que o relator, com os Srs. Vereadores desta Comissão de Finanças Orçamento e os Vereadores da Casa estamos comprometidos com a área social, uma área que necessita de recursos para atender os que mais precisam.

Infelizmente, eu tenho que me ausentar. Deixo uma sugestão Sr. Presidente, não sei como será, estou vendo uma quantidade de pessoas, quero parabenizá-los, essa é nossa 8ª audiência temática e é a mais representada. Isso mostra a força e a importância das pastas e do tamanho da pressão com esse que está falando.

Vou continuar acompanhando de forma *on-line*. Muito obrigado a todos. Peço desculpas por ausentar, gostaria de ficar até o final, mas infelizmente é no momento de dor, que eu tenho que me retirar.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado relator.

Presentes o Sr. Décio Marques, Secretário Municipal Adjunto, de SMADS, e Júlio Cezar de Andrade, Vereador do mandato do Quilombo Periférico.

Com a palavra, Gustavo Felício Ferreira Pinto, do Comas.

O SR. GUSTAVO FELÍCIO FERREIRA PINTO – Bom dia a todos. Bom dia, Vereador, a quem cumprimento os demais membros da mesa, Presidente Jair Tatto. Bom dia, Secretários e Secretárias presentes.

A minha fala será muito rápida para poder contextualizar um pouco a construção da proposta orçamentária realizada pela SMADS. Quero cumprimentar minhas colegas, meus colegas conselheiros do Comas que estão presentes, os que não estão presenciais, que não conseguiram subir, acompanham a reunião no formato virtual pelo Teams, que também mandaram suas contribuições.

Quero cumprimentar a Conselheira Solange, Coordenadora da Comissão de Finanças e Orçamento do Comas.

Desde o ano passado este conselho, dentro do seu papel de controle social e dentro da sua prerrogativa, que diz a lei de criação do Comas de fazer a gestão do fundo municipal, não se furtou ao seu papel de acompanhamento da política pública de assistência do SUAS na cidade São Paulo.

Nós, em conjunto com os técnicos da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, os técnicos de COF, os técnicos da assessoria técnica servidores de carreira, de forma inédita, no âmbito desse conselho, iniciamos um estudo com a sociedade civil organizada dentro do conselho, para que pudéssemos qualificar o orçamento da SMADS; para que pudéssemos, com a SMADS, propor uma ação orçamentária mais qualificada, mais robusta, que atenda às expectativas e o planejamento que temos das áreas, ouvindo as áreas de controle social.

Nesse sentido, seria importante pontuarmos que no ano passado, após envio da Secretaria da Fazenda, realizamos diversas reuniões, diversos estudos. Os técnicos estiveram, no âmbito do conselho, para que a gente pudesse fazer essa discussão, essa elaboração e mandar uma proposta, porque sabemos que nem sempre o que a gente manda é o que é aprovado nesta Casa, mas qualificamos muito o debate.

Quero trazer uma informação importante para vocês, que alguns já sabem: na proposta do ano passado o Comas apresentou uma proposta orçamentária de 2.2 bilhões, inclusive, nós estivemos aqui. Eu e a Solange estivemos aqui, fizemos essa defesa e pedimos para que essa proposta fosse incluída no orçamento. Ela não foi, mas vocês podem ter noção de que hoje estamos nessa casa de execução de 2.2, ou seja, que o conselho conseguiu cumprir o seu papel técnico e político de apresentar um orçamento condizente, um orçamento que é factível com um assistente social na cidade São Paulo. Isso traz a importância desse papel de controle social aqui do conselho. Nós queremos muito pedir a sensibilização dos vereadores dessa Casa, que possam nos ajudar na proposta desse orçamento.

O que fizemos esse ano? A mesma coisa, nos reunimos com os técnicos da Secretaria. Esse ano chamamos as proteções e as coordenações, com os SUAS, que trouxeram contribuições importantes, com a perspectiva de que o Secretário trouxe aqui de pressão. Mas, não gostaríamos que esse valor fosse pressão. Gostaríamos que esse valor fosse garantido na Lei Orçamentária esse ano. (Palmas)

Por isso, é importante, até o nobre relator Vereador Sidney Cruz falou: “poxa, mais quase 1.8 de pressão?” Sim! Esse é o tamanho da nossa rede, esse é o tamanho do nosso desafio. E esse valor não foi tirado do nada. Foi feito um estudo muito sério desse quantitativo, um estudo robusto, muito bem fundamentado, inclusive aprovado pela Resolução do Comas. O Comas aprovou, por meio da sua resolução, está disponível no nosso *site* esse valor. Teve a participação da população, teve a construção.

Houve as reuniões e esperamos que essa Casa possa se sensibilizar, possa compreender o papel e a importância, não só do controle social, porque é para isso que serve o controle social, para que a gente possa garantir um orçamento de qualidade para cidade São Paulo no campo do SUAS.

Essa é minha fala. Agradeço a todos os presentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gustavo. Vereadora Soninha

concordou, já abriu algumas inscrições. O Secretário pode ter feito até perguntas à Secretária da Assistência.

Não sei se vou facilitar o tempo de vocês, sobre a demanda reprimida de 1 bi 700 vocês não precisam falar mais desse assunto aqui, mas se quiserem podem falar. Porque é uma demanda que o fórum, especialmente a Bancada do PT e PSOL recebeu, então está registrado.

Tem uma, que nome que o Secretário deu? Pressão. Não precisamos falar disso não, se quiserem, desabafem, mas não precisa. Essa pressão foi colocada pelo próprio Secretário num dos *slides*, então, cuidado, fiquem tranquilos, está cercado. Nosso companheiro do Comas também colocou. Nós estamos com 40, nós não vamos terminar hoje, já aviso vocês. Marca outra, vai ser uma hora, marcamos outra, não tem problema não. Não falem de um bilhão e 700, está registrado, está na Comissão, foi colocado pelo Secretário, está o *slide* aqui separado. Foi colocado, porque daí a gente avança em outros caminhos, aprovado é outra história. A demanda está colocada, concordam ou não? Está aqui. Vocês estão dizendo que a demanda não está colocada? Ela está colocada, porque nós, da Bancada do PT, também fizemos uma reunião. Eu sou muito justo, não estou defendendo o Secretário não, ele é tucano, eu sou petista. Isso não é problema não. Ele colocou e eu pego *slide*, pode providenciar e colocar.

Então, gente, juízo para todos nós. A demanda de um bilhão e 700 foi colocada aqui pelo Secretário, a necessidade, como que alguém diz que não? Claro, que ele não assumiu, é Silvio Santos? Quem quer dinheiro? O orçamento é coisa séria, então, espera aí.

Esse aspecto que eu queria dizer para vocês nas falas, que nós podemos passar dessa etapa, porque agora é com o relator. A pressão é lá, é só para sermos justos.

A Rosângela Vieira é a primeira inscrita de forma *on-line*.

A SRA. ROSÂNGELA VIEIRA – Primeiro, parabéns aos Secretários pelas apresentações, bastante ricas, muitas informações, gostei bastante.

Eu tenho, na verdade, uma pergunta bem pontual para a Secretaria Municipal de Assistência Social, porque existe agora uma tendência muito grande da regionalização dos orçamentos, e eu esperava ver um pouquinho, eu sei que pode até existir, mas eu não consegui

enxergar como está essa regionalização dentro do orçamento da Secretaria. Quando olhamos algumas metas, do Plano de Metas, muitas estão escritas “não regionalizada”.

E o que me chama bastante a atenção: existe uma tendência também para o orçamento verificar, acho que já tem uma quantia de cinco bilhões. Tem a parte lá do PPA, acho que é um bilhão e 250 milhões para as áreas mais vulneráveis. E não existe uma única política pública que resolva o problema da vulnerabilidade social. Então, tem algumas demandas, a assistência social é uma. A Sehab, essas Secretarias vão ser sempre muito mais demandadas, e qual é a minha preocupação? É que eu não consegui visualizar essa regionalização da Secretaria de Assistência Social, direcionada para essas áreas mais vulneráveis, eu não consegui entender muito bem esse orçamento.

Vi que teve aportes muito importantes, muitas demandas, o valor realmente cresceu, isso é muito importante. Mas, eu queria entender como é que a Secretaria vê isso, de que forma essa regionalização vai atender e vai ajudar a resolver a questão da vulnerabilidade social nessas regiões mais carentes. Por exemplo, Capela do Socorro, M’Boi Mirim e Campo Limpo. São três territórios vizinhos, eles representam as três primeiras posições das regiões mais vulneráveis da cidade.

Então, a minha pergunta é: qual é o olhar de atenção dentro de todo esse orçamento para essa regionalização? E que tipo de demanda e o que está sendo visto e feito definitivamente nas questões da vulnerabilidade social para essas regiões?

Acho que a minha pergunta é simples, é focada, vem bem essa questão que gera bastante preocupação, porque quando vejo os números, não consigo visualizar essa regionalização, esse olhar, para que haja essa distribuição de forma correta, para que a gente, enfim, consiga diminuir um pouco a vulnerabilidade que temos. Essa Secretaria é muito importante para esses indicadores.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Boa tarde, população paulistana, senhoras e senhores,

Vereadores, Secretários, povo brasileiro presente.

É muito importante essa reunião. Com certeza, não é coincidência que é o maior público, e também com a presença dos Secretários titulares, que deveria ser, por sinal, uma obrigação, não virtual, teria que ser presencial, devido à importância dos temas. E também de um recurso que não é pressão, é investimento. Você tem que investir no ser humano. Investir é um direito básico de cidadania. É um direito básico humano investir no semelhante, sobretudo, os mais vulneráveis; sobretudo, como foi lembrado aqui em regiões mais periféricas. E isso infelizmente não acontece.

Dados extraídos da própria planilha orçamentária mostram coisas muito estranhas. Por exemplo, em 2022, na Secretaria de Assistência Social existia uma dotação de número 9263 para projetos sociais diversos, foi executado 276 mil reais. Só que para esse ano essa dotação desapareceu, ano que vem essa dotação vai existir? E o que foi feito? Quais foram os projetos diversos? Não é muito vago isso numa dotação orçamentária que nunca vai ser regionalizada, porque não há interesse do Prefeito. Os Prefeitos anteriores e ainda mais a transparência do orçamento público, quando vamos conseguir essa equação?

Como também uma dotação ainda de Assistência Social, 6154, equipamento para a população idosa, foi executado apenas metade desse valor. Por que não se executa uma coisa tão básica para a população que mais cresce no mundo, que são os idosos?

Eu acho muito ruim que na Secretaria de Direitos Humanos tenhamos casos terríveis, como da dotação 4320, políticas para idosos. Em dez meses só se executou 14 mil reais, no total de 300 mil. A Unapi, Universidade Aberta para a População Idosa, essa dotação existia até 2022, 4331. Com a dotação 9263, ela desapareceu esse ano. Qual é a dotação que está contemplando esse projeto do Unapi?

Questão da Casa da Mulher Brasileira, o recurso está pequeno para a Casa da Mulher Brasileira. Eu queria saber se foi o Governo Federal, até o ano passado não repassou essa verba. Aliás, o Governo Jair Bolsonaro, que não tinha nenhum compromisso com a parte social. E é lamentável o Ricardo Nunes essa família, isso que é uma coisa muito estranha. Então,

para a Casa da Mulher Brasileira acho cinco milhões muito pouco. Eu fui visitar a Casa da Mulher Brasileira, no Cambuci, é um excelente equipamento, só que precisa de mais recursos, incluir delegacia e outras coisas.

Por fim, duas outras dotações ligadas à mulher: 9037 e 9038 está zerada a dotação, eu queria saber por que isso aconteceu? E o Comuda? Por que não tem recursos, sendo que está previsto no orçamento? Álcool e drogas, por que não se combate o vício do álcool e das drogas e do cigarro? Com zero, em 2022, e zero em 2023, infelizmente isso não vai acontecer.

Para encerrar: a população, igualdade racial e indígena, a dotação está muito baixa, 4322, 4327 é na casa de mil reais, não chega a 100 mil reais. Então a gente solicita o maior recurso para a população paulista e paulistana brasileira.

Obrigado.

- Assume a presidência a Sra. Luna Zarattini.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Fabio.

Tem a palavra a Sra. Nadir Francisco. O Vereador Jair Tatto passou a presidência a mim. Bom dia a todos e todas, vamos seguir essa audiência, que está cheia. Parabéns pela participação de todos vocês.

O SR. NADIR FRANCISCO DO AMARAL – Bom dia a todos e a todas.

Eu sou Nadir Francisco do Amaral, acabei de ser eleito Presidente do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa, gestão 2023, 2024 e 2025. Eu represento dois milhões e 200 mil habitantes da cidade de São Paulo. Eu não sei pelos dados que vocês viram, se isso vai nos atingir, se é que atinge. Então, temos de prestar muita atenção nessa população. Ela tem que estar em todos os lugares, em todos os orçamentos públicos.

Há uma falta de entrosamento, por mais que tenhamos portarias e leis de Saúde, SMADS, Habitação e outras Secretarias que precisam conversar. Elas não podem ficar isoladas quando tem pessoa idosa. A cada dia, como foi falado aqui, somos mais um. O povo está

envelhecendo, a cidade de São Paulo envelhece a cada dia. Eu não falo no estado, eu não falo em nação, eu falo na cidade de São Paulo.

Eu, como pessoa idoso, com sessenta anos de idade, com cabelos brancos, com algumas deficiências, isso me preocupa, esse olhar dentro de um orçamento público para pessoa idosa.

Eu, como Conselheiro, agora, quero saber quem executa esses serviços? Quem são as pessoas que estão trabalhando para os idosos? Há um valor enorme que está ali, que para mim é muito pouco, mas está ali na saúde. Não conseguimos identificar quantos reais estão destinados para os idosos e nas outras Secretarias também não temos essa condição.

Esse foi um compromisso com a população idosa, não sei se tem muitos aqui 60 ou mais, eu vejo a minha companheira lá do Conselho, estamos batalhando e vamos batalhar. Somos 30, hoje, 15 da participação social e estaremos na luta para pessoa idosa. Vocês vão ver os cabelos brancos andando para todos os lugares, só assim isso que está lá, será concretizado, só assim, isso que está aqui que foi falado, muito bem falado, muito bem-dito dentro da sua planilha, será executado.

Nós, pessoas idosas, e os outros que nos ajudam, vão cobrar, sabendo o que cobrar, como cobrar, e de quem cobrar, porque se há recursos, muito ou pouco, ele tem que ser feito. Eu não quero receber mais *e-mails* e recebo muitos, que tem idosos morrendo nas periferias.

Nós somos idosos diferentes nessa cidade. E os nossos irmãos negros idosos da periferia como estão? Há um problema seríssimo, se os jovens negros sofrem preconceito, imaginem o idoso e a mulher. Então, precisamos, Sr. Secretário, Vereadores, prestar muita atenção na pessoa idosa, porque eu acho que vocês fazem parte do nosso coletivo 60 mais, não se esqueçam da gente. Vocês são parceiros, façam para a gente para que a gente possa ter uma velhice digna, honrosa, ética, humana. E não se esqueçam população, quem não é idoso, pessoa idosa é o jovem que deu certo. Lutem por nós.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Marcia Perrone.

A SRA. MARCIA PERRONE – Bom dia a todos.

Novamente aqui, 40 anos trabalhando na SMADS e todo ano é a mesma ladainha, mas eu vou pular, porque eu quero realmente falar nas propostas. Eu queria perguntar, quando você fala de equipamentos diretos, ampliar 40 serviços diretos de CRAS, CREAS e Centro POP, com 375 pessoas, não sei se eles sabem fazer contas, porque pela RH tem uma quantidade multiplicado por cinco mil famílias, então precisa olhar o território. Não é somente pegar a tabelinha do RH e colocar lá, tem que multiplicar pelo número de famílias, porque senão você não faz trabalho no território.

Quero perguntar: não se falou nada de concurso público e esse serviço é estatal, eminentemente estatal, não tem que ser dividido com Sasf; Sasf tem o seu trabalho, CREAS e centro POP tem que ter o SEU. hoje não tem por que não tem servidores. aí querem criar 40, com menos de 400 pessoas, nem vou responder. Proteção básica, 10 CCAs. O que são 10 CCAs numa megalópole como São Paulo? Não tem cidade igual a nossa. É com Nova Iorque que a gente se compara. Criar 10 serviços de CCA de proteção criança e adolescente por ano. Não venham me dizer, porque eu trabalhei 40 anos, eu sei bem o que que é quando a gente implanta no ano, não implanta 10 não, implanta 50. Cedesp, idem, nem vou falar de Cedesp, os adolescentes estão todos na rua, traficando ou quase traficando.

Idoso. Vou me solidarizar com o Nadir, sabe por quê? Um edital de núcleo de convivência e mais cinco, onde? E mesmo assim fez, mas a pirâmide está invertida, não sei se vocês sabem, inverteu a pirâmide, não tem serviço para idoso, o idoso está dentro de casa, acabado, deprimido, tomando remédio, não tem aonde ir, não tem com quem falar. O núcleo de convivência é para isso. Aí vem ILPI e Centro Dia, esse nem vou falar, porque não tem onde colocar idoso acamado, primeiro que na rua está cheio de idoso, tem mais de 100, na minha época tinha 100, imagina o que tem agora, 100 idosos. ILPI para fazer quantas, duas ILPIs e dois Centros Dias num ano? Sabe o que é isso? É Pingo n'água.

Cerca nem vou falar, porque fecharam 120 vagas nesses dois Governos. Fecharam um monte e agora vão abrir não sei quantos. A formação permanente, eu quero dizer aqui: formação permanente e pobre de rua explode. Formação permanente nem se fala, não tem nome, permanente porque a gente não quer mais seminário, a gente não quer mais palestra, a gente não quer nada, a gente quer formação, um plano de trabalho. Formação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Regina Paixão.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Falar depois da Marcia é difícil. Bom dia, pessoal, salve Zumbi, Dandara dos Palmares, não podemos esquecer. Eu estava vendo a faixa ali pensando a gente tem orçamento para criança, mulher, idoso, PCD, a gente quer orçamento para tudo. A gente precisa que as nossas periferias venham para o orçamento. Isso é verdade, temos discutido muito. Antes de prosseguir, saudar lá o térreo, está lotado gente. Uma salva de palmas para todo mundo que está nessa sala, que está lá embaixo, que está assistindo *on-line*, acabei de receber a participação e a pressão da assistência. Valeu, aí, todo mundo ter aceitado o nosso chamado.

Primeiramente, quero dizer para vocês que também estou no Conselho Municipal de Assistência Social, estamos juntos, não é, Solange? A participou dessa construção. E, de fato, a Fazenda vai direcionando o que cada Secretaria precisa trabalhar. Mas a gente está dizendo “não”. Para a gente se manter, a gente precisa da pressão que os mandatos do PT e do PSOL já entenderam, que a gente veio aqui, conversou, “tal, tal, tal”. O Bezerra hoje reafirmou isso com o Gustavo, a gente está junto. Só que a gente precisa lembrar que tem, previstos, 110 bilhões para a cidade de São Paulo. Na verdade, a gente está pedindo 5 bi. Os 3,8 bi, a gente vai nessa pressão, mas o ideal seriam 5 bi, até porque, dentro desse 1,2 bi... (Palmas)

Eu sei que tem muita gente pela primeira vez, números são chatos. A gente consegue enxergar o nosso serviço e assim a gente olha a cidade – para quem está nos serviços de CCA, Cedesp; há vários adolescentes presentes. Aqui a gente olha a cidade; e, quando a gente olha a cidade, entram todas essas defasagens que já foram faladas; então, não vou me repetir. E nós da rede parceira não recebemos o dissídio ainda, né.

- Manifestações no recinto.

A SRA. REGINA PAIXÃO – O dissídio está pendurado, a insalubridade está pendurada. Então, a gente precisa mais do que essa pressão, nobres Vereadores. O nosso apelo aqui, minha gente, é a gente pegar carta, a gente dar a nossa ideia sobre o orçamento e sensibilizar os nossos Vereadores. Todos desta Casa conhecem as franjas da nossa cidade, todos conhecem serviço, mas eles precisam entender que, para a gente se manter, a gente precisa desse orçamento. Nós acabamos de aprovar a Portaria 46, onde, para quem não sabe, a gente incrementou os serviços. A gente está dizendo que quer aumentar RH, que quer ter mais serviços, mas, se não tivermos aumento, nada feito.

Encerro por aqui para não me tornar repetitiva. Peço também, se for possível, Jair, para irmos fechando por blocos de dez, não sei - você tem uma lista -, até a gente marcar a próxima. Quero saudar todo mundo e dizer que não é só hoje: a gente precisa vir no dia, quando eles sentarem também com o Prefeito, para direcionar; porque, senão, a nossa luta vai se perdendo. Não desanimem se isso for até a véspera do Natal. Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Regina.

Próximo inscrito, Douglas Santos.

O SR. DOUGLAS SANTOS – Bom dia a todos. Bom dia, nobre Vereador, nobre Vereadora. Bom dia a todos que se dispuseram a vir a esta Casa de Leis para debater o orçamento dos direitos humanos e da assistência social.

Quando olhamos o orçamento que foi enviado a esta Casa, o que nos chama a atenção é que a Secretaria de Direitos Humanos está, sim, com um valor absurdamente alto se a gente comparar, por exemplo, com a importância da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Pessoa com Deficiência. Porque a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, por exemplo, tem serviços extraordinários, como os Centros de Referência de Assistência Social e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – que tive o prazer de conhecer no final do ano passado, quando visitei uns 20 CREAS diferentes na cidade de São Paulo.

Em comparação com esses serviços, temos a Secretaria de Direitos Humanos, que, essencialmente, quando olhamos o que vai realmente impactar a vida da população paulistana, não funciona em absolutamente nada. Porque, sinceramente, qual é o sentido de existir o Centro de Referência LGBT? Qual é o sentido de existir um Centro de Referência de Combate ao Racismo? Todas as questões envolvendo preconceito e discriminação podem e devem ser levadas, por exemplo, a uma delegacia. Não cabe à Prefeitura receber pedidos ou requisições que envolvem questões de racismo e de homofobia, as quais devem ser tratadas por uma delegacia; esses crimes devem ser justamente tratados pelo Estado, não pelo município.

Ouvi aqui um Vereador falando sobre a questão de contingenciamento, sobre fazermos com que esse 1 bilhão de reais seja utilizado para aquilo que é realmente necessário.

- Manifestações no recinto.

O SR. DOUGLAS SANTOS – Ora, se fizermos um debate muito sério nesta Casa pedindo, sim, a supressão completa da Secretaria de Direitos Humanos, o fechamento dessa secretaria, e anexar essa secretaria à Secretaria de Desenvolvimento Social, nós teremos a supressão de gastos desnecessários, fazendo com que a população paulistana não pague. O pagador de impostos, aquele que contribui com a arrecadação de impostos ao Estado de São Paulo, à cidade de São Paulo, não quer saber do seu dinheiro sendo utilizado...

- Assume a presidência a Sra. Luna Zaratini.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zaratini) – Um minuto.

- Manifestações no recinto.

O SR. DOUGLAS SANTOS – ... para a militância LGBT, para a militância do movimento negro. Queremos o nosso dinheiro sendo utilizado em prol daqueles que realmente necessitam: a população que precisa de desenvolvimento social, a população que precisa ser assistida pela assistência social. Nós precisamos disso. Falo isso porque nasci na periferia e eu fui atendido por um equipamento de assistência social.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zaratini) – Por favor, encerre.

- Manifestações no recinto.

O SR. DOUGLAS SANTOS – Falo isso porque sou negro, sou LGBT e acho desnecessária a forma como é trazido e debatido o orçamento nesta Casa. Nós queremos que o próximo Prefeito da cidade de São Paulo, se Deus quiser, feche a Secretaria de Direitos Humanos e teremos dinheiro suficiente para se fazer atendimento a todos aqueles ...

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zaratini) – Conclua, por favor.

O SR. DOUGLAS SANTOS – (Interrupção. Falas simultâneas). Muito obrigado a todos e pela atenção de vocês.

- Manifestações no recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zaratini) – Passo a palavra para a Nazareth.

A SRA. MARIA NAZARETH CUPERTINO – É muito ruim falar depois de uma fala tão asquerosa como essa.

- Manifestações no recinto.

A SRA. MARIA NAZARETH CUPERTINO – É asqueroso, é revoltante demais que, numa cidade, num país com tantas violações de direitos humanos, alguém se atreva a chegar aqui e pedir o fechamento de uma Secretaria. Ridículo demais, é ridículo demais, demais. É um absurdo, é um absurdo. Mas vamos lá.

Eu também queria reforçar algumas coisas, Bezerra, que me preocuparam no orçamento. Uma delas: assistência social é direito da população e dever do Estado. É importante frisar isso. Quando a gente olha o orçamento, e quero fazer coro com a Márcia, a gente não vê de forma clara como se dará e se acontecerá o fortalecimento de CRAS, CREAS e Centros População, que são serviços da rede direta. Importantíssimo. O Estado precisa tomar para si a proteção social. Ela não pode ser terceirizada, ela precisa ser assumida pelo Estado. Isso me preocupa muito porque eu não vi nenhuma referência a concurso público, eu não vi nenhuma referência a aumento de CRAS, mas a aumento do CRAS completo. A gente está vendo o CRAS ser parceirizado, ser cada vez mais fragilizado e instalado de forma inadequada. Eu gostaria

muito de ver isso.

Eu gostaria muito de pensar contigo o que que a Secretaria está chamando de formação continuada dos trabalhadores. Há muito tempo a gente não tem isso. Formação continuada não é seminário; formação de continuada é programática, tem começo, meio e fim, tem tema específico, tem instrumental específico, tem profissional específico para isso. Porque nós estamos com bastante problema e sentimos de modo muito forte na conferência, sobretudo na conferência estadual, a forma inadequada com que os trabalhadores têm se formado ao longo do ano. Para quem está presente, e tem muitos usuários presentes, os nossos usuários foram vaiados na conferência estadual por trabalhadores. Isso é grave isso, é muito grave. Esse é um tema bastante deliciado, que precisamos levar em conta.

Há outra coisa que eu queria também ver. Você começou bem a sua audiência falando um pouco dos impactos da Covid nas nossas vidas. A gente tem um grupo na cidade estudando a questão da orfandade da Covid, e eu não vi nada no orçamento relativo a isso. Como é que nós vamos proteger as crianças que ficaram órfãs da Covid?

Por fim, a última pergunta Jair: também não apareceu aqui, não vi a questão do atendimento à população de rua, das Vilas Reencontro, dos hotéis. De onde está saindo esse recurso? Como que nós vamos fazer o controle disso? Isso não apareceu no orçamento, e quem está executando isso é a política de assistência social. Então, eu gostaria de saber inclusive se o Comas aprovou esses programas.

Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Nazareth.

Eu vou passar ao Vereador Manoel Del Rio e, em seguida, à Vereadora Luna Zaratini. Acho que já temos repertório suficiente para algumas respostas.

Quero só comunicar o que estamos pleiteando. O orçamento deste ano estava em

97 bi, já está em 110 bi. O que estamos pleiteando, como Comissão de Finanças e Orçamento? Vieram, para 2024, 103 bi com mais 7 bi de linha de crédito, que aprovamos nesta Casa. Esta é uma proposta que nós vamos encaminhar: para que se devolva, porque ele veio no substitutivo, O.k.? Nós vamos convencer o relator para que a gente devolva esse orçamento com 5 bi a mais do que veio, porque, assim, a gente justifica o pleito, especialmente considerando...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A palavra é importante: não é uma promessa. Então, isso justifica que nós do PT e do PSOL, ouvindo o Fórum, já consideramos que dentro desses 5 bi a mais... Repito: tradicionalmente, o orçamento está arrecadando mais do que a gente entrega, do que a Câmara devolve. Então, nós estamos propondo 5 bi a mais do que veio do Executivo; e prioridade, maior valor, que seja esse 1,7 bi, que é o pleito construído pelo Fórum. Essa é uma informação que eu gostaria de dar, porque vamos lutar aqui.

Tem a palavra o Vereador Manoel Del Rio.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Robson, com o Grêmio onde o Grêmio estiver. Fechou. Então, nós temos 34 inscrições, só ouvimos 5. Vamos ficar até as 15 horas. Vamos fazer o revezamento. Eu tentei levar até às 13 horas, mas confundi, é às 15 horas. Vereador Manoel Del Rio.

O SR. MANOEL DEL RIO – Cumprimento todos, cumprimento o Presidente desta reunião, Vereador Jair Tatto, o Secretário e todos os demais. Vou tentar expressar objetivamente as minhas preocupações.

Desde que cheguei a esta Casa, tenho levantado a questão dos problemas sociais da cidade, em especial o agravamento da situação da população em situação de vulnerabilidade social. O Secretário já falou um pouco hoje da pandemia, mas acrescento também que, passado o golpe de 2016, o salário mínimo, que era deveria valer 1.825 reais, hoje vale 1.320 reais; quer dizer, perdeu 500 reais do golpe para cá, isso sem contar o aumento dos preços.

Então, é evidente que isso agravou a questão social, tanto que as pessoas em

situação de rua, que lá atrás, em 2015, eram 14 mil, 15 mil, pularam para 32 mil e, segundo a Universidade Federal de Minas Gerais, para 52 mil. Esse agravamento da crise social exigia um aumento do orçamento da assistência como um todo. Precisava-se desse orçamento para se ampliar a rede socioassistencial e melhorar algumas condições necessárias para que esses serviços fossem feitos. Por conta disso, apresentei uma emenda pedindo 5% do orçamento para a assistência, o que, hoje, daria 5 bilhões. Essa emenda está tramitando, e farei esforços para que ela seja acatada.

Além disso, participo da Comissão do Idoso. Os idosos têm, como pleito, um orçamento específico. Dentro dos 5 bilhões, se se aprova a emenda, acho que haveria possibilidade de ter um orçamento específico para os idosos, para ampliar a rede e melhorar os serviços. Isso, nós apresentamos desde quando chegamos aqui.

Também apresentei outra emenda pedindo que as sobras de recursos das Secretarias viessem, no final do ano, para a Secretaria da Assistência Social como um modo de fortalecer a assistência social e irrompendo alguns gargalos que existem nessa pasta. É evidente que é preciso ampliar o orçamento, pois há muitas iniciativas boas, mas elas precisam ser ampliadas. A condição de moradia é uma das que precisam ser ampliadas, além dos acolhimentos.

Poderia se criar algo em termos de bolsa. Eu vi a experiência em Chicago, onde há muitos moradores em situação de rua e há uma bolsa, um salário para a pessoa, mas ela tem que ficar na família, ficar em casa e não morar na rua. Há também outra forma de se retirar a pessoa da rua, porque às vezes a pessoa está na rua por falta de renda, porque não tem como viver em casa. Se você acrescenta uma renda, essa pessoa poderia ajudar e manter nos serviços aquelas pessoas que já não têm mais a família ou a casa.

Também vejo que há necessidade, Secretário – falei aqui e falei também para o Ministro em Brasília -, de a gente construir um grande centro integrado de tratamento dos usuários de álcool e outras drogas para oferecer uma possibilidade de eles terem, por exemplo, acolhimentos e tratamentos de saúde; que houvesse uma grande cozinha nesses espaços e que

elas pudessem se alimentar, tomar banho, se higienizar. Há muitos anos fiz esta sugestão: que esse centro fosse no quartel do Parque Dom Pedro. Poderia haver uma parceria entre o município, o Governo estadual e o Governo federal, fazendo-se um *pool* para um grande equipamento para acolher os nossos irmãos usuários de álcool e outras drogas.

Também a gente tem constatado, Secretário, que São Paulo é uma das cidades que têm menos inscritos no CadÚnico. A cidade teria que ter 100%, mas tem, por exemplo, 57% ou 60%. Então, há perto de 40% da população que teria esse direito, mas não está inscrita no CadÚnico. Eu falei isso também em Brasília. Tem que haver um esforço do Poder Público, de modo geral, porque a demanda é muito profunda, não é uma demanda simples de resolver. Mas, se você consegue o CadÚnico, o que ocorre? A família acessa o Bolsa Família já com o CaÚnico, a tarifa social da energia, a tarifa social da água ou, às vezes, o BPC, e outros benefícios que tenha, mas ele está jogado porque ele está fora do CadÚnico. Então precisaríamos ampliar o CadÚnico.

Outra questão é que tenho um projeto de lei, pois tenho visto iniciativas da população, fui a um bairro recentemente, onde a associação fez um sanitário público, na verdade, o sanitário é da associação, mas ela permitia que pessoas em condição de rua pudessem ir lá tomar banho, trocar de roupa e utilizar.

E também há uma iniciativa como essa no Centro, de uma entidade que tem o sanitário e permite que as pessoas em situação de rua utilizem.

Portanto, percebo que precisaríamos implantar sanitários públicos em vários pontos da cidade. Mas sanitários públicos que também tivessem chuveiro para poderem tomar banho; que tivesse uma lavanderia para lavarem suas roupas, ou mesmo só trocar de roupa. A cidade precisa disso, porque a fome é terrível, tudo é terrível na pobreza, mas não ter onde fazer suas necessidades é o fim da linha. Precisamos mesmo ter sanitários públicos com esses equipamentos.

No mais, queria dizer que é muito importante ampliar o Orçamento para também melhorar as condições das Organizações Sociais.

- Manifestação na plateia.

O SR. MANOEL DEL RIO – Melhorar as condições para elas, melhorar o conveniamento, porque o que acaba acontecendo? Elas têm, na relação com o Poder Público, mais ou menos 80% de financiamento de seu trabalho. No que resta ela vai recorrer à doação, ao trabalho voluntário, a fazer rifas e festas, complementando assim seu orçamento. Por isso, precisaria melhorar esses conveniamentos para cobrir, melhorar, e ter mais recursos, pois essas organizações têm muitas despesas e não têm receitas para elas, assim elas buscam em outros lugares para poderem sobreviver.

Ressaltando que as Organizações Sociais exercem papel estratégico na nossa cidade, porque elas estão exatamente onde o povo está precisando. Elas estão sempre com seus telecentros distribuindo cestas básicas, marmitas. Então essas organizações exercem papel estratégico de parceria com o Poder Público. Porquanto, precisamos melhorar as condições para elas.

Sr. Secretário, também precisaria reajustar o per capita, pois já faz alguns anos que não obtém reajuste. Os preços sobem e o per capita não acompanha.

Em geral, gostaria de solicitar a melhoria dos salários dos trabalhadores da Assistência Social. É mais uma necessidade, porque os trabalhadores da Assistência Social recebem, dentro do Poder Público, menos que os servidores da Saúde, menos que os da Educação, são os que menos recebem. Porém, eles fazem serviços essenciais para a cidade. É com os trabalhadores da Assistência Social que nós vamos sair dessa situação. Só vamos sair dessa situação à medida que esses trabalhadores e serviços todos possam contribuir para que não tenhamos ninguém mais dormindo na rua, nem mais crianças abandonadas.

- Manifestação na plateia.

O SR. MANOEL DEL RIO – Para que não tenhamos mais ninguém passando fome, vai ser mesmo com esse coletivo das Organizações Sociais, em parceria com o Poder Público.

Para finalizar, queria ressaltar que, então, apresentei esse projeto de lei dos 5% do orçamento para a Assistência; e também temos de fazer um esforço para vir verba do Governo

Federal para cá, pois o poço é profundo, não é com medidas simples que vai resolver. O poço é profundo, por isso nosso trabalho é permanente e continuado.

Apresentei essa proposta dos 5%, entretanto, ouvi os senhores falarem e percebi que essa proposta do 1,7 bilhão foi construído com os fóruns, com o Comas e com a Secretaria. Não é que vamos abrir mão dos 5%, mas eu, enquanto estiver na Câmara, vou continuar lutando por esses 5%.

- Manifestação na plateia.

O SR. MANOEL DEL RIO – Mas se os 5% não avançar, nós vamos dar todo o apoio possível, assim como a nossa Bancada, a Bancada do PT já se posicionou a essa construção que os senhores fizeram com o Comas, com os fóruns e com a Secretaria, sobre o aporte de 1,7 bilhão para a Secretaria da Assistência Social.

Portanto, assim vamos caminhando, para ir fortalecendo as nossas atividades e seguir para que um dia, em vez de aumentar o orçamento, digamos que pode diminuir, e que vamos investir na educação, na moradia, na saúde, porque diminui o número de famílias em situação de vulnerabilidade social, que é esse o nosso grande sonho.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. LUNA ZARATTINI – Bom dia a todos, todas e todes que estão nessa audiência. Quero começar saudando o Presidente da Comissão nosso Vereador Jair Tatto. Saudar os secretários presentes. Saudar os trabalhadores da Assistência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Luna, me permita, por favor. A Secretária em exercício Dika Vidal pediu licença para sair, pois tem outro compromisso, mas fica o Flávio conosco. Sra. Dika, muito obrigado pela presença.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Mas ela quer falar antes? Se ela quiser fazer uso da palavra, é importante.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, eu pedi a ela. Por favor. Mas é assim mesmo, temos de ir organizando conforme nos foi encaminhado, mas jamais a impediria de falar, eu que solicitei a ela, viu Luna.

A SRA. DIKA VIDAL – Pessoal, boa tarde, eu combinei que visitaria um instituto, inclusive, com a Ciça do SMADS: o Instituto Gabi. Estivemos lá essa semana e ocorreu uma demanda. Durante o Prefeitura Presente, dei minha palavra que iria lá.

Como, provavelmente, eu não estaria aqui, hoje, e sim, somente o Flávio, nosso Chefe de Gabinete, mas fiz questão de vir aqui defender nosso orçamento, assim como aconteceu no ano passado, apenas pedi licença para sair. Então nosso Chefe de Gabinete, o Flávio, vai compor a Mesa e veio justamente para responder todas as questões.

Tinham duas perguntas para nós, uma eu até já conversei com a pessoa e a outra, por favor, se puder direcionar para o nosso Chefe de Gabinete. De qualquer forma, a SMPED está à disposição de todos, com portas abertas, vão lá também tomar um café. Eu e a Secretária Silvia nos colocamos à disposição.

Muito obrigada e parabéns a cada um de vocês. O papel que estão fazendo aqui, hoje, é fundamental para que as políticas públicas da cidade sejam de forma mais justa.

Obrigada, Presidente Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, mande um abraço ao Francisco Sogari. Obrigado, Dika.

A SRA. DIKA VIDAL – Vou mandar. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Luna, pela compreensão. Tem a palavra, Vereadora.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Começando novamente, queria saudar a presença de todos, todas e todes. Saudar o Presidente da Comissão Vereador Jair Tatto, saudar os secretários presentes. Cumprimentar os trabalhadores da assistência social, dos direitos humanos, saudar quem está no térreo também, pois essa audiência está cheia, o que é muito importante e muito bom.

Queria iniciar minha fala salientando que é fundamental estarmos discutindo o Orçamento. É papel dos Vereadores e das Vereadoras dessa Casa garantir a participação social nesse debate do Orçamento, mas nós sabemos que não necessariamente tem esse controle

social como gostaríamos.

Temos visto, e isso não é de agora, que a Prefeitura faz um processo de subestimar a receita. E isso acontece em todas as áreas, mas também aconteceu na Secretaria de Desenvolvimento Social. O que foi previsto para 2023 foi de 1,890 bilhão de reais, mas já foram gastos 2,290 bilhões. E vejam que engraçado: para 2024 estão previstos 2,089 bilhões, ou seja, menos do que foi gasto esse ano.

Portanto, não é possível que continuemos com esse processo de subestimação de receita, porque, simplesmente, quando há subestimação de receita, significa que vamos gastar sem o controle e a participação social, como aconteceu em relação ao ano passado, onde 400 milhões de reais foram gastos sem termos esse controle.

- Manifestação na plateia.

A SRA. LUNA ZARATTINI – E é óbvio, pois acho que até o Secretário trouxe algo importante no que tange a ter tido mais gastos na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, o que é importante, mas que não passaram por esse controle.

É necessário que consigamos garantir esse controle social, a participação social, para que tenhamos um orçamento, não só ditado pelo Executivo, mas seja ditado pelo povo, por aqueles que conhecem a rede de assistência social, que conhecem a rede de direitos humanos, para que possamos garantir que esse orçamento seja bem gasto, bem executado na nossa cidade. Sabemos que cada centavo é precioso no nosso debate e na própria execução dos serviços.

Quero dizer também que o gasto feito esse ano, até o momento dessa audiência, é de apenas 2,38% da receita total. Sabemos que a demanda histórica é de 5%. Então quero me somar às falas que fizeram a defesa dos 5% para a Assistência Social, pois sabemos que é fundamental, é uma proposta histórica. E, por mais que tenhamos um debate, que está sendo organizado, junto com a SMADS e com o Comas, a proposta que veio do Executivo é de 2,089 bilhões, que não é ainda a proposta que foi debatida. Acho, então, que precisamos pedir mais, sonhar mais, porque é de nosso conhecimento que tem caixa. Aliás, tem um caixa parado,

acumulando 4 bilhões de reais em juros! E Prefeitura não é para ficar acumulando juros, a Prefeitura é para gastar e investir na sociedade, garantindo, assim, a qualidade dos serviços para nossa população.

- Manifestação na plateia.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Sou Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e não consigo aceitar que na nossa cidade tenhamos 52 mil pessoas em situação de rua. Inclusive, temos feito uma vistoria, passamos e fazemos visitas a equipamentos públicos de acolhimento a pessoas em situação de rua, e temos verificado uma série de questões que poderiam ser resolvidas se tivéssemos um orçamento previsto adequadamente para a população.

Por exemplo, sabemos que todo ano faz calor, que todo ano faz frio, por que não temos, dentro do Orçamento, a Operação Baixas Temperaturas, ou a Operação Altas Temperaturas? Por que não temos isso? Sem um controle social.

Vimos também que tem também uma tentativa de aquisição de bonés com o dobro do preço. O Sr. Prefeito pediu até para cancelar esse contrato, pois seria gasto muito mais do que o necessário para comprar, porque era um contrato emergencial, que é um *modus operandi* que a Prefeitura tem usado.

Temos verificado ainda uma série de precariedades nesses equipamentos públicos. Nós os visitamos através da Comissão de Direitos Humanos e entregamos recomendações para a Prefeitura, mas quero dizer que é importante termos uma supervisão dessa parceria. É muito importante que isso também esteja dentro do Orçamento. Sabemos que, às vezes, são gastos, por exemplo, em alguns hotéis sociais, cerca de 4 mil reais por mês, por pessoa, e isso seria 16 mil reais para uma família de quatro pessoas.

Queremos garantia não só do gasto, mas de que ele seja bem executado. E que tenhamos ainda a saída qualificada das pessoas da rua. É isso que desejamos.

Terminando minha fala, quero de novo dar parabéns a vocês que estão aqui, garantindo um orçamento participativo. Vamos continuar nessa luta. A Bancada do PT que sempre defendeu o orçamento participativo estará à frente dessa luta. Vamos insistir para termos

5% sim para a Assistência Social. Todos sabem que é preciso. Teve o cenário da pandemia e ainda há muita fome e miséria no nosso país, na nossa cidade, por isso precisamos garantir esses recursos.

Vamos garantir melhores salários para os trabalhadores da assistência social, o per capita, garantir também os concursos, pois queremos, de fato, que tenhamos trabalhadoras e trabalhadores participando dessa rede.

No mais, quero dizer que o nosso mandato, que as bancadas do PT e do PSOL, da Oposição, está junto com os movimentos, junto com os trabalhadores, lutando para que esse orçamento seja o orçamento que sonhamos e acreditamos para a cidade que desejamos.

Obrigada, gente! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Luna.

Vamos seguir, ouvir mais uns cinco. Cadê a Haydée? Teve o fechamento do relatório e ela encontrou uma dificuldade, então foi acolher a juventude que estava lá. Não há uma quebra da sequência, não, foi uma pequena dificuldade. Mário, por favor, os que estão lá, em consulta, aguardam, mas temos espaço. Três minutos para a Haydée e, depois dela, Geraldo Brito.

A SRA. HAYDÉE PAIXÃO – Olá, todos, todas, todes. Bom dia. Boa tarde, agora, já passamos do meio-dia.

Quero saudar o Presidente, os secretários, Vereadores e Vereadoras, mas cumprimentar principalmente a juventude presente nessa audiência. Cadê a juventude?

- Manifestação na plateia.

A SRA. HAYDÉE PAIXÃO - Somos do Projeto Mude com Elas. Esse projeto é executado pela Ação Educativa e a *Terre des Hommes*, cujo objetivo é incluir as jovens mulheres negras no mercado trabalho.

Estamos pleiteando e querendo atenção dos secretários, secretárias, dos Vereadores e das Vereadoras, para que seja incluída dotação orçamentária especificamente para políticas públicas envolvendo jovens mulheres negras.

Temos diversos índices e dados, temos nossa pesquisa, e sabemos,

comprovadamente, que as jovens mulheres negras são as mais afetadas pela pandemia, as mais afetadas pelas políticas de desemprego. Sabemos que vivemos em uma sociedade racista estruturalmente, então é preciso que haja esses tipos de política de reparação dentro das políticas públicas.

Porém, quando olhamos para o orçamento, percebemos que não as próprias políticas públicas estão sendo garantidas, quanto mais para pensar nas jovens mulheres negras. Gostaríamos, por isso, que se destacassem alguns pontos, em especial a Secretaria de Direitos Humanos, que ainda não falou. Queremos muito ouvir o pessoal da Secretaria de Direitos Humanos.

Referente à dotação orçamentária, vocês sabiam que existe a Lei Estação Juventude nº 13.735, sancionada em 2004, e que até agora não foi implementada? E o quanto que a juventude está perdendo com a falta da implementação dessa lei?

Estamos aqui, hoje, com jovens da Etec Jaraguá, do CIEE, do CIEE Vila Mariana, do Grajaú, Quilombo Guarani, que está lá na Sala Tiradentes. Cadê o pessoal?

- Manifestação na plateia.

A SRA. HAYDÉE PAIXÃO – Temos também juventudes de outras escolas e organizações. É muito importante que vocês da juventude, que ocupem esses espaços, que vocês falem sobre as suas demandas, falem sobre as questões atinentes e específicas dos jovens das periferias de São Paulo, que são as pessoas mais vulneráveis.

Temos algumas políticas públicas, como, por exemplo, Bolsa Trabalho, mas ela ainda é insuficiente. Somos milhões de jovens na cidade de São Paulo e o programa Bolsa Trabalho, por exemplo, só tem vagas para 214 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, por favor.

A SRA. HAYDÉE PAIXÃO – Então, nós temos algumas políticas públicas, como, por exemplo, o Bolsa-Trabalho, mas ainda é insuficiente, porque nós somos milhões de jovens na cidade de São Paulo, e esse programa só oferece trabalho para 214 pessoas. Por isso, Vereador Sidney, relator do Orçamento, nós precisamos que essa política pública seja aumentada com

uma dotação orçamentária de dez milhões, assim como o Programa VAI, também relacionado à juventude e vinculado à Secretaria de Cultura. Pedimos ainda a implementação do Programa Estação Juventude.

Ouvimos tanto falar dos bilhões que tem a Prefeitura, mas cadê esse dinheiro na base?

Agradeço a oportunidade e parabênzo todos e todas presentes.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Geraldo Brito.

O SR. GERALDO BRITO – Bom dia a todos, todas e todes.

Sou o Geraldo, do Fórum da Assistência Social e, antes de iniciar a fala sobre o Orçamento, primeiramente, quero repudiar e lamentar algumas alianças que o Prefeito Ricardo Nunes, atual Poder Executivo Municipal de São Paulo, tem tentado fazer para se reeleger; inclusive com a ajuda de grupos bolsonaristas. Isso é muito sério e complicado, porque nem tudo vale para se reeleger. Eu quero que reflitam sobre isto: podemos estar em campos diferentes, mas nem tudo vale para a reeleição.

Eu também quero repudiar a fala do Douglas Garcia, ex-deputado estadual, que, infelizmente, foi embora, porque que queria falar na frente dele. Algumas acusações contra Douglas Garcia: bloco de Carnaval com homenagem a órgão de tortura, elogio a gangue extremista, ameaça e opressão a pessoas transexuais, disseminação de notícias falsas e expulsão do PSL, agressão a jornalista Vera Magalhães, investigação do Ministério Público pela “lista dos antifascistas”. Ele tinha que ter feito uma lista para caçar os fascistas, não os antifascistas. Esse é um breve resumo, e isso tudo é muito sério, na minha opinião.

Agora, referente ao debate de hoje, o Orçamento da cidade de São Paulo, especificamente o da Assistência Social, não dura nem seis meses e depois já tem que ficar buscando suplementação. Isso também é muito sério, absurdo e complicado. Eu gostaria que os Vereadores tomassem noção dessa séria questão. De acordo com a última tabela de custeio da Assistência Social, no último reajuste – que nem sei quando aconteceu –, o valor *per capita* da

alimentação para quem recebe café da manhã e almoço era de 6,34 reais; para quem recebe café da manhã, almoço e jantar – ou seja, o dia inteiro, para quem está em acolhimento –, o valor era de 12,64 reais. Agora me digam o que nós podemos comprar aqui fora com esse valor para as três refeições? Essa conta não fecha.

Sobre a Portaria 46, que nós discutimos recentemente, houve alguns avanços, inclusive na questão do profissional assistente social. Pasmem, mas o serviço de proteção social básica e muitos de proteção social especial não têm assistente social, não está previsto o profissional assistente social. Sequer está previsto. Isso é muito sério. É importante que a gente consiga avançar na Portaria 46 em relação ao 1 bilhão, 785 mil reais. A gente tem que frisar esse valor. Nesse sentido, respeito, mas discordo do que disse o Vereador Tatto, porque a gente tem que falar o tempo todo que nós precisamos de 1,7 bilhão. Esse valor não representa uma pressão orçamentária, mas é de déficit; ou seja, está faltando. Esse número que inventaram ser de pressão orçamentária, na verdade é de déficit.

Para terminar, com todo o respeito, também não dá mais para ouvirmos membros do Governo falarem que não depende deles e sim da Câmara ou não sei mais de quem ou disso ou daquilo. Desculpem, mas, como membros do Governo, eles têm que falar com o próprio Governo para aumentar o valor da Assistência Social. Simples assim.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Luís Lorente Vila.

O SR. LUÍS LORENTE VILA – Boa tarde, meus queridos. Enquanto eu aguardava em pé para falar, a Marcia Perrone pedia para eu me acalmar, porque, pelo que eu ouvi, está tudo uma maravilha, e o Orçamento está bom porque foi pactuado. Há três anos, no debate do Comas na Comissão de Finanças e Orçamento, eu tinha feito um ensaio de um orçamento necessário que na época já era de 2 bilhões, quando o oficial estava na casa do 1,2 bilhão ou algo assim.

Eu estou ouvindo que o Orçamento cresceu em relação ao do ano passado. Mas, e a inflação e o custo de vida? Bom, acolho a crítica da colega sobre a verba de humanização,

chamada também de verba de manutenção. Não é para fazer nenhuma manutenção impactante, mas para substituir pratos, quebrados, talheres perdidos e toda a cutelaria e outros itens de uma cozinha e de um lar, como lençóis de cama e colchões, como aqueles azulões que são distribuídos, que são melhores do que nada.

O Vereador Manoel tocou no assunto do Orçamento do Estado e da União. É revoltante, porque nós de São Paulo somos 5% da população brasileira. Cadê o dinheiro? Somos 25% do Estado. Cadê o dinheiro? Como falou a Secretária de Direitos Humanos, tem que pedir para os homens. São Paulo está abandonada. Esse Orçamento que dizem que é o suficiente mal serve para 20 mil acolhidos, sendo que dois terços da população estão sem ser atendidos. Então, o Orçamento, além de ser insuficiente, parou no século XIX. Será que a Monarquia se preocupava mais do que se preocupa a República? Não sei. Então, gente, está tudo ruim.

As tipificações dos serviços foram rasgadas, e um único serviço acolhe ILPI, CTA e Centro de Acolhida Especial para Idosos – CAE Idosos. As tipificações estão sendo rasgadas como foi rasgada a CLT.

Obrigado pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Caroline Gama.

A SRA. CAROLINE GAMA – Boa tarde a todos, todas e todes.

O Presidente falou para a gente não ficar batendo na tecla do 1,7 bi para não ficar repetitivo, e eu me sinto contemplada pelas falas dos colegas, mas eu quero deixar bem claro que o valor de 1,7 bi é para a gente sobreviver, como a gente tem feito hoje.

Hoje, as Organizações Sociais fazem mágica: preparam almoço para vender no final de semana; os seus trabalhadores juntam papelão e vendem para conseguir fazer atividade com as crianças. A gente não está pedindo nada demais e se a gente tem que bater nos 5% é para que, pelo menos, as condições de trabalho melhorem um pouco, porque os trabalhadores da Assistência Social também são usuários.

Sentimos muito a ausência do Secretário na última audiência pública, mas estou feliz por ele estar aqui hoje para nos esclarecer algumas coisas. Apesar de acabar de ter sido

aprovada a Portaria 46, estamos com medo de não ter orçamento para garantir que aconteça o que foi estabelecido como meta. Como trabalhadora do CCA, foi uma luta de anos para conseguir uma equipe linda e maravilhosa, mas o salário ficou muito estranho e vai ser muito difícil que a gente consiga profissionais, porque outras Pastas, como a Saúde, por exemplo, pagam muito mais do que a da Assistência Social. Por que o profissional da Assistência não é reconhecido? Provavelmente porque nós não somos prioridade para esta cidade, para esta Prefeitura.

É por isto que a gente precisa insistir nos 5%: para garantir o dissídio e qualquer coisa que o sindicato consiga. Por que uma empresa privada é obrigada a pagar aos trabalhadores quando o sindicato delibera, mas a Prefeitura, não? A Prefeitura, por exemplo, não repassa insalubridade, não repassa o dissídio por completo. Eu mesma já fui mandada embora de uma instituição porque a Prefeitura estava há anos sem repassar dissídio; o sindicato pedia 13% e a Prefeitura nos repassava 9%.

Então, a gente não está pedindo, e a assistência social é um direito. É muito cansativo para nós virmos aqui todos os anos para pedir algo que é nosso direito. Como o Geraldo bem disse, o valor orçado para o ano passado acabou no meio do ano. Estivemos com a Bancada do PT e com a Bancada do PSOL e batemos no gabinete do Vereador Sidney Cruz para sensibilizá-lo. Eu gostaria de saber dos Vereadores qual é a dificuldade de conceder 5% do Orçamento da cidade de São Paulo para a Assistência Social.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passemos à rodada de respostas e considerações.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Houve uma série de perguntas, e eu vou tentar responder a todas. Antes, porém, eu gostaria de destacar dois pontos iniciais. O primeiro não tem necessariamente a ver com o escopo ou com o mérito do nosso debate, mas eu quero que todos saibam da minha posição pessoal a respeito das falas aqui explanadas pelo ex-deputado Douglas Garcia, todas completamente fora do contexto, com a intenção de tumultuar a sessão e uma clara tentativa, a exemplo de alguns políticos, de transformar a política

em algo que subverta o cerne do debate e o seu sentido, tentando transformá-la em um circo. Não houve outra intenção senão a de gravar um vídeo para fazer uma lacração e ir embora. Eu disse e repito: repudio esse tipo de ação que desqualifica a política com falas absolutamente descontextualizadas e de conotação inadequada, criminosa, racista e fascista. Essa é a minha posição. (Palmas)

Podemos divergir no debate, mas sabemos aonde nos leva o discurso de desqualificação da política: à destruição da democracia, algo para mim inegociável. Por isso estou fazendo questão de deixar claro o meu posicionamento.

A segunda questão é especificamente em relação ao debate. Como há um número muito grande de perguntas cujas respostas têm um grande nível de complexidade e merecem um aprofundamento técnico mais ampliado, eu oriento e proponho que a minha equipe técnica prepare um relatório e envie a esta Comissão com respostas técnicas. Agora, eu vou tentar responder a tudo o que foi colocado, entre várias coisas, o que eu consegui pelo menos anotar.

A primeira pergunta, a primeira inscrita era uma pessoa que eu não consegui entender o nome. Era uma pessoa que perguntou virtualmente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Rosângela. Isso mesmo: Rosângela. A Rosângela falou sobre a questão da regionalização do orçamento, que seria muito bom se a gente avançasse na questão da regionalização do orçamento e como a Secretaria de Assistência Social trabalha a regionalização do orçamento, se trabalha, e tal.

Bom, é importante e outras pessoas tocaram também nesse aspecto. Todos os equipamentos, todos os programas que são feitos, que são instalados pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social são feitos a partir de um estudo diagnóstico de vulnerabilidade social feito através do nosso Observatório de Vigilância Socioassistencial, que aponta territorialmente. Essa demanda, uma vez pautada a vulnerabilidade regional, é então sinalizada a demanda e encaminhada para que ela possa ser atendida. Lembrando que nesse caminho há dificuldades do mundo real. E aqui nós estamos falando com pessoas que estão

atuando também na ponta da assistência social.

A assistência trabalha com suporte técnico de Covis, trabalha com direcionamento dos seus diagnósticos e estudos de vulnerabilidade sócio regional, mas muitas vezes o que se encontra nas regiões, o que se encontra no trabalho da SAS é uma dificuldade em alguns territórios. Aliás, pronunciada de maneira mais intensa ainda em alguns territórios é para se encontrar, por exemplo, imóveis e imóveis adequados para instalação de serviços. Isso muitas vezes atrasa e dificulta a implantação de determinado serviço. Mas, mesmo com essas dificuldades, esse trabalho tem sido reconhecido.

Nesse último ano, a SMADS recebeu um prêmio da Fundação Tide Setúbal como destaque. Estou falando da Fundação Tide Setúbal, um órgão absolutamente independente e reconhecido no país pela qualidade do seu serviço, pela qualidade na avaliação de políticas públicas. A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social recebeu um prêmio de destaque, primeiro lugar, pela qualidade da regionalização do orçamento que aplica em suas políticas públicas. Então, queria fazer esse apontamento que é muito importante.

O Sr. Nadir fez um questionamento sobre a previsão do programa de metas para o idoso do ano que vem. Só um segundo. Apresentei ali. Deixe-me pegar aqui...Melhor, vou avançar mais uma e vou pedir ao Décio, meu adjunto, localizar. Acho que fica mais fácil. Enquanto eu vou avançando.

A Regina Paixão, do FAS, falou sobre a questão do dissídio. Estamos em diálogo permanente e estamos dialogando, como sempre foi feito, historicamente, na SMADS. Estamos abertos, dialogando, conversando com todos os envolvidos e tentando fazer o melhor.

É importante todo mundo ter a compreensão de que em uma rede do tamanho da qual a gente apresentou aqui...Todo mundo sabe, enfim, todo mundo tem maturidade para compreender que uma rede com o tamanho da qual nós temos, com a escala que temos, enfim, o impacto que tem qualquer movimento que nós fazemos. Estamos tentando fazer o melhor possível olhando para as condições dos trabalhadores e das trabalhadoras e também das OSCS. Nós estamos trabalhando por isso, inclusive é por isso que nós estamos aqui. Se tem um lugar

onde a gente pode debater melhorias nas condições de orçamento para uma pasta como a da assistência social, é nesta Casa. É na Câmara que a gente pode fazer esse debate. É na Câmara que a gente pode sensibilizar os Vereadores. É na Câmara que a gente pode sensibilizar a Comissão de Orçamento e as outras Comissões temáticas, os Vereadores, as Bancadas para que a gente possa avançar.

Fui Vereador nesta Casa. Estou Vereador agora licenciado. Uma das coisas que funciona muito nesta Casa é a sensibilização em audiências como esta. É a sensibilização com a presença da população para que se possa efetivamente trabalhar melhorias na condição do orçamento. Agora, nunca é esquecendo da possibilidade de realocação de recursos do orçamento para própria assistência. Neste ano isso foi feito.

Enfim, a Regina falou também da questão de insalubridade. É importante, Regina, a gente destacar que quando a gente fala nessa insalubridade, nós pagamos a insalubridade para proteção especial, na alta complexidade e na média complexidade em alguns serviços. São Paulo, salvo engano, é talvez a única grande cidade brasileira a ter feito isso.

Mas precisamos reconhecer que nós estamos avançando e nós não fechamos a questão. Estamos dando os passos, nós estamos trabalhando por isso. Alguém vai dizer: “Ah, mas podia ser muito mais.” Está bom, mas nós estamos dando passos. Inclusive, eu mostrei orçamentariamente o impacto disso. Inclusive isso tem um impacto grande no orçamento.

Agora, isso tudo, quando a gente fala da insalubridade, não é só uma questão orçamentária, mas é também uma questão jurídica. Precisa se ter, juridicamente, isso muito bem respaldado para que isso não seja questionado e se dissolva daqui um tempo e tudo seja desconstruído. Mas, enfim, não encerramos a questão quanto a isso. Estamos abertos com relação ao diálogo.

A Nazaré falou, entre tantas coisas, de várias coisas bastante amplas que tomariam muito tempo, como CRAS, CREAS, estruturação e tal, mas, enfim, inclusive que são questões que nós estamos trabalhando recursos de suporte para um programa de médio e longo prazo junto ao Banco Mundial com aquilo que seria um programa inédito de estruturação completa do

sistema de CRAS, CREAS da cidade, com estruturação em T.I., com estruturação de pessoal. Temos o programa todo construído. Foi desenhado e apresentado aos técnicos do Banco Mundial, inclusive elogiado pelos técnicos do Banco Mundial. Será, agora, no próximo mês, avaliada a proposta. O nosso compromisso com esse é tão grande que nós sabemos, por exemplo, que isso tudo tem um tempo tanto de aprovação quanto de execução. Possivelmente, isso passe para além da minha gestão e desta gestão até que seja feita a completa liberação e o tempo de execução desse recurso para esse programa todo de reestruturação.

O meu compromisso - e foi o compromisso que assumi lá no Banco Mundial em nome do Prefeito Ricardo Nunes – é que independentemente das questões políticas de mudança ou não de gestão, o que a gente quer é manter esse programa de estruturação a médio e longo prazo, porque isso se faz necessário na maior cidade do país. Isso vai ser uma grande inovação. Isso não tem que ser um programa de governo, isso tem que ser programa de estado. A gente está comprometido com isso.

Agora, é difícil para as pessoas ouvirem isso porque todo mundo quer a resposta imediata “eu quero já”. Inclusive, tem razão nisso. A gente sabe da complexidade da situação. Não é fácil o que a gente está enfrentando. Mas o que eu quero dizer para vocês é que a gente não está parado com relação a essas questões.

A Nazaré falou também sobre formação continuada. Há muito tempo, Nazaré, não se tinha a formação continuada na Secretaria de Assistência Social. Há muito tempo não tinha formação continuada. O que fizemos preocupados com isso? Um dos principais problemas para não se ter formação continuada é porque a estrutura do espaço está completamente degradada. O que é que nós fizemos? Eu escutei, eu ouvi a senhora. Eu ouvi.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Eu ouvi a senhora atentamente.

A senhora tem todo o direito de fazer oposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permita que o Secretário termine.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR - Não. Inverdade, não. Quem fala inverdade é a senhora. Quem fala inverdade é a senhora com cunho político-ideológico, aí é outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Márcia, a senhora está ofendendo o Secretário.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Quem fala inverdade é a senhora. É a senhora e gente com quem a senhora milita. Eu não tenho esse compromisso, não. A senhora me respeite, assim como eu a respeito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Não, senhora.

Quer fazer debate político, faça debate político.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Serei obrigado a interromper e solicitar...Dona Márcia, com todo respeito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Se a senhora rebater, piora. Então...Não. Eu não dei permissão a ela falar. Eu também chamei a atenção, digamos assim.

Vamos seguindo. Por favor, Secretário, pode seguir sua linha de raciocínio.

Está registrada a ofensa feita ao Sr. Secretário e está nos Anais registrado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por gentileza, deixe o Secretário concluir.

Temos ainda 34 inscrições pela frente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Tudo bem, se não quiser que responda, não respondo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Vereador não pode falar? A Vereadora pode se manifestar?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos seguindo, por favor. Secretário, pode

continuar.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – O que eu estava dizendo, respondendo à Nazaré, a questão da formação continuada. Um dos principais problemas era a ausência de um espaço qualificado para que isso acontecesse. O que fizemos? Passamos, então, a reestruturar, a possibilidade de parcerias. Neste ano nós fizemos um número, eu diria, recorde de parcerias com a Unesco, recebendo inclusive uma nota de menção honrosa da Unesco pelo número de parcerias para a formação, capacitação e suporte neste ano e estamos requalificando o Espaso, que é um centro tradicional de capacitação da assistência social na cidade e que precisa voltar a ter o seu espaço ali requalificado.

Nas próximas semanas, entregaremos o prédio completamente reformado e revitalizado. A partir dessa entrega do prédio totalmente revitalizado e transformado com a biblioteca, com as salas de aula, com os espaços todos, com auditório, teremos, então, um centro de formação e iniciaremos uma programação de formação continuada no Espaso.

É muito importante a gente dizer isso para esclarecer qualquer outra desinformação ou *fake news* que seja colocada com o intuito que a gente sabe muito bem qual é, que não é nem de qualificar política, muito menos que seja em favor das pessoas que atuam, dos trabalhadores que atuam na assistência social.

A questão dos idosos. Está aí o detalhamento da proposta? Você conseguiu localizar? Vou aproveitar que meu adjunto está aqui e vou tomar uma água. Ele vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Só preciso que se dê uma acelerada, porque vamos retomar as inscrições.

O SR. DÉCIO FERNANDO DE MATOS – Boa tarde a todos.

Só complementando a informação do programa de metas. A gente tem uma previsão de 24 serviços vinculados ainda este ano e para o próximo ano entre NCIs, CDIs e ILPIs já com orçamento previsto na proposta orçamentária vinculado à meta 17, que é o programa de metas.

Por conta de ser um programa de metas, ele tem uma destinação e um planejamento já previsto. Também faz parte da meta 17 diversas outras ações transversais. Só para a gente

deixar isso marcado e a gente depois complementa e detalhe a isso enviando para comissão a minuciosidade dessas informações.

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – O Vereador Manoel Del Rio trouxe algumas coisas importantes aqui. O Vereador Manoel falou de uma experiência de Chicago sobre a questão de um auxílio para família que recebesse uma pessoa em situação de rua.

Queria falar para o Vereador Manoel Del Rio e para todo mundo que está aqui que a SMADS tem o Auxílio Reencontro hoje que está sendo executado e que é um auxílio no valor de 600 reais que é revertido para famílias que, porventura, queiram receber pessoas em situação de rua para que elas possam ser acolhidas.

Esse auxílio já vem sendo executado e nós também estamos num projeto de finalização de outra modalidade de Auxílio Reencontro. Nós temos duas modalidades de Auxílio Reencontro. Essa modalidade que o senhor mencionou que funciona bem na cidade de Chicago, já temos essa modalidade funcionando na cidade de São Paulo e é muito importante que vocês saibam também para divulgar porque é um mecanismo importante para que possamos dar autonomia ainda maior para as pessoas em situação de rua. Outra modalidade é o Auxílio Reencontro Moradia para aqueles que com suas famílias estejam de saída dos equipamentos tenham também a possibilidade de terem também o pagamento do benefício, o pagamento de transferência do recurso para o pagamento daqueles que, porventura, o recebam em uma moradia, no valor, para a família, de R\$1.200,00. Isso é importante.

O reajuste do *per capita*. Eu concordo com os vereadores, lembrando que a discussão que a gente fez, da 46 e aprovação da 46, traz reformulações das tipologias e a Câmara, neste momento, tem a capacidade, tem a possibilidade da reorganização desses processos. E, como eu disse aqui e vou repetir, todo mundo sabe o impacto que tem essa reformulação para 1.500 serviços, o tamanho, enfim, do impacto orçamentário disso tudo. E os pleitos que estão acontecendo aqui são exatamente para isso, para a gente encontrar caminhos para a resolução. E, nesse sentido, eu queria contar muito com os vereadores: Vereador Manoel Del Rio, Vereadora Luna, Vereador Fabio, Vereador Jair. E quero dizer que os vereadores

defenderam uma proposta que eu também defendo historicamente e que foi apresentada por um colega meu de Bancada, do PSDB, nesta Casa há anos e que também foi secretário da pasta como eu. Refiro-me ao então Vereador Floriano Pesaro, que é a proposta orçamentária de 5%.

Mas é importante – inclusive, queria falar para os vereadores do PT -, que essa defesa, que eu acho muito positiva, fazer essa defesa dos 5% do orçamento para a Assistência Social é claro que se trata de um grande avanço para nós, mas essa, também, deve ser uma defesa no campo federal, porque o governo federal não chega a 1%, em seu orçamento, para a Assistência Social. Então, até para que não fique algo incoerente: a gente defende algo na cidade e defende outra no âmbito federal.

Então, eu quero dizer que sim, que eu também defendo o que sempre defendi historicamente aqui, nesta Casa, como tucano com o Vereador Floriano, que é o orçamento de 5% para a pasta.

Quando a Vereadora Luna fala das 52 mil pessoas em situação de rua, eu discordo, porque são metodologias completamente distintas. E eu continuo me baseando pelo Censo que foi realizado. O Censo aponta 31.884 pessoas. E por que eu defendo o Censo? Porque a metodologia da Universidade Federal de Minas Gerais é baseada em um estudo feito sobre o CadÚnico, que é um cadastro. Ela não é feita com entrevistas de pessoas, nem com recorte de demandas e perfis. É um estudo feito sobre um cadastro, que é um cadastro autodeclaratório, inclusive. Muitas vezes, cumulativo. As pessoas saem da situação de rua, outras pessoas morrem, e esses dados podem ser cumulativos: três, quatro, às vezes, cinco anos. Então, ele é menos preciso do que o Censo realizado com 220 recenseadores, georreferenciado, com entrevistas específicas. A equipe que realiza o Censo tem um grupo de pessoas com trajetória em situação de rua; ela é feita com mapas onde há o reconhecimento histórico da concentração da população em situação de rua. Enfim, com metodologia clara, transparente, georreferenciada e que historicamente tem uma séria, tem uma sequência. São Paulo é a única capital brasileira que realiza censos desde o ano de 2000. E eu penso que é muito ruim, muito ruim – e esta é a minha opinião -, a gente desqualificar todos os censos realizados em nossa cidade para que a

gente possa se basear em um estudo feito por uma universidade a partir do CadÚnico. Até porque, se fosse para a gente se basear no CadÚnico, para que fazer o Censo então? Não precisaria fazer o Censo. E o Censo nos dá com clareza a qualitativa. Dá-nos as demandas específicas, a idade, motivos de ida dessa população para a situação de rua, perfis étnicos. Enfim, uma série de coisas que são completamente distintas, por exemplo, de um estudo feito sobre o CadÚnico.

Teria uma série de outras coisas que eu poderia aqui responder sobre questão de medidas que a gente está tomando, sobre questão de supervisão com relação à precariedade de equipamentos; melhoria da qualidade do gasto; melhoria em metas para sair da qualificada. Tem uma série de medidas, que estão sendo tomadas e que foram tomadas, que a gente poderia aprofundar. A própria questão, bastante confundida recentemente com a operação Altas Temperaturas, quando se fez uma mistura – em minha forma de ver – totalmente inadequada ao se comparar uma compra emergencial, necessária por uma demanda que foi de uma semana para a outra, de uma mudança climática totalmente atípica. Operação Altas Temperatura: São Paulo é a única cidade brasileira... São Paulo é vanguarda. São Paulo foi a única cidade brasileira que realizou uma operação Altas Temperaturas. Então, é injusto dizer: “Ah, São Paulo poderia ter previsto...” Nenhuma cidade brasileira fez nada. São Paulo, quando instada, atuou. E, aí, nesse caso específico, se percebeu a necessidade, por exemplo, da compra de bonés. E que era uma compra emergencial que precisava ser rápida, do dia para a noite. Feita absolutamente no rigor da lei. Aliás, para além do rigor da lei. A lei diz que para os emergenciais devem ser feitas três consultas. Foram feitas 12. Sete responderam. E optou-se pelo menor preço público, que foi comparado de forma inadequada com outro produto comprado em escala incrivelmente maior, incrivelmente maior, e com uma configuração totalmente diferente, porque o produto da Prefeitura e o produto que foi comparado não têm absolutamente nada a ver em termos de qualidade. Mas, para que não paire nenhuma dúvida sobre o processo, o Prefeito Ricardo Nunes solicitou que se interrompa o processo, até porque não foi feita nenhuma aquisição, e nós preventivamente abrimos um processo de averiguação para deixar tudo absolutamente

transparente, cristalino, para que não haja nenhuma vírgula de dúvida sobre o processo. Então, é importante a gente deixar isso muito esclarecido.

Eu acho que, no geral, a gente respondeu tudo ou quase tudo.

Geraldo, os valores *per capita* precisam, sim, ser trabalhados. A gente está trabalhando nisso. A gente está tentando fazer o máximo que a gente consegue. Lembrando que a LDO prevê remanejamento. Os remanejamentos foram feitos. É importante a gente ver como as coisas estão sendo feitas, trabalhadas. Quero dizer que sou absolutamente sensível, estou aberto ao debate. Estou aqui para isso. E, enfim, aqui a gente não esgota a discussão.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Vereadora Luna quer fazer uma observação.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Obrigada, Presidente.

— Não quero contrapor a fala do Secretário agora, porque eu já usei a minha palavra, mas só para acrescentar que quando a gente discute também o Censo, a gente, do Partido dos Trabalhadores, sempre tem uma postura propositiva para a cidade. A gente não faz oposição pela oposição. E eu tive o cuidado de ligar para o presidente do IBGE, Marcio Pochmann, para se comprometer em fazer o Censo Pop Rua e também o Censo dos Catadores e Catadoras, porque o Censo a que o Secretário se referiu é de 2021. Então, é preciso que a gente tenha uma análise real da cidade, porque a gente viveu um momento de apagão com o Governo Bolsonaro: de apagão de dados, de apagão de tudo. Então, é preciso que a gente volte com essas políticas, inclusive a questão dos catadores e catadoras.

Então, só acrescentando que a gente vai ter um Censo do IBGE que vai fortalecer essas discussões, e aqui o debate não é de a gente ver se tem mais ou menos população em situação de rua, porque é muito triste a gente ter de fazer esse debate. Eu gostaria que tivesse zero pessoas em situação de rua. Então, é preciso que a gente se coloque.

Eu não vou responder às outras questões, porque eu já fiz uso da palavra, mas só acrescentando que a gente também tem buscado o IBGE para nos auxiliar aqui, na cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, Vereadora Luna.

Nós temos ainda 24 inscrições. Nós temos a exposição da Secretaria de Direitos Humanos, que é extremamente importante. E quem já se sentir contemplado e puder declinar da inscrição, ajudaria, porque nós ainda temos a exposição da Secretaria de Direitos Humanos.

O Vereador Fabio Riva precisou sair, o Vereador Manoel Del Rio também, porque os vereadores, a Luna também está justificando, porque os vereadores e vereadoras têm... Eu, no caso, cuido desta Comissão. Então, eu tenho de ficar aqui. Mas eles têm as comissões extraordinárias, enfim, têm outros afazeres aqui.

Então, Allan Carvalho, declina ou segue?

O SR. ALLAN CARVALHO – Sigo. Antes de tudo, cumprimento a todas, todos e todes e faço uma especial deferência a quem está aqui e que é da Assistência Social. Peço para que se levantem, para a gente mostrar a nossa força. Principalmente os adolescentes que estão com cartazes aqui e em todos os espaços desta Casa. Têm mais de 70 pessoas lá embaixo, que não conseguiram entrar.

Gostaria de registrar que também me senti ofendido quando o Secretário, que foi parlamentar desta Casa, falou que quem comete inverdades são os militantes que militam com Márcia Perrone. Eu sou testemunha viva, porque há décadas eu convivo com ela, de sua seriedade e compromisso ético e político. Então, eu quero registrar aqui que eu milito com ela e nunca disse nenhuma inverdade, que eu tivesse conhecimento.

Queria seguir, então, com as perguntas, e não vou qualificar nada de inverdade para não incorrer, eventualmente, em alguma falha. Mas fico aqui me perguntando: nós precisamos recorrer ao Banco Mundial, se temos 35 bilhões em caixa, para fazer alguma coisa na cidade de São Paulo nessas três políticas? (Palmas)

Fico me perguntando se um estudo feito por uma universidade federal, com base no CadÚnico que quem executa é a Secretaria, se ele não tem credibilidade, a Secretaria está falhando na execução, no monitoramento, no acompanhamento desse CadÚnico para colocar em xeque o seu valor? São perguntas.

Com relação ao que foi dito aqui sobre a maioria dos municípios se sustentarem com os seus próprios recursos para isso...

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – Só um segundo. O senhor poderia só repetir a pergunta?

O SR. ALLAN CARVALHO – Se voltar o tempo, sim. Qual pergunta, Secretário?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – A segunda, agora, que você acabou de fazer.

O SR. ALLAN CARVALHO – Do Censo?

O SR. CARLOS ALBERTO BEZERRA JÚNIOR – É.

O SR. ALLAN CARVALHO – Eu pergunto se quem executa o CadÚnico na cidade é a Secretaria e ela coloca em xeque um estudo de uma universidade federal que faz um estudo sobre a população em situação de rua com base nesse CadÚnico, se ela própria está dizendo que o CadÚnico é falível? Se a Secretaria executa o CadÚnico e questiona um estudo que se baseia no CadÚnico, ela está admitindo que o CadÚnico é falho? Sendo que ele é feito por funcionários terceirizados? Mais uma vez, o poder público se isenta do cumprimento do seu papel?

Eu pergunto, onde é que está a vigilância socioassistencial totalmente desmantelada nas últimas três, quatro gestões, que deveriam oferecer dados dos territórios acerca das vulnerabilidades dos territórios e da política? Eu pergunto: quanto das deliberações de conferência municipal deste ano e dos anos anteriores, deliberações recorrentes, foram incluídas no Plano de Metas em respeito à mais alta instância de participação e controle social?

Eu pergunto, o tempo de fala da população, dos militantes, dos trabalhadores, das organizações não está desproporcional nesta audiência pública? A audiência pública é para ouvir o público ou é para ouvir aquilo que nós já sofremos na pele e no sangue todos os dias, expresso na falta de prioridade que as políticas públicas têm nos sucessivos governos que nos assolam?
(Palmas)

Sobre o *déjà vu*. Todo o ano é a mesma coisa. E eu vou começar com o meu *déjà vu*

particular. De novo, o prefeito, quando governa, escolhe prioridades. E se ele não incorporou 1,789 bi, apontado como necessidade básica mínima para manter o serviço da Assistência Social na cidade, ele não julgou isso como prioridade. Então, essa palavra pressão é absurda, descabida e também conhecida como ilusória. Isso é necessidade mínima, básica para manter os serviços, e que está sendo negada e recebendo o apelido carinhoso de pressão.

Concluindo. Nós precisamos aprovar o projeto de lei do SUAS na cidade de São Paulo. Só assim é que esse pesadelo vai acabar. Só assim que não vai ter mais porcaria de portaria, porcaria de decreto, porcaria de manipulação de espaço, de controle social. Temos, nesta Mesa, o presidente do Conselho que entrou para a história como primeiro presidente do Conselho da cidade de São Paulo que teve os seus atos cassados pelo Ministério Público, quando tentou modificar o regimento interno através de sucessivos atos viciantes. O processo é público e qualquer um pode consultar. Temos, inclusive, aqui um dos impetrantes, que foi um usuário, e a plenária que incorreu nesse...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor, Allan, precisa concluir.

O SR. GUSTAVO FELÍCIO – Nós não vamos admitir inverdades aqui. Isso não é verdade, trazido pelo Allan. Isso não é verdade.

O SR. ALLAN CARVALHO – A plenária está gravada, o processo é público. O impetrante/usuário estava nesse recinto. Todo mundo sabe dessa história.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo, Allan.

O SR. ALLAN CARVALHO – Com toda a truculência, inclusive, deste Presidente que aqui está.

Então, concluindo. Precisamos aprovar o PL SUAS. (Palmas) Porque só com uma lei, na cidade de São Paulo, é que essas canetadas vão acabar e nós vamos ter o mínimo de decência e de dignidade para trabalhar e para lutar por uma política de qualidade na cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. GUSTAVO FELÍCIO – Eu só queria fazer uma reparação a uma inverdade que foi dita, aqui, pelo Allan, de forma irresponsável. Nenhum ato dessa presidência, durante a

nossa gestão, foi cassado pela Justiça.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GUSTAVO FELÍCIO – Eu não te interrompi, então, por favor, não me interrompa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor, ele está com a palavra.

O SR. GUSTAVO FELÍCIO – Houve uma decisão judicial liminar, cujo mérito ainda não foi deferido. Então, você, por favor, repare o que você falou aqui. O mérito não foi julgado sobre uma decisão...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GUSTAVO FELÍCIO – Eu não te interrompi, Allan. Por favor, me ouça. Eu quero garantir a minha fala aqui. De novo, assim como aconteceu lá no Comas, você não respeita a fala de ninguém. Onde você estava nas discussões do Orçamento? Eu não te vi nas reuniões. Você fala tanto do controle social, cadê a sua participação? Cadê a sua contribuição? Onde estava a sua contribuição quando nós discutimos a Portaria 46? Não te vi. Então, por favor, não venha aqui dar showzinho aqui, fazer...

- Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.

O SR. GUSTAVO FELÍCIO – Eu estou com a palavra, por favor.

Mais uma vez, você se presta a esse papel ridículo. E você não está lutando aqui pela pauta da Assistência, porque as discussões aqui foram sérias. Então, você vem aqui para inflamar e trazer uma inverdade. Eu não vou admitir.

- Assume a presidência o Sr. Manoel Del Rio.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Del Rio) – Próxima inscrita, Solange Sampaio.
(Pausa) A Solange declinou.

José França.

O SR. JOSÉ FRANÇA – Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente Manoel Del Rio.

A primeira coisa que eu quero falar é o seguinte: eu estou com muita fome. (Risos)

Eu já estou tremendo, porque estou com muita fome.

Parabenizo todos que estão aqui, até este horário, com fome.

Mas da mesma parte que eu me alegro, eu me entristeço, porque eu sei desse auditório lotado. Mas durante todo ano eu o vi vazio, nas discussões que são feitas nesta Casa, me entristece, porque eu só vou ver esse auditório lotado no próximo ano. Na próxima reunião de orçamento, porque é isso que acontece.

Já foram algumas falas feitas, então, não vou ser repetitivo. Mas o nobre Vereador Manoel Del Rio tocou em uma temática da população de rua que não foi, na apresentação do Secretário, não foi contemplada. Então, gostaria de reforçar, Vereador, o seu posicionamento sobre a população de rua. Fico à disposição para falar sobre esse público.

E queria agradecer este momento. Não vou me colocar em oposição, porque sei que se eu me colocar em oposição, várias pessoas estão se colocando em oposição e falando verdades. Mas eu discuto a política dentro do Conselho de Assistência, eu não vejo esse público. Dentro do Conseas, eu também não vejo esse público. É o espaço de participar e debater. E a política é debatida todos os dias, não é debatida uma vez por ano.

Então, convido todos. E queria agradecer os responsáveis que trouxeram esse público jovem para participar hoje aqui. Era isso.

Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, José. Paola Richelly. (Pausa) Seguindo, Regina Alves Ribeiro. (Pausa) Tenho de seguir, Isabelle Carvalho. (Pausa) Mirian Coelho da Silva. Isabelle. Bom, então a Regina ficou prejudicada, a Paola ficou prejudicada.

A SRA. ISABELLE CARVALHO – Bom dia a todas, todos e todes, que vieram hoje para discutir essa pauta do orçamento, para fazer essa pressão.

Eu sou trabalhadora de um CDCM, que fica na região de Guaianases, no Lajeado.

Não vou me alongar muito, vou fazer coro à fala dos meus colegas que vieram antes, que defendem, reivindicam, na verdade, esses 5% do orçamento público para a assistência. Esse valor é o mínimo. Estamos falando de déficit, não estamos falando de complementar. Não estamos falando ainda de uma política digna de assistência social. Estamos falando do básico. Estamos falando de sobrevivência.

Como o Secretário bem colocou, a rede assistencial da cidade é complexa, é grande. Por isso, precisa dessa atenção. Estamos falando de mais de 240 mil usuários, mais de 17 mil trabalhadores. É o mínimo. Principalmente porque fizemos, este ano, a discussão da nova portaria 46. A portaria traz uma redação que amplia a capacidade dos serviços, que amplia os custos que já estão esmagados.

Já fazemos malabarismo o ano todo. Há quanto tempo já não fazemos malabarismo com o orçamento que recebemos para garantir alimentação, para garantir atividade, garantir o pagamento de oficineiros, oficineiras? Já é muito pouco. E se não dermos atenção para isso nesse momento, o que vai ser do nosso orçamento? O que vai ser do SUAS no ano que vem?

Já sabemos que a cidade vive em um processo muito profundo de desigualdade social, de precarização dos serviços públicos, de precarização, de sucateamento das relações de trabalho, principalmente para nós, que somos trabalhadores terceirizados. O Secretário tentou responder sobre a questão do dissídio, mas não respondeu. Eu não estou satisfeita. E acho que muita gente aqui não está satisfeita. O dissídio foi em julho, já estamos em novembro e não temos uma posição do Poder Municipal sobre isso. Então, acho que isso precisa ser discutido, precisa ser respondido de novo. Ainda precisamos discutir insalubridade. Quando isso foi discutido com os trabalhadores? Não foi.

Então, só para terminar, quero trazer ainda mais duas questões, a posição do Município em relação ao pagamento do dissídio salarial. E também queria um posicionamento das Secretarias, tanto a Secretaria de Assistência Social, quanto a de Direitos Humanos, sobre a transferência dos CDCMs de pasta, porque estamos discutindo o orçamento. É óbvio que apoiaríamos a pasta da assistência, mesmo que não estivéssemos dentro da pasta da

assistência. Mas precisamos saber onde vamos ficar alocadas para sabermos por qual orçamento vamos lutar, para as políticas para as mulheres.

E para finalizar, política pública não se faz sem orçamento. O que estamos pedindo é dignidade para a população e para os trabalhadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Isabelle. A Regina voltou?

Quero novamente dizer que está registrado, cravado em todos os lugares que vocês imaginarem, a questão do pleito de 5%. Está registrado e cravado em todos os lugares que vocês imaginarem a – como é que o Secretário deu o nome? – pressão do 1,7 bi. Confiam em mim?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, vocês não confiam em mim. Muito obrigado. Até porque acho bom vocês não confiarem, que eu não estou dizendo que está garantido. Muito obrigado também por me ajudarem. Eu disse que está registrado.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, vocês não confiam em mim de que vai constar no relatório?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, não confiam em mim. Não confiam no Secretário. Aí a briga é comigo. E eu não quero isso. Vamos seguindo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu só estou aqui há nove anos presidindo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Regina voltou? Quem puder declinar da inscrição nos ajuda.

A SRA. REGINA ALVES RIBEIRO – Bom a todas, todos e todes. Meu nome é Regina Alves, sou assistente social. Hoje, ocupo a Gestão SUAS da cidade de São Paulo.

Quero compartilhar com os meus pares algumas lutas que de fato são necessárias e

importantes para a nossa trajetória. Estamos na assistência há bastante tempo e entendemos que a necessidade de um orçamento garantido de 5% é nosso coro dentro da pasta.

Mas pedi esse momento, primeiro, para agradecer toda a equipe de servidores de SMADS e das áreas. Temos feito um esforço bastante grande dentro da Secretaria para podermos qualificar a 46, fazer a revisão da IN 03. Já estamos na construção da 47, da IN 05, da revisão. Então, é um trabalho que tem de ser feito concomitantemente com as nossas demandas.

Então, queria agradecer a Mesa; agradecer meus pares que estão aqui; agradecer aos parceiros, a nossa rede parceirizada contribui, colabora, soma, para que façamos uma política pública de melhor qualidade para a cidade de São Paulo.

Então, só agradeço meus pares. Deixo registrada a nossa disponibilidade em melhorar a nossa política pública. E que tenhamos um diálogo mais ameno, menos bélico. Acho que os tempos são outros e temos de nos juntar para avançar.

Muito obrigada à Mesa, e a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Regina. Mirian Coelho da Silva.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Mirian. Giseli Abreu.

- Manifestação do público.

A SRA. GISELI ABREU – Oh lá o respeito. Isso porque é, entendeu, como aqui é população de rua é assim que trata. Isso porque é política. Imagino o que você não faz dentro dos equipamentos com a população. Sim, a população de rua sim, os movimentos aí, entendeu. Acho que tem que ter o respeito.

Eu vim aqui também, o que acontece? Só nós que moramos dentro do equipamento, eu quero agradecer. Vim aqui mesmo para agradecer, porque eu sei, minha filha está estudando, um projeto lindo, maravilhoso. Sim, como já foi falado aí, 40 anos que nunca muda. Então, não é em dois anos que o Secretário vai mudar do dia para a noite, queira ou não queira.

Eu sei o que eu passo. O lugar é maravilhoso, as minhas filhas amam o lugar. É o

único Secretário até hoje que dá ouvido, é humano, tem humanidade sim com a população em situação de rua. Dá escuta. Ele vai lá. Sim, tem muita coisa para fazer, sim. Realmente, que ninguém é perfeito, não vai mudar em um dia, 40 anos não vai mudar em dois anos.

Então, nós que moramos dentro desse equipamento, nós sabemos o que nós passamos lá. Tem a escuta. Está faltando muita coisa sim, Secretário, dentro e fora, tem que ter os dois lados, porque a maioria das vezes, tem gerente aí, como eu estou respondendo. Vocês não estão lá, porque é fácil apontar o dedo né. Mas vocês não estão lá 24 horas. Então, tem que ter ambas as partes. Tem que ter a escuta. Tem que ter o diálogo. Vai lá, coletivo, não é só apontar o dedo, gente. Tem que acabar com esse negócio de politicagem, que é isso que está acontecendo.

É uma desgraça, quer dizer, a desgraça do outro. Ninguém vai me usar. A população de rua, eu vou levantar essa bandeira mesmo, porque eu sei o que eu passei lá dentro. Como todo mundo aí me conhece. Então, sim, hoje eu estou pagando lá, pelo Leonardo, como todo mundo me conhece, o que ele fez, me tirou, deixou minhas coisas lá fora. Isso daí o Secretário não sabe. Isso daí ninguém vê.

Sim, tem que ter ambas as partes, como têm bons profissionais, como têm péssimos. Vocês têm que entender uma coisa, você já entra lá sabendo que é população em situação de rua. Então, às vezes, tem que ter sim o diálogo, a escuta. Tem que ter. Vocês têm que fazer. Igual está a humanidade, esse cara aqui, eu levanto a mão, o chapéu, tiro o chapéu mesmo para ele, porque ele foi o único. A maioria dos secretários, na história, não teve nenhum até hoje. Tem muita coisa, tirou várias famílias sim da rua.

Onde já se viu, até o Natal, não sei se a Geni está aqui, que ela e a equipe dela é maravilhosa. Onde já se viu, um morador da cracolândia domina o hotel. Nunca existiu isso na história. Nunca um Secretário tirou um morador em situação de rua, como a gente é tratado, craqueiro, que é isso, antigamente era albergue. Hoje não, eu moro num condomínio fechado. E eu grito mesmo. Está faltando muita coisa sim. Como qualquer outro, nunca tive uma geladeira no albergue. Antes, eu e as minhas filhas, tinha que dividir banheiro com usuário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, por favor.

A SRA. GISELI ABREU – Então, esse daqui é o cara mesmo. É um homem de Deus.

Foi enviado por Deus.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Giseli. Paola. A Paola voltou?

A SRA. PAOLA RICHELLY – Boa tarde, todos, todas e todes. Meu nome é Paola Richelly. Sei que a pauta de hoje é ligada muito à contabilidade, não sou muito boa de matemática. Mas na parte humana, queria deixar meu singelo pedido de respeito aos funcionários públicos dentro da Secretaria de Assistência Social, decorrente a minha luta, que comecei a desarquivar alguns processos que estavam parados dentro dos órgãos públicos ligados aos direitos humanos, sobre fatalidades de morte do meu irmão Maycon Bispo dos Santos e Mateus Bispo dos Santos, que foram perseguidos por policiais e mortos barbarizadamente.

Refugiaram para o estado de São Paulo. E eu também sou refugiada do meu próprio estado por essas ameaças e crimes violentos. Hoje, estou nas minhas mãos com um papel de extrema gravidade dentro do Programa Estadual de Proteção, Auxílio, Assistência às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Só que atualmente, a minha luta dentro do sistema de assistência social, está sendo muito desrespeitoso diante das gravidades dentro de programas, dentro de várias situações.

E hoje, eu resolvi pegar papéis que são sigilosos e que o Poder Público pede que eu me cale diante do que está acontecendo. Mas já perdi dois irmãos, o pai não suportou e acabou também morrendo. E, às vezes, perdida aí fora, eu procurava os órgãos públicos, os quais não deram nenhuma assistência diante das pessoas ameaçadas e testemunhas de crimes violentos. E hoje, resolvi criar coragem e estar participando e aprendendo cada vez mais dentro das audiências de políticas públicas. E não ter medo, não me calar, porque cada dia minha família está morrendo diante das graves ameaças, que hoje existe uma numeração única, que eu não consigo mais pedir que essa numeração possa ser apagada, porque ela vai sempre ser

investigada. E a vida dos meus familiares está em jogo no estado de Minas Gerais, por ameaças de policiais e várias outras situações, das quais tem envolvimento dentro do Poder Público.

E hoje, estar aqui, para mim é mais motivo de poder lutar pelos meus objetivos. E falar que o meu pai e os meus irmãos eram pobres, humildes, mas eram seres humanos. E tudo que eu estou lutando diante dessa minha batalha é que a fatalidade da morte deles possa ser investigada. Essas pessoas possam ser punidas, porque o que aconteceu comigo, eu não desejo para ninguém. E hoje estou colocando isso como coragem em poder expor em redes sociais sobre o que aconteceu, o que ocorreu comigo. E diante do que está ocorrendo comigo dentro do Serviço de Assistência do Desenvolvimento, que diz proteção especial de pessoas de vulnerabilidade social.

Então, acho que a minha fala aqui é só para que a gente possa ser respeitada dentro dos programas de direitos humanos. Assim, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Paola. Júlio Cezar de Andrade.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Boa tarde a todas, todos e todes. Sou Júlio Cezar de Andrade, sou Coveador da Mandata Coletiva Quilombo Periférico.

É importante dizer que no âmbito da assistência, apresentamos isso em conversas, existe um déficit de mais de 500 mil vagas para os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, em toda a cidade de São Paulo.

E o aumento do fechamento de serviços estrategicamente nos territórios periféricos e nos territórios onde existe a maior concentração de população preta na cidade de São Paulo. Nós precisamos, além de defender um orçamento, e temos um acordo com o FAS de 5%, com qualidade. Mas a efetividade da implantação de um Sistema Único de Assistência, que seja efetivamente antirracista. Que seja efetivamente anti LGBTQIA+fobia.

E para a Secretaria de Direitos Humanos, precisamos criar um programa municipal de proteção a vítimas e testemunhas. O que acontece com o PPCAAM? O PPCAAM, hoje, é um programa que está administrado pelo estado de São Paulo. E nós necessitamos que o Município acolha, porque os jovens, as mulheres, os corpos LGBTQs, ameaçados de morte, precisam da

efetividade de proteção do Estado com qualidade.

E falando em qualidade, nós queremos um Capacita SUAS que discuta quem são os verdadeiros usuários e usuários da política de assistência, que apresente as verdadeiras contradições desta cidade.

E outro elemento trazido pelas trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, além do concurso público, é que precisamos discutir, Carlos Bezerra, de maneira efetiva, de maneira objetiva, na cidade de São Paulo, um benefício eventual que garanta a autonomia dos usuários, porque não podemos mais discutir a seletividade do mais vulnerável; queremos uma assistência social que garanta autonomia dos usuários conforme preconiza o SUAS. E é esse debate radicalizado que a mandata coletiva do Quilombo Periférico vem fazendo, defendendo a assistência social.

Inclusive, é importante dizer que a suplementação de um milhão foi de quando estávamos na Comissão de Orçamento e Finanças. Incidimos de maneira radicalizada para que essa verba fosse destinada aos territórios periféricos e às famílias empobrecidas pelo racismo estrutural desta cidade. E que pena, porque, infelizmente, um milhão não deu conta de todas as mazelas que o estado e o município têm.

Estamos aqui para defender um SUAS de qualidade, efetivo, antirracista, com concurso público, com plano de carreira; e que parem os assédios aos servidores e aos trabalhadores do SUAS em toda a cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Liz.

A SRA. LIZ COLI – Boa tarde a todas as pessoas que aqui se encontram.

Saúdo o Presidente da Mesa, Vereador Jair Tatto, Secretários, Vereadores e Vereadoras que aqui se encontram.

Eu me apresento como conselheira do Conselho Estadual da Condição Feminina, Liz Coli, assim como Sandra Andreoni, conselheira antiga, muito experiente, especializada na saúde da mulher.

O meu propósito em estar aqui é para conversar com vocês sobre os direitos

humanos fundamentais das mulheres. E fico muito contente de ver que ainda a plateia está cheia de mulheres, e, provavelmente, de homens de boa vontade, dos quais precisamos muito.

A solicitação é de instalação da Procuradoria Especial da Mulher, que não existe na câmara municipal mais importante do país.

Essa Procuradoria Especial da Mulher foi instalada por uma resolução, a 09/2017, com todas as suas atribuições, pelos Vereadores Eduardo Tuma – que hoje é presidente do Tribunal de Contas e foi o grande propulsor dessa resolução –, Adriana Ramalho, Eduardo Matarazzo Suplicy, Rodrigo Gomes, Sâmia Bomfim e Toninho Vespoli, que ainda é Vereador desta Casa.

A criação dessa resolução foi importante. Achavam, na ocasião, que era necessário um órgão forte que defendesse a menina e a mulher de toda a violência que sofrem.

É por isso que eu digo: nós temos o direito de viver sem violência; é um direito humano fundamental. É por isso que acho adequado eu estar aqui nesta audiência pública.

E, na verdade, nós temos legislações muito importantes – a Lei Maria da Penha, que completou 17 anos; a Lei do Feminicídio; a Lei do Assédio. Mas as leis não suprem as necessidades, e não representam, muitas vezes, vontade política. É por isso que essa procuradoria foi criada por vereadores tão competentes e tão humanos, digamos assim, porque compreendem a problemática da mulher e da menina, não foi adianta. E agora temos muitos números para justificar essa necessidade de criação.

Trago alguns dados, muito poucos, porque, senão, eu esgotaria os meus três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já concluiu os três minutos.

A SRA. LIZ COLI – Por exemplo, no primeiro semestre, foram 722 feminicídios; e pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de março de 2023, temos, mais ou menos, 30 milhões de mulheres assediadas sexualmente em 2022.

Eu quero deixar bem claro: o argumento de que nesta resolução não está a indicação de exigência de um espaço físico não procede, porque a Procuradoria Especial da Mulher no

Senado, que completa dez anos...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor, Dona Liz.

A SRA. LIZ COLI – Exatamente.

Então, nesse momento, eu peço que todos apoiem. E que haja uma dotação orçamentária especial para a instalação da Procuradoria-Geral da Mulher na câmara mais importante do país. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Vera Helena Lessa Vilela.

Em seguida, Maria Mota, Robson Mendonça. Aí seguiremos com a apresentação da Secretaria Soninha Francine.

A SRA. VERA HELENA LESSA VILELA – Boa tarde a todas, a todos e a todes.

Represento os conselheiros e conselheiras do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Eu não quis declinar porque eu acho que temos que trazer algumas questões bem pontuais, mas que são muito importantes, para a garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas em todos os equipamentos públicos da nossa cidade.

Temos encaminhado, inclusive, as nossas colocações por escrito ao Relator, como faremos este ano também.

Conseguimos detectar que a questão da segurança alimentar e nutricional aparece na apresentação do orçamento, acredito que em função mesmo das nossas lutas de muitos anos – o Comusan é de 2001. Então, é questão de termos os profissionais para fazer o trabalho adequado, tanto na Secretaria de Assistência como na de Direitos Humanos, de acompanhamento, de orientação e de supervisão da alimentação adequada e saudável.

Como vocês têm colocado aqui, temos a questão do quadro de pessoal necessário. Inclusive, já tivemos algumas denúncias de assistentes sociais dentro do Conselho de Nutricionistas, de elas terem que assumir atribuições que não são delas em relação à questão do acompanhamento, e, inclusive, da programação da alimentação e nutrição nos equipamentos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Esta é uma questão.

A segunda questão que queremos trazer é o reforço em relação à necessidade de inclusão no orçamento, principalmente no da Secretaria de Direitos Humanos, de alguns equipamentos públicos previstos no nosso plano – que já venceu, e que estamos tentando construir um novo, o segundo plano –, que são os Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional. Temos somente dois no município. E temos isso previsto, inclusive, no Plano Diretor Estratégico; pelo menos, mais dois nas grandes regiões. E a questão do orçamento para a manutenção desses equipamentos e também do Banco de Alimentos, municipal; e também orçamento para o próprio funcionamento do conselho – e acho que para todos os conselhos dentro das secretarias.

Somos voluntários, a nossa atuação é de relevância pública, mas não é justo que as conselheiras e os conselheiros dispendam do seu próprio dinheiro para fazer as visitas e todo o trabalho que é necessário ser feito pelo conselho, em termos do acompanhamento e monitoramento das políticas de garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixem eu justificar.

De fato, eu combinei com o Secretário até as 13 horas, já são 14h15, e ele tem um compromisso. O Robson vai estar conosco para as considerações que forem necessárias.

A SRA. VERA HELENA LESSA VILELA – Se o Secretário pudesse ficar um minuto.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. VERA HELENA LESSA VILELA – Ah, então está certo.

Robson, você registra, porque eu tenho coisas importantes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, será tudo rigorosamente [respondido].

Obrigado, Secretário. Sabemos das dificuldades de vocês também.

Mais uma vez muito obrigado.

E agradeço à Secretária Soninha, que está, ao mesmo tempo, trabalhando e aguardando o seu momento, que é daqui a pouco.

Tem a palavra a Sra. Maria Mota, do Sindsep.

A SRA. MARIA MOTA – Boa tarde a todos, a todas e a todes, neste calor, com uma água quente lá no bebedouro, porque o bebedouro está quebrado. Vários de nós subimos oito andares de escada porque o elevador também não estava funcionando.

A apresentação do Secretário Bezerra foi em letras pequenas, cinza ou branco. Não sei se era para nós não conseguirmos ver adequadamente, mas não foi interessante, porque, para nós entendermos o orçamento, nós precisamos ver.

Eu fiz a leitura com o material do Comas e consegui acompanhar um pouco melhor.

Antes de tudo isso, eu queria dizer que eu sou a Maria Mota, servidora pública, assistente social, lotada em SMADS. Neste momento, estou liberada para a função sindical no Sindsep. Portanto, represento as servidoras e os servidores públicos municipais.

Márcia Perrone, eu gostaria que você se levantasse, por gentileza.

Gente, Márcia é uma servidora pública aposentada. (Palmas) E na pessoa da Márcia eu vou cumprimentar a Mesa.

Eu a conheci quando cheguei nesta secretaria, há 13 anos. E quando ela se indigna e corta a fala, pode ser uma coisa do tipo “Olha, eu errei o tom”, mas falar de inverdade e ela não ter direito à fala é muito complicado; não pode ser somente o parlamentar nesta Mesa com o direito à fala. (Palmas)

Então, Márcia, a você, o meu agradecimento por conseguir fazer falas que às vezes nós não conseguimos fazer. Muito obrigada. (Palmas)

E na pessoa da Márcia eu digo: sou militante, caminho com Márcia Perrone. (Palmas)

E continuando, que o tempo está passando, eu queria falar sobre CRAS, CREAS e Centros POP.

Fala-se da expansão da rede. Acho isso sensacional, indispensável e necessário. Contudo, no papel tudo cabe.

O que eu gostaria de saber, e aí é pergunta mesmo, é como vamos fazer a composição de RH, uma vez que as vagas de analistas foram extintas por esta Casa ano passado. Vamos fazer concurso público de que forma? Qual concurso público? E aí é pergunta

mesmo. Como brigamos por concurso se tivemos as vagas extintas?

Tem outra questão bastante importante que o Secretário trouxe: a invisibilidade da população e dos trabalhadores do SUAS. E aqui eu não me refiro somente aos servidores e às servidoras públicas; por trabalhadores do SUAS, incluem-se todos nós.

Eu gostaria de dizer que esta invisibilidade é, inclusive, por conta da própria secretária e deste gabinete.

Este gabinete, inclusive, tem o Centro POP Santa Cecília, neste momento, em péssimas condições de atendimento para a população, porque fica a céu aberto, debaixo de uma árvore, faça chuva ou faça sol. E os servidores públicos sem ventilador e sem nenhuma condição de atender; sem sala para fazer o atendimento mantendo o sigilo. Sei, contudo, que foi montada uma tenda. Não sei se foi ontem, anteontem ou este final de semana. Mas o que eu quero dizer é que na assistência social não cabe puxadinho ou jeitinho, tem que ter orçamento.

Falando sobre orçamento, a Luna e o Secretário Bezerra disseram a respeito dos bonés. Está sob investigação, verificação. E eu queria lembrar que temos cinco preceitos importantíssimos do serviço público: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Portanto, que tenhamos um orçamento que seja baseado nisso; e que os editais da Secretaria da Assistência Social parem de ser emergenciais. (Palmas)

Emergenciais por que, para que, por conta de que, se nós podemos fazer audiência pública? Por que não está contabilizado? Por que não estamos fazendo mais? Estão servindo a quem esses editais emergenciais?

Muito obrigado a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Robson Mendonça, do Movimento Estadual Pop Rua.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Boa tarde a todas, a todos e a todes.

Na pessoa do Vereador Jair Tatto, cumprimento os demais componentes da Mesa.

Estamos falando de orçamento público, estamos falando de orçamento para a nova gestão poder dar visibilidade e acolhimento melhores à Pop Rua.

Quando se fala em orçamento público, e não são trazidos dados – desculpe, Bezerra, mas é a realidade – de quantas pessoas em situação de rua estão dormindo em calçadas, embaixo de viadutos, e não consta nada ali, como fazer para resolver esse drama? Esse orçamento está furado. Esse orçamento não vai trazer a realidade. Esse orçamento não vai suprir a necessidade da Pop Rua.

Sabemos a dificuldade que existe para conseguir espaço para a Pop Rua. Primeiro: porque ninguém quer um albergue perto da sua casa. Segundo: porque o Poder Público não tem crédito para locar nada! Nem um locatário quer locar imóvel para o Poder Público, de tanto calote que já tomou.

Sou ex-morador de rua há seis anos. Morei nas calçadas, embaixo de viadutos e em albergues. Hoje, eu trabalho em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos fazendo alimentação para a população em situação de rua – não só fazendo, mas distribuindo e ensinando as pessoas a cozinhar. E temos na rua Maria Borba, número 15, um centro de formação e capacitação para a Pop Rua.

O que eu quero dizer com isso? Que, numa casa como a Câmara Municipal, onde um servidor público, um guarda municipal, que estava lá embaixo, incapacitado de estar numa portaria desta casa, diz... Que eu estava lá apertando; aí marcava XX. Eu digo: “Está marcando XX”. “Para onde você vai?” “Segundo andar”. “Então, suba pela escada”. Eu digo: “Eu tenho problema de pulmão, não posso subir pela escada”. “Então, espere”. Eu digo: “Não é assim”. “Caraca, respeite esta casa ou eu te arranco para fora”.

Que desgraça, meu. Um servidor público, que nós pagamos o salário dele, que não pode portar arma, não pode fazer abordagem, porque é inconstitucional. (Palmas) É inconstitucional. (Palmas) Mas esta Casa permite. (Palmas) Aí, como vamos combater o racismo, a homofobia, como vamos combater o preconceito, se servidores públicos agem dessa maneira? (Palmas)

Estamos aqui falando de orçamento, estamos aqui falando de Pop Rua neste momento. E quem está lascado é quem está dormindo nas calçadas, embaixo de viaduto, e lá

na Cracolândia, feito bola de ping pong, atirado de um lado para outro, porque o Sr. Kassab é o maior investidor da Porto Seguro na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Secretária Soninha Francine, para a sua apresentação, exposição.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado pela paciência, Secretária.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Imagine, eu sei como é, tem que ouvir todo mundo.

Bom, boa tarde. Eu fiz uma apresentação em que destaquei alguns pontos sobre os quais somos mais frequentemente questionados; então, eu não vou falar de todas as áreas de atuação da Secretaria de Direitos Humanos, mas desses tópicos sobre os quais chegam mais pedidos de informação.

Falar do orçamento para o ano que vem, necessariamente, passa por avaliar como foi o último orçamento, para termos um ponto de referência.

Está muito ruim para visualizar. Teria como apagar a parte da frente? Conseguem enxergar alguma coisa? Não nem eu. Queria dizer que os nossos números também são pequenos para ler. Vou tentar melhorar.

- A oradora passa a se referir a imagens na tela de projeção.

A SRA. SONINHA FRANCINE – A coluna em azul mostra como foi aprovada a Lei Orçamentária Anual para a Secretaria de Direitos Humanos. Quer dizer, a Lei Orçamentária começou com estes valores: em 2020, 108 milhões; vem aumentando, progressivamente, até chegar ao valor de 152 milhões.

Em amarelo, está o valor a que chegamos com as suplementações que foram sendo realizadas ao longo do ano. Poxa, mas vinha aumentando e, de repente, despencou. De fato, o orçamento da Secretaria recebeu esse aumento a cada ano, mas, a partir de 2023, passou a

existir o FAASP, Fundo de Abastecimento Alimentar e Segurança Nutricional.

Então, agora, a gente trabalha com duas grandes unidades orçamentárias, vamos dizer assim.

Até 2022, 316 milhões incluíam todos os programas de segurança alimentar e nutricional. A partir de 2023, o orçamento de segurança alimentar e nutricional foi separado, destacado por meio do FAASP. Ainda assim, o orçamento da Secretaria, sem contar o da segurança alimentar e nutricional, aumenta do inicial de 2023 de 152 milhões para um ponto de partida de 195 milhões para o ano que vem.

Então, considerando todos os fundos que têm a Secretaria de Direitos Humanos como gestora, o orçamento da Secretaria fica em 195 milhões; o FAASP já parte de 305 milhões. No ano passado, ano em que ele foi criado, começou com 190 e foi bastante suplementado. Neste ano, ele já começa com 305 milhões, FUMCAD, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é um fundo gerido, na verdade, pelo CMDCA, e tem 59 milhões; o FMID, 11 milhões; FUMCAF tem o valor em aberto e foi abastecido por recursos incluídos no orçamento pela Câmara Municipal, pelo relator do orçamento, e, ao longo do ano, por Emendas Parlamentares.

Juntando todos esses recursos da Secretaria mais os fundos, partimos de um orçamento de 571 milhões.

Um dos pontos mais demandados é o orçamento para mulheres. Teve um salto muito significativo pelo seguinte: parte de 55 milhões por duas razões basicamente. Os serviços que já eram de Direitos Humanos e Cidadania, passaram a contar com mais recursos porque, agora, todos eles serão geridos em parceria com organizações da sociedade civil. Então, num serviço como o CCM, Centro de Cidadania da Mulher Parelheiros, em que se tinha duas servidoras, tem um edital de chamamento publicado; em vez de duas servidoras apenas, vamos ter toda uma equipe de uma Organização da Sociedade Civil fazendo a gestão com assistente social, psicóloga, advogada, educadores, articuladores sociais e assim por diante.

Além disso, há muitos anos estamos discutindo esse reordenamento dos serviços de

atenção à mulher. Como eram até agora? Tínhamos em Direitos Humanos, CRM, Centro de Referência da Mulher, e CCM, Centro de Cidadania da Mulher, e, na Secretaria de Assistência Social, CDCM, Centro de Defesa e Convivência da Mulher, que, em essência, têm o mesmo papel e atendem o mesmo público: mulheres em situação de vulnerabilidade e mulheres vítimas de violência.

Então, tem esse reordenamento agora em que os CDCMs passam para gestão de Direitos Humanos.

Uma questão que gerou muita insegurança e muita atenção é que CDCM poderia passar para Direitos Humanos; mas o orçamento vai sair de SMADS para passar para Direitos Humanos? Isso dependeria de uma transferência de recurso do Fundo da Assistência Social para outra Secretaria e havia algumas avaliações no sentido de que isso não seria possível. O recurso do Fundo da Assistência não poderia sair de lá para outra Secretaria.

Então, a gente pactuou que esse orçamento para a gestão dos CDCMs já começa na Secretaria de Direitos Humanos a partir da Lei Orçamentária Anual do ano que vem. Então, por isso, esse aumento tão grande no orçamento. Os serviços que já eram de Direitos Humanos passam a ter mais recursos e uma gestão mais robusta; e os que não eram de Direitos Humanos vêm de SMADS.

Outros gastos significativos com serviços de mulheres: a gestão da Casa da Mulher Brasileira - o Fábio observou que é um valor muito pequeno, mas esse valor diz respeito apenas ao que é gerido pela Prefeitura. A grande qualidade da Casa da Mulher Brasileira é a reunião de Delegacia de Polícia, Ministério Público, Defensoria, Secretaria de Segurança Urbana. Essa parte do orçamento da Casa da Mulher é só para gestão do atendimento da recepção, das equipes técnicas e não diz respeito aos outros serviços que são oferecidos lá.

Tem um valor significativo, também, que é o Auxílio Emergencial para Mulheres Vítimas de Violência. Hoje, temos mais de 1.300 mulheres sendo atendidas, sendo que a Câmara aprovou uma medida que, para a gente é muito importante, tem a ver com a fala do rapaz que veio aqui que também não sei se é Deputado ou ex-Deputado, que é a seguinte: esta Casa

aprovou, primeiro, o Auxílio Aluguel Emergencial, e, depois, a não necessidade de obtenção de uma Medida Protetiva de Urgência para que a mulher faça jus ao Auxílio Aluguel Emergencial, porque, para ter uma medida protetiva, ela precisa seguir o caminho da Polícia e da Justiça que é super importante. Mas existem muitos casos em que a mulher ainda não consegue, por várias razões, ir a uma Delegacia de Polícia, fazer um Boletim de Ocorrência, e ela já precisa de proteção imediata. Então, a partir de um parecer técnico de CDCM, CCM e Casa da Mulher da Brasileira, a mulher pode, sim, ser incluída no Auxílio Aluguel Emergencial sem essa necessidade.

Como disse o rapaz “racismo é crime; o lugar é Delegacia”, a gente age muito para que a discriminação e o preconceito não cheguem ao ponto de uma ocorrência policial; não cheguem a precisar intervenção policial. Para isso, os Centros de Referência em Promoção da Igualdade Racial; os Centros de Referência da Mulher, para que as pessoas procurem o atendimento socioassistencial, psicossocial e de orientação jurídica aos primeiros sinais de violência e violação. Todas as violências são progressivas. Elas escalam. Então, a gente faz um grande esforço para evitar que a violência ganhe maiores proporções e seja consumada.

Não sei se o Covereador Júlio está aqui ainda, mas ele mencionou que queria falar mais sobre esse assunto.

A gente aumentou o recurso do orçamento do ano passado para o Projeto de Lei do ano que vem dos Centros de Promoção da Igualdade Racial. Antes, os centros dispunham de equipes compartilhadas. Então, o assistente social atendia dois dias num centro e três dias em outro. Agora, estamos com edital em fase de celebração. No edital, cada Centro de Promoção da Igualdade Racial dispõe de uma equipe completa para o atendimento das pessoas. Então, tem esse aumento correspondente de recurso.

Divisão da gestão dos recursos, porque é importante lembrar que, no caso da Promoção da Igualdade Racial, a maioria absoluta das ações não é ação orçamentária. Não tem uma linha de custeio. Por exemplo, quando a gente faz a formação de centenas de motoristas e cobradores de ônibus, não tem um custo declarado no orçamento. Isso faz parte do trabalho

cotidiano da coordenação da igualdade racial, assim como formação em milhões de outros ambientes desde para a Guarda Civil Metropolitana ou mesmo para seguranças privados de shoppings centers.

Então, a gente tem um conteúdo, tem formadores. Isso não aparece ali porque não tem um preço, um custo, não é uma tarifa. É uma atividade corrente da coordenação.

Políticas para LGBTQI+: tivemos um aumento muito significativo porque houve um aumento da transcidadania que aumentou – e muito – o número de beneficiárias, beneficiários e beneficiaries, e, também, o valor das bolsas.

Antes, tinham cinco Centros de Cidadania e quatro unidades móveis. Agora, tem uma unidade móvel relacionada a cada um dos Centros de Cidadania. A unidade móvel, nesse caso, faz um papel importante de vencer a resistência que as pessoas têm de ir até um Centro de Cidadania LGBT em função da própria discriminação que elas sofrem ou os pais de pessoas LGBT. Então, a unidade é estratégica.

As principais despesas da transcidadania: Centros de Cidadania, unidades móveis.

Juventude. O orçamento de juventude é o que parece mais esquizofrênico. O que acontece? Quanto o orçamento estava em votação na Câmara ainda – o calendário do orçamento é, mais ou menos, assim: as Secretarias têm que informar as suas necessidades até junho ou julho para a Secretaria da Fazenda que soma tudo, divide, multiplica e manda para a Câmara em setembro.

Entre junho e setembro, muitas coisas já aconteceram na vida da Secretaria, outras despesas, necessidades e oportunidades surgiram. Então, esse orçamento muito maior que foi suplementado, atualizado em 2023, diz respeito a um programa chamado Meu Trampo, para o qual o chamamento foi feito em dezembro do ano passado.

Quer dizer, o nosso orçamento estava sendo suplementado enquanto o de 2023 estava sendo votado na Câmara. É por isso que entrou esse valor extra não previsto originalmente no projeto de lei, porque ele veio depois. Esse programa tem duração até o começo de 2024, primeiros meses.

Então, ainda neste exercício, a gente para parcela desse programa, avaliando a possível continuidade do programa que foi bem avaliado. É um programa de empreendedorismo para jovens, admitindo que nem todo mundo nasceu para ser empreendedor, tem a vocação, mas está precisando empreender, tem um talento, uma capacidade, um gosto na vida de desenhar, de fazer camisetas, cadernos ou tranças. Se está precisando, pode ter método para conseguir fazer desse talento uma atividade que gere renda para a família.

O que é muito legal, Vereador: o orçamento é em Juventude, mas acaba sendo um programa intergeracional, o que é muito importante, porque vai o jovem e a mãe do jovem que acaba participando das atividades.

Então, o orçamento do ano que vem será muito menor porque a gente vai concluir com o orçamento do ano passado. Se se confirmar essa intenção de que o programa foi muito bom e merece ser renovado, então, se a lei não tiver sido aprovada, a Câmara pode incluir o valor; se já tiver sido aprovada, como no ano passado, a gente vai pedir suplementação.

A divisão do Meu Trampo, esse programa consumiu em torno de 10 milhões de reais para beneficiar 10 mil jovens com formação em empreendedorismo por necessidade e o desenvolvimento de uma marca para o seu produto ou serviço e mentoria por três meses para aqueles que manifestaram esse interesse.

Criança e Adolescente: a gente não é muito executor de programas de políticas para criança e adolescente. É um caso em que a Secretaria de Direitos Humanos é mais um articulador, formulador de políticas, mas nós temos um serviço que é o Centro de Referência de Criança e Adolescente em Situação Vulnerável, situação de rua e na rua, que, por ora, é custeado com recurso do FUMCAD. É um projeto inovador, uma experiência diferente. Agora, o FUMCAD, enquanto projeto, termina. Essa é a natureza dos projetos de fomento. Eles têm um prazo, então, de agora em diante, o custeio dele será com recursos da Secretaria mesmo.

Ele é anterior à lei.

O que o Vereador está dizendo aqui, falando a respeito da lei que institui a política municipal para crianças e adolescente em situação de rua e na rua? De fato, essa lei prevê a

criação de um serviço específico para crianças que não necessariamente seria esse de Direitos Humanos, porque, se não me engano, SMADS também está em vias de criar esse serviço. Em todo o caso, o nosso deve continuar com recursos de Direitos Humanos.

Conselhos Tutelares: a gente tem despesas crescentes em função do aumento dos vencimentos, o acréscimo de benefícios; e a gente vai ter outro aumento que não está previsto completamente agora que é a renovação das frotas de veículos dos Conselhos Tutelares. A gente vai publicar um novo edital de concorrência. Não era possível prorrogar o vigente. Então, ainda estamos em fase de consulta, de pesquisa de preços.

Sobre Conselhos Tutelares, o aumento de despesa: 42 é o que já sabemos, mas, dependendo do valor do contrato de locação de veículos, que é um contrato decisivo que cada Conselho Tutelar tenha um veículo à sua disposição, com motorista capaz de executar a função a contento.

Pessoa idosa: de novo, mais uma área em que Direitos Humanos é muito mais articulador, formulador, fiscalizador do que executor de políticas. Então, o nosso orçamento para pessoas idosas não é muito significativo.

Temos um serviço, basicamente, que é o Polo do Idoso; estamos com edital para fazermos o Centro de Referência em Direitos Humanos voltado para a pessoa idosa que é diferente. É um serviço com outro perfil bem diferente dos serviços oferecidos pela Assistência Social.

Pessoas em situação de rua: até ano passado, aliás, até antes da pandemia, a gente podia dizer que Direitos Humanos era muito mais responsável por articulação, fomento, formulação etc. do que pela prestação de serviços, mas, na pandemia, a Secretaria ficou responsável por Vidas no Centro que é aquele equipamento criado emergencialmente para oferecer banho, banheiro e água potável para pessoas em situação de rua. A partir disso, precisávamos aperfeiçoar esse serviço. O Vereador Manoel Del Rio falou da necessidade de mais banheiros públicos – sem dúvida.

Mas, mais do que aquele serviço, banho, banheiro e água potável, em alguns casos

lavanderia, mas não no nosso, a gente criou um serviço chamado Estação Cidadania que foi aberto em caráter emergencial em que, além dessas ofertas de higiene pessoal e autocuidado, banho, banheiro e lavanderia, tem, também, um refeitório para aquelas pessoas que recebem refeições tenham onde se alimentar, sentadas à mesa, em condições incomparavelmente melhores.

O Estação Cidadania também tem uma equipe técnica: assistente social, psicólogo, educador, para não só receber as pessoas para o autocuidado, mas para atendimentos e atividades diversas.

Um Estação Cidadania já está funcionando bem perto da Praça da Sé, e tem o edital publicado para abrir mais um na região da Luz. Essa foi uma promessa feita, inclusive, em audiência pública sobre a cena de uso da Luz.

Pessoas desaparecidas e seus familiares: essa é uma política que é bastante impactante e, praticamente, sem recursos. Então, para quê esse aumento todo? Porque a gente identificou a necessidade de ter um lugar de referência. Então, haverá um Centro de Referência para atendimento a familiares de pessoas desaparecidas. Na verdade, estamos em busca das pessoas desaparecidas.

Esse lugar de referência terá um sistema muito mais forte e capaz de integrar vários bancos de dados. O que é uma coisa que fazemos “na unha”. O diretor da divisão de desaparecidos tem essa capacidade, mas isso não pode ficar dependendo do que ele é capaz de fazer. Então, a gente está licitando um grande sistema para esse serviço.

Está acabando.

FAASP: Fundo de Abastecimento e Segurança Alimentar, como eu disse, foi criado com 190 milhões. No segundo ano, ele passa para 305 milhões de saída.

O que a gente faz com o recurso do FAASP? O Cidade Solidária com a entrega de cestas básicas – e não há que chegue. São mais de sete mil cestas por dia, 150 mil por mês, e a demanda é maior do que isso. A gente não quer ficar entregando cesta básica a vida inteira. Por que, basicamente? Porque, do ponto de vista de combate à fome, excelente; de segurança

alimentar e nutricional, não tanto. Cesta básica não tem produto fresco. Ela é padronizada, não respeita diferenças culturais, territoriais. O produto vem de longe, inevitavelmente, uma grande linha de montagem para abastecer a cesta básica, mas estamos longe de conseguir superar essa etapa.

Rede Cozinha Cidadã e Rede Cozinha Cidadã – Comunidades. Também, estamos longe de superar essa etapa. E o que é? É entrega de marmita, de refeições preparadas para pessoas em situação de rua e para pessoas das quebradas. Não é a melhor entrega possível. Ela vem fechada na marmita de isopor, não é superfresco, não tem como ser a verdura estalando, porque ela percorre uma distância, fechada ali, foi preparada muito antes para chegar a tempo do almoço. Mas, também, a gente não para de receber demanda para ampliar o Rede Cozinha Cidadã.

Como a gente está caminhando para fazer uma transição desses dois modos de distribuição para outros? Não é substituir, mas enfim, para começar a mudar da entrega de cesta básica para outro modo de as pessoas obterem alimentos, vai ser criado o Armazém Solidário. Já tem um edital publicado também. O que é o Armazém? Do Armazém a pessoa não recebe gratuitamente, ela adquire, mas adquire ao preço de custo. A Prefeitura não acrescenta nenhum valor. A Prefeitura vai adquirir de agricultores familiares, de várias maneiras. A aquisição pela Prefeitura já é menor do que o preço de mercado e ela não vai acrescentar valor algum, muito pelo contrário, em alguns casos, por exemplo, alimentos orgânicos, se mesmo no valor de custo ainda for mais caro do que o alimento intoxicado do mercado, então a Prefeitura, nesse caso, vai subsidiar o orgânico para que ele fique num valor abaixo do alimento cultivado com agrotóxico.

Em relação ao Cozinha Cidadã e ao Rede Cozinha Cidadã, a gente já está implantando uma rede muito grande de cozinhas-escolas que, em vez de as pessoas receberem marmitas compradas de pequenos bares, restaurantes e lanchonetes e entregues numa Kombi prontinha, não sei de onde, as associações comunitárias, que já têm uma cozinha, têm uma experiência de produção de centenas de marmitas, mas conseguem fazer na quinta-feira. Na quinta, faz o sopão e distribui; sábado tem feijoada. Então quem já tem essa estrutura mínima,

quem já tem a experiência de produzir centenas de refeições, passa a ser um potencial parceiro da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania para preparar as refeições na sua própria cozinha, contratando trabalhadoras e trabalhadores para isso, e não só fornecendo alimentação, mas fortalecendo o vínculo com a comunidade, recebendo capacitações e oferecendo capacitações para a comunidade também, com preparo de alimentos, boas práticas, o Guia Alimentar da População Brasileira, noções de sustentabilidade, aproveitamento integral dos alimentos e assim por diante.

E agora nós temos responsabilidade também sobre o Bom Prato Paulistano. O Bom Prato, originalmente, é o restaurante popular do Governo do Estado, existe há décadas, antes ele era totalmente de gestão do Governo do Estado e, a partir da lei que a Casa aprovou, o Bom Prato Paulistano funciona assim: a Prefeitura indica o lugar e um imóvel, reforma, adapta, faz o que tiver que fazer; o Governo do Estado faz a parceria com uma organização da sociedade civil, faz toda a fiscalização da parte nutricional, eles têm uma sala de situação que é uma coisa incrível, parece o Centro de Gerenciamento de Emergências. E eles pagam metade da conta e a Prefeitura paga a outra metade. Então a gente entra com o imóvel e com o pagamento de metade das refeições. São dois, por enquanto: M'Boi Mirim e Parelheiros e tem a expectativa de abrir mais dois ou três no ano que vem.

Abast. Na Secretaria não só foi criado um fundo alimentar, que passou a fazer parte da nossa responsabilidade, como Direitos Humanos, como várias outras ações e programas que estavam em outras secretarias foram reunidas, por decisão do Prefeito Ricardo Nunes, numa Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento. Essa secretaria executiva todinha, hoje, está vinculada à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Por isso o Comusan, que é o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, agora, também passa a ser vinculado à Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Então, Abast, por exemplo, ela cuida do quê? Novecentas feiras livres, sacolões, mercados municipais e esse grande aumento no orçamento de Abast é por causa, por exemplo, de reformas em mercados municipais, como o de Guaianases, que já está até em licitação, e em

alguns casos, além de melhorar muito as condições do mercado, que precisa, também tem junto ao mercado aberto o Armazém Solidário, no próprio lugar do mercado também com essa oferta de alimentos subsidiados da cesta básica. E uma coisa, não é somente o custo que é menor, mas a possibilidade de a pessoa chegar lá e fazer escolhas. Ela escolhe feijão, grão de bico, ervilha ou lentilha? É isso que a cesta básica, por exemplo, não permite. É isso que o marmitex preparado não permite.

Para concluir, em relação a emendas. A gente recebe muitas emendas. Esse é um motivo importante para existir uma Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Muitas políticas, do modo como são tipificadas, em políticas nacionais sistematizadas, elas têm dificuldade de fazer a tal da transversalidade, que a gente sabe o quanto é importante e nem sempre consegue pôr em prática.

Então, algumas coisas que a gente gostaria que a escola fizesse, atravessam as definições nacionais do que é a política de educação ou coisas que a gente entende que a saúde deveria fazer, ou que ficam um pouco divididas entre saúde e assistência social. E agora, onde a gente encaixa isso? Além de todas as outras razões, o conceito de direitos humanos e cidadania não exclui nada. Não tem como dizer: não, essa emenda não tem que mandar para mim, tem que mandar lá para o esporte. Não, espera, mas é para garantia de direitos humanos e cidadania de pessoas idosas, de gestantes, de crianças assim, assado? Então, cabe. Por isso a gente recebe e consegue executar muitas emendas por ter essa possibilidade de não recusar nada, de dizer: isso não cabe na definição nacional do sistema tal e qual.

A gente recebeu 16 milhões de reais neste ano, até o dia 18, ainda estão chegando algumas emendas – ótimo – que variam de 20 mil reais até 600 mil reais, a maior, e vindo de 31 Vereadoras e Vereadores diferentes de 13 partidos diferentes. A emenda não é somente um recurso adicional para o nosso orçamento. Vocês podem falar assim: “mas num orçamento de 500 milhões, 16 milhões de emendas é o que faz a diferença?” Faz a diferença, porque na emenda vem a inovação, na emenda vem um programa que não foi a gente que definiu, não foi a gente que construiu igualzinho para a cidade toda; é aquela parceria, com aquela organização

da sociedade civil, lá do Cantinho do Céu ou lá do Vista Alegre que, por meio desse contato com o mandato parlamentar, consegue trazer esse projeto para ser financiado com recurso público, executado pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Então como vocês veem, a gente não tem muito motivo para reclamar, tem motivo para reclamar do nosso orçamento, mas a Secretaria vem adquirindo muito mais responsabilidades e felizmente a gente tem sido contemplado com recursos financeiros condizentes com o tamanho dessas novas responsabilidades.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretária.

Seguindo as inscrições, chamo a Rafaela Gabriel e, em seguida, Marta Damasceno.

A SRA. RAFAELA GABRIEL – Boa tarde a todos. Quero agradecer a todos a oportunidade de usar a palavra. Quero agradecer também à Mesa ouvinte. Quero parabenizar a Soninha. É a primeira oportunidade que tenho de vê-la e ouvir as palavras dela. Por isso fico muito feliz. Desde muito jovem acompanho o seu trabalho.

Eu tenho uma filosofia na minha vida que eu uso desde muito nova, muito jovem, que se a gente parar para pensar apenas no nosso trabalho, nos passos que estão por vir, fica cansativo. Ah, tem 100km para andar, mas se a gente valoriza um passo que já foi dado, fica mais leve. Eu acho que dentro da Assistência, enquanto trabalhadora, a gente tem que valorizar isso também. Sei que temos muitos passos a dar, como a colega falou, estamos buscando o básico, mas dentro desse básico já caminhamos. Por isso temos de lembrar as coisas boas que já conseguimos também nos últimos mandatos, nesse último mandato e nessa última gestão. Foram serviços, foi o amparo, a Vila Reencontro e tantos outros serviços que vão acontecendo.

Enquanto ponta, enquanto trabalhador, como é gratificante a gente ouvir um usuário ligar e falar: “Muito obrigado por ter me encaminhado para a Vila Reencontro. A minha vida mudou, desde esse dia. Como é bom estar no hotel. Como é bom estar num serviço especializado”. Por isso a gente tem que valorizar e agradecer esses momentos também. Óbvio, temos muito que andar sim; temos muito a melhorar, sim; temos que brigar por orçamento, sim,

os 5% são essenciais para a continuidade do nosso trabalho, qualificado, e também temos de valorizar o que já foi concluído.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A próxima é Marta Damasceno. Estamos a cinco minutos do prazo regimental.

A SRA. MARTA DAMASCENO – Boa tarde a todos. Vou ser a mais rápida possível, porque todos nós estamos com fome. Eu estou aqui tremendo de fome e sei que todos também estão.

Eu sou uma mulher negra, de 1,70m de altura, cabelos cacheados. Tenho 58 anos e estou na Assistência há 38. E hoje respondo pela Supervisão da Assistência Social de Itaquera e sou conselheira do Comas.

E estou no lugar de fala para dizer que todo esse avanço da Assistência Social foi por muita luta. Muitas pessoas não enxergam, mas nós vamos caminhando dia a dia. Eu sei dizer que nós, pares do Comas, incansavelmente discutimos a Portaria 46 e N 03, abrimos para audiência pública. Então eu sei de toda a nossa luta.

Quero dizer para vocês que eu estou aqui como servidora sim, não concursada, mas servidora sim, respondo por 10 anos, por qualquer coisa que fizemos da Assistência, mesmo comissionada. Fui servidora de carreira por 34 anos na Assistência Social do Estado. Por isso não caímos aqui de paraquedas.

Nós estamos lutando pela Assistência. Nós não devemos estar aqui preocupados com política, partido tal, partido tal, um grita, o outro grita também porque não é do partido dele, e eu estou aqui preocupada com o usuário, eu estou aqui preocupada com os mais vulneráveis. Foi para isso que eu fiz um compromisso há 30 anos como assistente social. A minha preocupação é única: é trabalhar para melhorar a vida das pessoas e eu conto com todos vocês que estão aqui.

É só isso o que eu queria dizer. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A próxima é Bruna Dal Fabbro e, depois, Gabriel.

A SRA. BRUNA DAL FABBRO – Boa tarde a todos. Vou pular a minha autodescrição, para ser rápida.

Sou supervisora de Pirituba/Jaraguá, servidora de carreira. Eu queria falar um pouquinho dessa questão dos serviços regionalizados. A gente tem observado um esforço muito grande da gestão para que todos os territórios sejam incluídos. O que a gente tem hoje é uma demanda muito alta de alta complexidade. Então, muitas vezes, os serviços não são específicos para um território ou para outro, mas são urgentes e todas nós, as 32 SASs, temos a lição dada pelo Secretário de encontrarmos imóveis para poder abrir esses serviços e atender a essa população que tanto necessita.

Pirituba nunca foi visto antes e agora, indica o imóvel, a gente tem necessidade do serviço, tem aquela população para ser atendida e isso tem acontecido, dentro de um orçamento possível, obviamente. E a gente observa um esforço, inclusive na desburocratização para que a gente consiga encaixar um imóvel, que seja apresentado nesses territórios onde a gente tem dificuldade, como é o meu.

E sobre o atendimento de populações específicas, tem uma aldeia indígena no Jaraguá, estamos finalizando a abertura de um CCInter para atender preferencialmente a população da aldeia. É um serviço do Plano de Metas para atender idosos, mas para atender essa população que até agora nunca tinha tido um serviço da Assistência Social.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. O próximo é Gabriel e, depois, a Agnes Boldan.

O SR. GABRIEL – Boa tarde, todas, todos e todes. Aqui tem covereadores, então vou pedir para fazer uma cofala. Eu queria chamar a Rebeca, comigo, porque hoje nós viemos com o Mude com Elas, que é uma rede, com 80 jovens. Vocês ouviram algum jovem falar hoje? Não, infelizmente a gente uniu pautas que poderiam estar separadas. A Assistência Social é uma pauta importantíssima, Direitos Humanos é uma pauta importantíssima e, são três horas, é a segunda fala sobre juventude que vamos ter. Infelizmente, não tivemos oportunidade de ouvir os

jovens. Sobraram alguns, mas eram 80, vários não entraram por conta dessa união que eu acho, foi infeliz.

Mas falando muito rapidamente, para poder passar a fala para a Rebeca, a gente fez um trabalho que conseguiu articular uma Subcomissão de Juventude, na Comissão de Finanças. Essa Subcomissão, apesar de não representar tudo o que a gente pensa, ela tirou três pontos que eu queria destacar.

Primeiro, que fossem destinadas verbas para participação de jovens em cursinhos gratuitos. A gente está defendendo que o Bolsa Trabalho já teve o Bolsa Cursinho dentro dele, como categoria. O Bolsa Trabalho pode receber verba e destiná-la para bolsas para jovens. No Bolsa Trabalho hoje sobra bolsa, porque não está chegando, não está construído de forma adequada... O pessoal do Cursinho Quilombo Guarani está aqui. ...e que poderiam receber bolsas para poder estudar para passar no vestibular. Então, que retorne o Bolsa Cursinho, aumentando as bolsas do Bolsa Trabalho. Isso saiu da Subcomissão.

Segundo, a Estação Juventude. Existe uma lei que prevê, em cada Subprefeitura, uma Estação Juventude. A lei é de 2004, pergunto para vocês: existe alguma hoje? Não. Já são 19 anos. Tem jovens aqui que vieram depois da lei e ela nunca foi implementada. Então seria interessante porque isso saiu no relatório da Subcomissão.

E o aumento do programa VAI. Esse programa, na categoria 1 e 2, hoje contempla de 10 a 20% dos grupos que se inscrevem. É impossível porque desmotiva. O jovem inscreve um projeto e perde, no ano seguinte, ele inscreve e perde; no ano seguinte, ele inscreve e perde. Por quê? Porque o orçamento está incompatível. Se tem 700 inscrições, não pode atender 90. Se tem 700 inscrições, pelo menos, 50% têm de ser atendidas. E para isso, precisa da ampliação do orçamento do VAI.

Essas são as três coisas que saíram da Subcomissão, gostaria de deixar, porque saiu da própria Comissão de Finanças, para que seja contemplado no orçamento.

Agora, passo a fala para a Rebeca.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas, assim, estourou o tempo. Você me prejudica

profundamente.

O SR. GABRIEL – Assim não vai ter nenhum jovem, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, eu estarei infringindo o Regimento Interno.

- Manifestações do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ela vai falar. A questão é o Regimento da Casa.

- Manifestações do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Claro que ela vai falar. Quem disse que ela não vai falar? Somente estou dizendo que estou correndo risco com vocês. Fala, Rebecca Martins.

A SRA. REBECCA MARTINS – Obrigada. Boa tarde, gente. Quero cumprimentar todo mundo, obrigada por me deixar falar.

É a primeira vez que eu estou aqui. Eu tenho 19 anos, sou da zona Norte, da Vila Medeiros e é a primeira vez que eu piso na Câmara Municipal, graças ao projeto Mude com Elas e também em parceria com o CIEE. (Palmas) Tenho muito orgulho disso.

O pessoal do Mude com Elas já citou as propostas que eles estão debatendo. Eu mesma conheci essas propostas hoje e a ideia era eu falar um pouco da minha experiência. Eu sou uma jovem de periferia, da zona Norte. Eu sei que tem muitos jovens aqui. A Marcia falou lindamente hoje. Parabéns. Você fez uma fala interessante sobre jovens que estão na rua e, de fato, isso é verdade. Tem muitos jovens que estão na rua e a gente tem jovens que estão aqui tentando lidar com a parte do governo que ignora completamente as nossas reivindicações.

A gente teve um ano extremamente prejudicial – não sei se vocês estão sabendo. A USP fez protestos, os estudantes fizeram protestos para reivindicações de direitos estudantis e a gente foi completamente ignorado. Não houve política nenhuma e não tem política nenhuma na lei orçamentária para colocar incentivos para a nossa juventude – em questão estudantil; não só de empreendedorismo. Eu entendo que isso é importante: empreender é importante. Mas também é importante que a gente esteja ocupando as universidades, que nós estejamos lá, naqueles locais. Entendeu?

Sobre a questão da Estação Juventude, que é lei de 2004 – gente, eu nasci em 2004.

Tenho 19 anos e essa lei não foi colocada em prática e sinceramente, eu acho que a gente precisa...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. REBECCA MARTINS – Pois é, mas como é que a gente vai brigar, se a gente não consegue se organizar?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, por favor.

A SRA. REBECCA MARTINS – Então, eu peço, por favor, encarecidamente, que vocês olhem para os jovens, que vocês olhem para a gente. Nós estamos sendo ignorados, nós temos reivindicações para fazer e eu acho isso extremamente importante, porque nós somos o futuro também, desse país.

Então, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rebeca.

Agnes Roldan. Se puder, Agnes, utilize um tempo menor. O problema é do regimento – vou sempre dizer.

A SRA. AGNES ROLDAN – Tudo bem.

Boa tarde. Eu cumprimento a Mesa.

Eu sou mobilizadora do Advocacy do projeto Mude com Elas; também sou estudante de pós-graduação, sou jovem, tenho 23 anos.

Gostaria de deixar com a Mesa esse nosso documento. É um documento em que nós unimos oito políticas: então, tem leis e essas leis foram apresentadas – inclusive, a gente esteve acompanhando a Subcomissão de Finanças e Orçamento, que foi aberta também através da nossa pressão aqui dentro da Casa.

Então, para a gente, é muito importante colocar o jovem como protagonista da sua história e ele é. Só que, muitas vezes, a gente coloca o jovem como coadjuvante. A gente coloca o jovem como aquele que escuta. A gente coloca o jovem como aquele que deve ser ensinado, que tem que aprender, que a gente tem que ensinar ele e ele tem que aprender. Mas será que é assim mesmo? Será que a juventude não pode falar? Será que a juventude não pode se

expressar? Será que a juventude não pode saber o lugar que ela tem que ocupar e o lugar que já é dela? Porque essa Casa é a Casa que precisa escutar o povo – e, principalmente, a população jovem. Uma população jovem trabalhadora do Estado de São Paulo, uma população jovem periférica, negra.

Eu sou lá do Jardim Vera Cruz, né, onde a gente fala: “de dia, falta água; de noite, falta luz”. Recentemente, a gente ficou três dias sem energia elétrica onde eu moro. Então, essa é a realidade que o jovem de periferia vive. O jovem de periferia estuda, trabalha, ajuda em casa, vai atrás, corre, mas o que está sendo feito por esse jovem? Qual é a parte do orçamento que vem pensando na gente? Quais são as políticas públicas efetivas que vêm para pensar no jovem?

Para finalizar, eu gostaria de recitar uma poesia. Será muito breve.

“Podem me prender, podem me bater

Podem até deixar-me sem comer

Que eu não mudo de opinião.

Daqui do morro, eu não saio, não.

Gás de pimenta na minha garganta,

Gritos incessantes nos meus ouvidos

Correria, desespero e caos.

Violência, morte e chacina.

Constante medo, constante desesperança

Constante sintoma de trauma.

Estado – tudo desgovernado,

Tudo desestabilizado

Eu tento o quê? Eu tento pensar.

Amanhã, vai ser outro dia

Amanhã, vai ser outro dia

Hoje, você é quem man...

Outra morte virá.

As minhas preces no fim da noite

Não me consolam

E eu me pergunto se o privilégio

Eu me pergunto se o privilégio

Ele poderia ser realmente meu.

Eu não sei o que fazer, eu não sei como fazer,

Mas o Estado sabe.

Ontem mesmo, ele matou mais um

Ele matou mais alguns

Ele matou mais alguns... mil?

Ninguém ouviu um soluçar de dor

E assim seguimos sem respostas

Mas sabemos quem mata e quem vive.

Tentamos caminhar contra o vento

E contra as balas.

Seguimos, resistimos e estamos aqui.”

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Agnes.

Sofia Reis Borges. Gabriella Barcelos. Larissa Angelo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Você é a Sofia. Por favor, dois minutos. Sou obrigado a encerrar aleatoriamente se não corrermos com isso, gente.

A SRA. SOFIA REIS BORGES – Boa tarde.

Eu vim falar sobre uma das pautas – foi uma das primeiras que foi falado aqui – sobre os projetos destinados às pessoas PCDs.

Eu vi muitos projetos aqui, sobre muitos investimentos para pessoas PCDs em

relação à cultura, mas uma coisa que eu vi foi a falta de investimento nas coisas do dia a dia, da realidade das pessoas que são realmente deficientes. Se algum de vocês entrarem nos bairros, hoje, em São Paulo – Perus, Jaraguá, Taipas –, vocês vão ver que as calçadas estão ridículas de horríveis. Não tem como andar. Uma pessoa cadeirante, aleijada, não consegue andar em uma calçada que deveria ser para todos. Eu vi essa falta de investimento. Deveria ter investimento para todos.

Essa inclusão – que eu vi em tantos projetos, dinheiro grande para tantos projetos, mas nenhum para o que realmente importa. Quem mora, realmente, nesses bairros periféricos – eu e todos que estão comigo da Etec Jaraguá – vê o dia a dia de pessoas que realmente precisam e não têm o que precisam. Cadeirantes, cegos, surdos – pessoas que têm alguma deficiência por conta de acidente: onde é que está esse tanto investimento? Para onde é que vai esse dinheiro, que não volta para nós que estamos no bairro das pessoas que realmente precisam? A gente vai em bairro bom, em bairro de gente mais nobre e está tudo bonitinho; mas entra nos bairros de periferia. Vê se está realmente do jeito que tinha que estar.

Agora, as pessoas que nascem com deficiência têm que pagar por conta desse dinheiro que não volta para a gente? É um descaso, realmente. Eu tenho 18 anos atualmente, acabei de fazer e eu ainda tenho esperança de ver nos meus bairros, tá? Não na Paulista, não aqui, nos bairros daqui; nos meus bairros – Vila Aurora, Jaraguá, Perus – onde, realmente, a inclusão deve estar em dia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Agora, Gabriella Barcelos.

A SRA. GABRIELLA BARCELOS – Oi, gente.

Eu vou ressaltar um pouco o que a Sofia falou sobre a falta de investimento para pessoas deficientes, mas também vou falar sobre a concentração de renda.

Bom, nós vimos investimentos para pessoas PCDs em relação à cultura e tudo mais, só que esse tipo de investimento de milhões – um investimento só em um “eventinho”, que custou

milhões, sendo que quando você vai à Pinacoteca, há um asfalto muito bom nas calçadas, há piso tátil; quando você vai ver na periferia, não há nem sequer um museu por perto. Vocês acham que pessoas da periferia vão se locomover até esses bairros, sendo que muitas delas não têm dinheiro para passagem? Vocês acham que elas têm...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. GABRIELLA BARCELOS – Verdade.

Então: muitos não têm esse direito à locomoção. Como é que fica o investimento em cultura para jovens de periferia, que seja realmente acessível?

Esses investimentos que fizeram, desses eventos, são voltados a pequenos grupos; a cultura atinge pequenos grupos. Não grupos realmente grandes. Você vai lá, em bairros nobres e há museu, asfalto, piso tátil; há diversos investimentos para pessoas PCDs. Mas, na periferia, não tem: tem ruas horríveis para andar que, às vezes, até eu tropeço na rua – eu, que ando normalmente, eu tropeço na rua – e a cultura realmente é muito difícil de se encontrar, tanto para pessoas PCDs, quanto para outras pessoas da comunidade.

Bom, a última coisa que eu gostaria de falar – desculpem-me, estou um pouco nervosa. A última coisa que eu gostaria de falar, para fechar mesmo, é sobre aquilo que o Douglas falou.

Eu sou filha de policial e juro, gente, é muito difícil. No meu nono ano, eu fiz uma pesquisa para o meu TCA da época, cuja pergunta era a seguinte: “você acha que as atitudes dos policiais são movidas por atitudes racistas?”. Eu perguntei isso para a minha mãe, que é esposa de um policial e ela respondeu que sim.

Todos os dias, eu escuto muitas frases racistas. Eu convivo com policiais: meu pai biológico é policial; meu padrasto é policial; meus primos são policiais; e é muito difícil, gente. É um meio que você percebe o racismo, assim, escancarado. Então, não é só você levar para a delegacia. Como é que você vai levar, para a delegacia, um caso de racismo, sendo que na própria delegacia, eles veem os meninos pretos como marginalizados? Como é que você vai levar um caso na delegacia?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, Gabriela, por favor.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Isso, isso.

A SRA. GABRIELLA BARCELOS – Bom, gente, eu já estava concluindo mesmo. É isso.

Não tem como levar casos de racismo à delegacia. Tem que ser falada para o governo, sim.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. A próxima inscrita...

A SRA. GABRIELLA BARCELOS – É isso, gente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Andrea Campos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, por favor. Tudo.

A SRA. ANDREA CAMPOS – Boa tarde a todos e todas.

Prazer, meu nome é Andrea Campos. Eu estou aqui representando a Juventude do Partido dos Trabalhadores.

O que a gente entregou agora, foi um ofício para pedir um aumento do salário para estagiários de cargos públicos. A gente vê o estagiário entrando – vocês sabem quanto ganha uma pessoa do Ensino Médio que trabalha aqui? 700 reais. Vocês acham que 700 reais ajudam em casa?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ANDREA CAMPOS – Então.

Vocês sabem qual é o maior salário para um estagiário, de seis horas, que está quase se formando? 1500. 1500 ajuda em casa?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ANDREA CAMPOS – Então, o que a gente está pedindo é para que haja um aumento real do salário, porque a gente sabe que esses jovens contribuem em casa; que esses

jovens compram a comida em casa; que esses jovens ajudam as mães, que, muitas vezes, são mães solo. Então, a gente pede um aumento real dos salários dos estagiários, porque a gente também sabe que tem uma grande rotatividade e a gente sabe que isso daqui prejudica os órgãos públicos.

A Juventude do Partido dos Trabalhadores se compromete. Nós colocamos até dado, de 5%, como tem que ser feito o cálculo: não tem que calcular nada, só seguir o ofício, que...

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. ANDREA CAMPOS – É assim: é só fazer. A multiplicação está feita, também. É só seguir lá.

E a gente falou: em janeiro, adote isso, porque a Juventude do Partido dos Trabalhadores sabe também que os jovens são os mais desempregados, que estão sendo mais atingidos pelos trabalhos informais que cada dia mais, está sendo atingido aqui; principalmente com isso de empreendedorismo. Empreendedorismo aonde? Entregador de IFood? Isso daí não é empreendedorismo.

Nós, jovens, queremos trabalhos dignos, garantidos pelo nosso Estado e é dever da Prefeitura garantir isso, principalmente nos órgãos públicos.

Então, muito obrigada a todos e todas e é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Andrea.

Agora, a Flavia Maria de Moura Reis, Conselheira do Comas.

A SRA. FLAVIA MARIA DE MOURA REIS – Boa tarde a todos e todas.

Sei que está todo mundo morrendo de fome. Tenho uma novidade para vocês, que é boa: eu acho que eu sou a última dos inscritos – foi o que foi dito antes, mas eu não quis abrir mão desse espaço.

São três minutos, mas acho que são três minutos importantes, porque a gente tem, aqui, a definição de um tema – orçamento – que vai impactar na vida de milhões de pessoas: trabalhadores, usuários de políticas de assistência social; e aí, eu vou saudar aqui, em nome da Juventude, que traz uma mensagem de esperança, de força, de resiliência, de coragem. Eu acho

que a gente precisa, cada vez mais, ouvir os nossos jovens. A gente precisa respeitá-los, como sujeitos de direito. Eu acho que eles trazem, para a gente, uma verdadeira lição de quem está na periferia, que veio até o Centro da cidade para fazer a luta pela pessoa com deficiência; vem fazer a luta pelo direito dos universitários e eu acho que elas disseram muito em pouco tempo.

Então, a gente reivindica. 5% do orçamento para a Assistência Social não vai resolver todos os problemas. A gente sabe disso. A gente entende que isso é o mínimo – e a gente não está falando de investimento, porque nós temos quatro mil e 70, 4 bilhões e 0,70 milhões e 395 pessoas incluídas no Cadastro Único. Essas pessoas vivem com menos de meio salário mínimo, ou cujas rendas *per capita* estão abaixo de 3 salários mínimos. Então, nós estamos falando de bilhões de pessoas. Não dá para comparar São Paulo com nenhuma cidade do interior, com nenhuma cidade do Brasil, porque, ao mesmo tempo em que a gente está pleiteando o orçamento grande, nós temos uma demanda gigantesca.

Quando a gente pensa na política de saúde, a gente pensa na população que está doente. Quando a gente pensa na política de educação, a gente pensa nas crianças, nos jovens, nas pessoas que tem essa necessidade de estudo. Mas quando a gente fala de assistência social, a gente está falando do idoso; a gente está falando da pessoa com deficiência; a gente está falando do jovem da periferia, que estão em situação de acolhimento, jovens abandonados. A gente está falando de todos aqueles e aquelas que estão em uma situação – seja provisória; alguns vêm de famílias cujas gerações são, da mesma forma, marginalizadas, invisibilizadas, hostilizadas.

Então, assim: não quero deixar de dizer da importância de que se faça...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, por favor.

A SRA. FLAVIA MARIA DE MOURA REIS – Concursos públicos, para recompor os CRAS ou CREAS, os Centro POPs. Quero dizer que é importante rever também a questão dos dissídios. Então, assim: a gente precisa repetir, porque muitas vezes, embora repetido, milhões... nós somos ignorados. Então, quando a jovem fala que ouvem, como aconteceu na greve da USP...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua para mim, por favor.

A SRA. FLAVIA MARIA DE MOURA REIS – Já termino.

E aí, depois, as escutas são ignoradas, é como se você estivesse um espaço de fala que depois, entra dentro de um saco e é jogado fora. Vai para o espaço.

Então, eu acho que aqui é a Casa do povo. Aqui, as pessoas precisam ter direito de fala, elas não podem ser cerceadas e quero dizer, antes de finalizar – para a gente não morrer de fome, porque está todo mundo exausto – que a fala preconceituosa do senhor Douglas, foi inadmissível. Então, foi dito algo que ficará registrado, cravado: o meu repúdio à fala contra a população LGBTQIA+...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, Flavia, corretíssimo...

A SRA. FLAVIA MARIA DE MOURA REIS – E quero dizer que quando ele fala que os impostos dele não são para ir para essa população, os impostos não são dele. Os impostos são de todas as pessoas que estão socialmente ativas no município de São Paulo e elas devem garantir os direitos de toda essa sociedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Flavia.

Queria agradecer aos intérpretes de libras: Marilene Santos Cuba e Edmilson Freitas Cuba.

Informo que amanhã, no Auditório Prestes Maia, nós teremos audiência pública com a Secretaria Municipal de Educação, SPParceria, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a Secretaria Municipal da Fazenda e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Sábado é audiência pública regional – região leste 2 – que envolve a Subprefeitura de São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Subprefeitura de Guaianases, de Itaquera, de Cidade Tiradentes e de São Mateus.

Muito obrigado a todos e a todas.

Nada mais a tratar, declaro encerrada a nossa audiência pública. Obrigado, gente.